

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar



TESE

Os pêssegos não caem do céu:
relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS.

Patrícia Schneider Severo

Pelotas, 2017

PATRÍCIA SCHNEIDER SEVERO

Os pêssegos não caem do céu:

relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Flavio Sacco dos Anjos

Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Fernanda Novo da Silva

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S498p Severo, Patrícia Schneider

Os pêssegos não caem do céu : relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS / Patrícia Schneider Severo ; Flavio Sacco dos Anjos, orientador ; Fernanda Novo da Silva, coorientadora. — Pelotas, 2017.

191 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Agricultura familiar. 2. Mão de obra. 3. Força de trabalho rural. 4. Persicultura. I. Anjos, Flavio Sacco dos, orient. II. Silva, Fernanda Novo da, coorient. III. Título.

CDD : 634.25

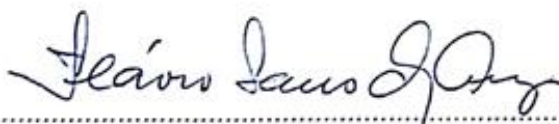
PATRÍCIA SCHNEIDER SEVERO

Os pêssegos não caem do céu:
relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS.

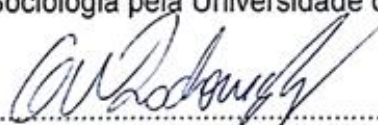
Tese **APROVADA**, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 19 de dezembro de 2017.

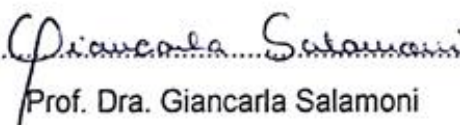
Banca examinadora:



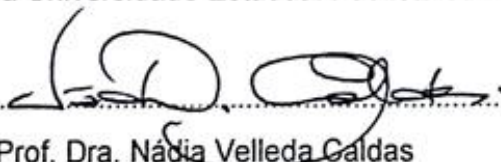
Prof. Dr. Flávio Sadco dos Anjos (Orientador)
Doutor em Sociologia pela Universidade de Córdoba.



Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dra. Giancarla Salamoni
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Prof. Dra. Nádia Velleda Caldas
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

Aos meus amores e aos que acreditam em mim.

Aos que me impulsionam a cada dia ir mais longe e
me proporcionam todo o suporte possível e
imaginável.

À minha família.

Agradecimentos

Sempre que lia esta seção dos trabalhos de conclusão, em especial de uma tese, achava um pouco exagerado e expositivo, mas neste momento me pego lembrando de cada um que me ajudou, de cada incentivo que recebi, de cada mão amiga que me apoiou e me sinto lisonjeada em ter tantas pessoas especiais ao meu lado.

Então a gratidão preenche meu coração de alegria e meus olhos de lágrimas.

Agradeço, primeiramente, aos agricultores familiares, os quais, com sua generosidade e simplicidade, abriram as portas de suas casas e de suas vidas e cederam preciosas horas de seu labor para se dedicarem às entrevistas, a uma “estranha”, não esperando ganhar nada em troca, mas pelo fato de poderem expor um pouco de seu cotidiano, suas inúmeras experiências, dificuldades e ambições.

Ao meu professor orientador, Dr. Flávio Sacco dos Anjos, por ter acreditado em mim e por ter me conduzido em um tema tão precioso e instigante, mesmo sabendo de minhas deficiências e do distanciamento com a área na qual iria trabalhar, pelo seu desprendimento, coragem e dedicação absoluta, sendo um exemplo de mestre. Muito obrigada pela aula de como dar aula e se manter firme por tanto tempo, espero me espelhar nisso e não esmorecer quando as dificuldades baterem a minha porta, porque elas batem, e se batem...

À minha co-orientadora, Prof^a. Dra. Fernanda Novo da Silva, transmitindo sempre conhecimento, confiança, equilíbrio e experiência. Pensando muitas vezes muito mais nos outros do que em si própria, sempre com um sorriso no rosto e braços a estender.

Aos meus familiares, amigos e colegas de trabalho, de doutorado e de vida e aos meus alunos. Cada um de uma forma diferente, de acordo com suas

possibilidades! Em especial aos meus pais, Mara Janete Schneider Severo e Joares José Severo, ao meu avô Miguel José Severo (*in memoriam*) e ao meu esposo Fabio Pozza Cousen, que me ajudaram a evoluir um pouquinho a cada dia, que me acompanharam, literalmente, nas viagens e nos dramas, vibraram comigo a cada vitória e estão sempre prontos a me ajudar em tudo.

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas, instituição pública, gratuita e de qualidade, e à CAPES, as quais me oportunizaram a realização de um doutorado em um programa, tão distinto da minha formação, mas com tantos exemplos ricos de vida, do empenho com que trabalham, pelo espírito de equipe, pela força que construíram. Um agradecimento especial, também, à Universidade Federal do Pampa, pelo apoio na realização do doutorado.

Agradeço a todos os professores que já tive. Tomara que um dia eu possa olhar para trás com tamanho orgulho de meus atos, da minha profissão e da história que tivera construído ao longo da minha carreira, veja o quanto a minha dedicação tenha valido a pena e o quanto pude mudar, pelo menos um pouquinho, a vida de pessoas que tenham passado por mim.

Enfim, como dizem meus alunos queridos: GRATIDÃO!

RESUMO

SEVERO, P. S. **Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS.** 2017. 191f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

A questão da mão de obra é um tema cada vez mais importante diante da redução da disponibilidade de força de trabalho no âmbito da agricultura familiar e no espaço rural como um todo. Partiu-se da premissa de que, mesmo no âmbito da agricultura familiar, a questão das relações de trabalho tem uma especificidade. Deste modo, há que considerar as atuais formas de trabalho e sua relevância para a continuidade da atividade agrícola e, de modo particular, no que tange à produção de pêssegos no município de Pelotas/RS. Trata-se de cultivo que diverge frontalmente de culturas como a soja, conhecidas justamente por demandarem cada vez menos a força de trabalho em face do aumento da mecanização dos processos produtivos. Neste contexto, verificou-se a relevância de conhecer as condições sociais de existência dos trabalhadores rurais (avulsos, temporários ou safristas) que atuam ao longo do ciclo dessa cultura sobretudo nas atividades de poda, raleio e colheita. O objetivo primordial da pesquisa foi analisar as relações de trabalho junto às explorações familiares dedicadas à produção do pêssego em Pelotas, com ênfase na questão da contratação de trabalhadores safristas. A metodologia incluiu o uso de diversas fontes (primárias e secundárias). No primeiro caso, através da realização de entrevistas em profundidade, as quais foram aplicadas entre os meses de fevereiro e agosto de 2017 junto a quinze agricultores familiares e cinco trabalhadores rurais que atuam nas aludidas etapas do processo produtivo. No segundo caso, mediante levantamento de dados censitários e diversas informações gerais e específicas junto a órgãos oficiais, sindicatos e em outras instituições. As conclusões do estudo apontam para a imprescindibilidade dessa relação entre agricultores familiares e trabalhadores rurais. A redução na disponibilidade de braços, dentro e fora da exploração, se apresenta como um fator que limita a ampliação dos pomares e representa uma ameaça para o futuro da atividade persícola. As dificuldades de regularização dessa relação de trabalho fazem com que a clandestinidade seja vista como um fato natural entre produtores e trabalhadores rurais. A incidência da pluriatividade entre os produtores de pêssego foi outro aspecto detectado na pesquisa.

Palavras-chave: agricultura familiar; mão de obra; força de trabalho rural; persicultura.

ABSTRACT

SEVERO, P. S. **Peaches do not fall from the sky**: labor relations in family farming in the municipality of Pelotas/RS. 2017. 191sh. Thesis (PhD in Agronomy) - Graduate Program in Family Farming Production Systems, Faculty of Agronomy Eliseu Maciel, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2017.

The issue of the workforce is an increasingly important subject, considering that the availability of labor power in the context of family farming and rural areas as a whole has decreased. This paper was based on the premise that, even in the context of family farming, the issue of labor relations has a specificity. Thus, it is necessary to consider the current forms of work and their relevance to keep the agricultural activity going, particularly regarding the production of peaches in the municipality of Pelotas/RS, a farming model which diverges from crops such as soybeans, known precisely for demanding less and less labor power because of the increased mechanization of the productive processes. In this context, it was verified the relevance of knowing the social conditions of living of the rural workers, who are hired to work as temporary, occasional or seasonal workers for specific services within farming activities, such as pruning and harvesting. The main purpose of this research was to analyze the labor relations in the family farming dedicated to the production of peaches in Pelotas, with emphasis on the issue of hiring seasonal workers. The proposed methodology included the use of several sources (primary and secondary). The use of primary sources was through in-depth interviews, which were applied between February and August 2017 to fifteen family farming and five rural workers who work in the aforementioned stages of the production process. And the use of secondary sources was by collecting census data and general and specific information from official bodies, trade unions and other institutions. The conclusions of this study show that this relationship between family farming and rural workers is indispensable. The reduction of labor power, inside and outside the farms, is a factor that limits the expansion of orchards and represents a threat to the future of this cultivation. The difficulties in regulating these labor relations make producers and rural workers act illegally in many cases. The incidence of pluriactivity among peach producers was another aspect verified during the research.

Key words: family farming; workforce; rural labor force; peach production.

Lista de Figuras

Figura 01 - Gráfico comparativo fumo x pêssego por área colhida (ha) em Pelotas/RS	22
Figura 02 - Mapa ilustrativo da localização do município de Pelotas	36
Figura 03 - Mapa ilustrativo da pesquisa de campo	37
Figura 04 - Mapa ilustrativo da localização do município de Santana da Boa Vista	37
Figura 05 - Fotografia da fábrica de conserva de pêssegos Quinta Pastorello ...	62
Figura 06 - Fotografia da fábrica de conserva de pêssegos Quinta Pastorello - fundos	62
Figura 07 - Fotografia da fábrica de conserva de pêssegos Quinta Pastorello - interior de um dos galpões	63
Figura 08 - Gráfico da evolução da quantidade produzida (t) de pêssego em Pelotas/RS	67
Figura 09 - Gráfico da evolução da produção de compotas de pêssego em calda na região de Pelotas/RS no período compreendido entre as safras de 2002/2003 e 2016/2017	68
Figura 10 - Fotografia do transporte das caixas plásticas para acondicionamento do pêssego	111
Figura 11 - Fotografia dos inventos desenvolvidos pelo produtor rural	142
Figura 12 - Fotografia do troféu destaque da safra 2012/2013	143
Figura 13 - Fotografia da estufa onde são produzidas frutas, legumes e verduras	145

Figura 14 - Fotografia da plantação de tomates (primeiro plano) e pomar de pêssegos (segundo plano)	145
Figura 15 - Fotografia das caixas empilhadas no canto da chácara	148

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Distribuição dos estabelecimentos da microrregião de Pelotas segundo a natureza (familiar, não-familiar e total) dos estabelecimentos rurais	78
Tabela 02 - Distribuição da área agrícola total segundo a natureza dos estabelecimentos rurais (familiares e não-familiares) na microrregião de Pelotas	78
Tabela 03 - Percentual de distribuição da área agrícola total segundo a natureza dos estabelecimentos rurais (familiares e não-familiares) na microrregião de Pelotas	79
Tabela 04 - Número de estabelecimentos familiares em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento no ano em municípios da microrregião de Pelotas	81
Tabela 05 - Número de estabelecimentos não-familiares em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento no ano em municípios da microrregião de Pelotas	82
Tabela 06 - Número de estabelecimentos não-familiares em municípios da microrregião de Pelotas que obtiveram outras receitas	83
Tabela 07 - Número de estabelecimentos familiares em municípios da microrregião de Pelotas que obtiveram outras receitas	84
Tabela 08 - Número de estabelecimentos da microrregião de Pelotas que obtiveram receitas no ano decorrentes de aposentadorias e pensões	85

Tabela 09 - Número de estabelecimentos de caráter familiar da microrregião de Pelotas que obtiveram receitas decorrentes de aposentadorias e pensões	86
Tabela 10 - Número de estabelecimentos com até 50 pés de pêssego e número de pés de pêssego nos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul em 31/12/2006	87
Tabela 11 - Distribuição do número de estabelecimentos da microrregião de Pelotas, com mais de 50 pés de pêssego segundo grupos de área total e municípios em 31/12/2006	89
Tabela 12 - Distribuição da quantidade de pêssego produzida em estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés em 31/12/2006 da microrregião de Pelotas	90
Tabela 13 - Estimativas municipais da cultura do pêssego (área cultivada, produção em toneladas e rendimento médio em quilos/hectare) tendo como referência o mês de julho de 2017 em municípios da microrregião de Pelotas	90
Tabela 14 - Produção de pêssego tipo indústria e mesa – Safra 2016/2017 em municípios produtores do sul do Rio Grande do Sul	91

Lista de Quadros

Quadro 01 - Indústrias de Conservas de Pelotas/RS e Região Associadas ao SINDOCOPEL	71
Quadro 02 - Características das categorias ou subtipos de relações de trabalho	97
Quadro 03 - Classificação das explorações estudadas quanto à utilização de mão de obra por produtor	104
Quadro 04 - Pluriatividade por produtor	135

Lista de Siglas

ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CICASUL	Companhia Industrial de Conservas Alimentícias do Sul
CPACT	Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETAR/RS	Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais no Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NR	Norma Regulamentadora
PAM	Produção Agrícola Municipal
PPGSPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEPLAN	Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
SINDOCOPEL	Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas

UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
1 INTRODUÇÃO	21
1.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	21
1.2 OBJETIVO GERAL	27
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	27
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
1.4.1 MODALIDADE E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	29
1.4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO UNIVERSO AMOSTRAL.....	31
1.4.3 A IMERSÃO NO CAMPO.....	32
1.4.3.1 PRÉ-TESTE	32
1.4.3.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	33
1.4.3.3 PESQUISA DE CAMPO.....	35
1.4.3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	40
2 OS ENFOQUES CLÁSSICOS SOBRE O CAMPESINATO	43
3 OS ENFOQUES CONTEMPORÂNEOS SOBRE O CAMPESINATO	50
3.1 PLURIATIVIDADE.....	55
4 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DA PRODUÇÃO DE PÊSSEGOS EM PELOTAS.....	59
4.1 DA ORIGEM DA PRODUÇÃO AO APOGEU DA INDUSTRIALIZAÇÃO	59
4.2 DA EXPANSÃO AOS DIAS ATUAIS.....	65
4.3 SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE PÊSSEGO DE BASE FAMILIAR E EMPRESARIAL.....	72
4.3.1 MÃOS À OBRA: A PODA, O RALEIO E A COLHEITA DO PÊSSEGO	74

4.4 A AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DE PELOTAS.....	77
4.4.1 PERSICULTURA NA MICRORREGIÃO DE PELOTAS.....	86
5 RELAÇÕES DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DE PÊSSEGO.....	92
5.1 SISTEMAS DE CONTRATAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	96
5.1.1 ORIGEM DOS TRABALHADORES	104
5.1.2 SITUAÇÃO DOS CONTRATOS COM OS TRABALHADORES.....	105
5.1.3 OS “ACERTOS” ENTRE PRODUTORES, TRABALHADORES E TURMEIROS.....	108
5.1.4 TROCAS DE SERVIÇO	111
5.1.5 O DESEMBOLSO FINANCEIRO	113
5.1.6 CONDIÇÕES DE TRABALHO OFERECIDAS	116
5.2 O POVO DE SANTANA	118
5.2.1 O POVO DE SANTANA PELO POVO DE SANTANA	121
6 DESAFIOS ATUAIS DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE PÊSSEGOS EM PELOTAS.....	131
6.1 O EXERCÍCIO DE PLURIATIVIDADE E A IMPORTÂNCIA DAS RENDAS NÃO AGRÍCOLAS	131
6.2 O QUE ENVOLVE A PRODUÇÃO, ALÉM DA ATIVIDADE EM SI?	135
6.2.1 GERENCIAMENTO DA PROPRIEDADE RURAL	136
6.2.1.1 CONTROLE FINANCEIRO, DE DADOS E REGISTROS	136
6.2.1.2 DIVERSIDADE DE CULTIVARES	140
6.2.1.3 DIVERSIFICAÇÃO DE CULTIVOS	142
6.2.1.4 DIVISÃO DE TAREFAS E PROCESSO DECISÓRIO.....	146
6.2.2 A EVOLUÇÃO DO CULTIVO DE PÊSSEGO: NOVAS E VELHAS DIFICULDADES.....	148
6.2.3 RELAÇÕES “ALÉM PORTEIRA”	150
6.2.3.1 A INDÚSTRIA	150
6.2.3.2 O DIÁLOGO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	154
6.2.4 PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO	158
6.2.4.1 SUCESSÃO NA PROPRIEDADE RURAL	160
6.2.4.2 ENFIM, PORQUE TUDO ISSO AINDA VALE A PENA?.....	164
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS.....	174

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES	187
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM TRABALHADORES RURAIS	187
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	187

APRESENTAÇÃO

A presente tese versa sobre o tema “relações de trabalho na agricultura familiar”, havendo sido concebida como requisito parcial no processo de obtenção do título de Doutora em Agronomia junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF), da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas. A natureza deste estudo, como posteriormente será evidenciada, se identifica plenamente com os objetivos da linha de pesquisa “Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável” deste programa.

A idealização da pesquisa foi estimulada por experiências anteriores de trabalho junto a uma Cooperativa de Crédito (Sicredi), a qual dediquei-me¹ profissionalmente por dez anos, período em que tive a possibilidade de ter um maior contato com o meio rural e, principalmente, com o financiamento das atividades agropecuárias pelos agricultores da região de Pelotas/RS, sobretudo os de caráter familiar. Posteriormente, em 2014, concluí a dissertação de mestrado, intitulada: “Sustentabilidade no Setor Rural a partir do Uso do Crédito e de Técnicas Cooperativas na Região Sul do Rio Grande do Sul”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A aludida pesquisa teve como objetivo principal analisar a contribuição do crédito rural para agricultores familiares da região sul do Rio Grande do Sul (RS), a partir do uso de recursos e de técnicas cooperativas no contexto da

¹ Nessa seção faço uso do verbo na primeira pessoa do singular. Doravante utilizarei a primeira pessoa do plural por entender que se trata da melhor forma de expressar o desenvolvimento de estudo construído em conjunto com o comitê de orientação e de um processo de reflexão coletiva, ainda que seja eu a principal responsável pelos acertos, mas também por eventuais equívocos e omissões.

sustentabilidade. A principal conclusão foi justamente no sentido de constatar a importância do crédito agrícola cooperativo como instrumento de fortalecimento material das unidades familiares de produção, especialmente no caso dos cultivadores de soja, milho, arroz e pêssego.

Para elaboração desta tese foi elegido como objetivo central de pesquisa a dinâmica das relações de trabalho no cultivo do pêssego, atividade que envolve, na microrregião de Pelotas, cerca de 1.600 cultivadores cuja esmagadora maioria é constituída de agricultores familiares. Trata-se de uma atividade tradicional dentro de uma região que concentra sozinha mais de 95% da produção de compotas do estado do Rio Grande do Sul e por, aproximadamente, 62% da produção nacional.

Se estima² que o pêssego seja responsável, na microrregião de Pelotas, pela geração de aproximadamente 2,5 mil empregos diretos. Todavia, apesar de sua relevância, o cultivo do pêssego atravessou, nas duas últimas décadas, como se analisará nessa tese, uma série de transformações. Uma delas, segundo o que pude constatar no contato direto com os produtores, recai na questão da disponibilidade de mão de obra requerida nas diversas operações que envolvem o ciclo de produção, sobretudo no caso da colheita e nos diversos tratos culturais.

Desde o início da pesquisa tinha eu consciência das dificuldades dos produtores de pêssego, do mesmo modo que outros tipos de agricultores familiares do extremo sul gaúcho, de levar a cabo suas tarefas pela redução da disponibilidade da força de trabalho no espaço rural (familiar e não familiar). Do mesmo modo, era eu sabedora da importância do pêssego do ponto de vista da ocupação da mão de obra e da geração de renda, sobretudo no caso de setores da população regional empregados na operação de colheita.

E foram esses os elementos que me instigaram a realizar a pesquisa. Em primeiro lugar, tratava-se de explorar um ponto de vista pouco analisado nos estudos sobre essa cultura, qual seja, o de examinar as relações construídas pelos produtores familiares “além-porteira”. Em outras palavras, meu interesse radicava em conhecer as relações contraídas pelos persicultores³ com os trabalhadores de safra, bem como saber como esses produtores estariam se adaptando a um cenário de retração na disponibilidade de “braços” para desempenhar funções como a

² Conforme pesquisas exploratórias realizadas.

³ Persicultores é o termo utilizado para os produtores dedicados ao cultivo do pêssego, cujo nome científico é *Prunus persica* (L).

colheita, para a qual a força de trabalho familiar, geralmente, não se basta, especialmente diante da natureza de um produto delicado e altamente perecível. Em segundo lugar, persistia o desejo de interagir com os produtores e demais atores ligados à cadeia do pêssego, buscando conhecer e analisar o ponto de vista dos agentes intervenientes dentro de um setor importante da agricultura familiar de Pelotas e região.

Esta tese contempla sete seções. A primeira delas é introdutória, compreendendo uma breve apresentação do tema, a exposição das motivações gerais que levaram a conceber essa proposta de pesquisa, a delimitação do problema, dos objetivos, da justificativa do estudo, além das orientações metodológicas que guiaram as sucessivas etapas da investigação.

A segunda seção apresenta e discute os enfoques clássicos sobre o campesinato, enquanto a terceira aborda os enfoques contemporâneos que se ligam ao surgimento do que hoje se denomina agricultura familiar. A ênfase é colocada sobre a questão das relações de trabalho que se estabelecem dentro e fora do âmbito das unidades familiares de produção, em que pese a natureza desse tipo de atividade produtiva.

Na quarta seção são expostas as peculiaridades da cultura do pêssego na região de Pelotas/RS, incluindo uma abordagem sobre a trajetória da produção de pêssegos no período recente e a situação atual dessa atividade.

Compõem a quinta seção aspectos vinculados às relações de trabalho na produção de pêssegos, evidenciados nas várias incursões realizadas a campo. A seção seis é dedicada a mostrar alguns dos principais desafios da produção familiar de pêssegos em Pelotas, evidenciando, entre outros aspectos, o exercício da pluriatividade, as relações dos produtores familiares com instituições e as perspectivas que estes constroem em relação ao futuro da atividade.

A sétima seção e última seção reúne as considerações finais do trabalho e as principais conclusões.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema e justificativa

Segundo esclarecem Reichert, Raseira e Sacaranari (2014) o pessegueiro é, atualmente, a terceira espécie frutífera de clima temperado mais plantada no Brasil, perdendo apenas para a maçã e a uva. De acordo com informações da EMBRAPA (2011) e do SEPLAN (2017), os estados da região Sul do Brasil são os que apresentam as melhores condições naturais para a produção comercial do pêssego, uma cultura que tanto pode ser voltada à produção de conservas (compotas) quanto ao consumo de mesa (*in natura*).

O Rio Grande do Sul (RS) é o maior produtor nacional. No período 2013-2015 esse estado produziu, em termos médios, 131.234 toneladas/ano, equivalente a 61% da produção total do país, seguido de longe por São Paulo (31.337 toneladas/ano), Santa Catarina (21.549 toneladas/ano), Minas Gerais (19.651 toneladas/ano) e Paraná (10.967 toneladas/ano) (SEPLAN, 2017). Já na safra de 2016/2017, segundo dados mais recentes fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017c), estima-se que no estado do RS a área plantada foi de 12.526 ha, com uma produção de 171.443 toneladas e um rendimento médio de 13.686 kg/ha.

Nesta unidade federativa brasileira a produção de pêssego está concentrada na região de Pelotas e na região da Serra Gaúcha, já tradicional produtora de frutas de clima temperado com ênfase na vitivinicultura. Deve-se mencionar, ainda, a região metropolitana de Porto Alegre, onde a persicultura vem recentemente se expandindo. Os municípios maiores produtores no período 2013-2015, em termos médios (toneladas/ano), e que concentram 50% da produção do estado gaúcho

foram: Pelotas (30.867); Canguçu (17.267) e Pinto Bandeira (15.158) (SEPLAN, 2017).

As fases mais intensas no manejo do pessegueiro são as que necessitam de maior intervenção humana, compreendendo as atividades de poda, raleio e colheita da produção, onde, não raras vezes, existe a necessidade de contratação de trabalhadores temporários quando a demanda excede a disponibilidade de mão de obra da própria família. De acordo com dados da EMBRAPA (2005), a persicultura gera entre três e seis empregos diretos por hectare. Desse modo, é possível estimar a ocupação, no estado do Rio Grande do Sul, de um contingente compreendido entre 37.000 a 75.000 trabalhadores diretos nesta atividade.

Não obstante, a produção de pêssgo tem vivenciado, ao longo dos últimos trinta anos, um sensível declínio em termos do número e extensão dos pomares. Este espaço vem sendo ocupado por cultivos anuais, especialmente pela fumicultura em regime de integração vertical com as empresas do setor. Ou seja, o crescimento no número de explorações dedicadas ao tabaco se fez, *pari passu*, com o declínio do pêssgo, sobretudo nos municípios do extremo sul gaúcho, conforme pode ser verificado na figura 01 que procura ilustrar o comparativo destas duas culturas em termos de área colhida (em hectares) no município de Pelotas.

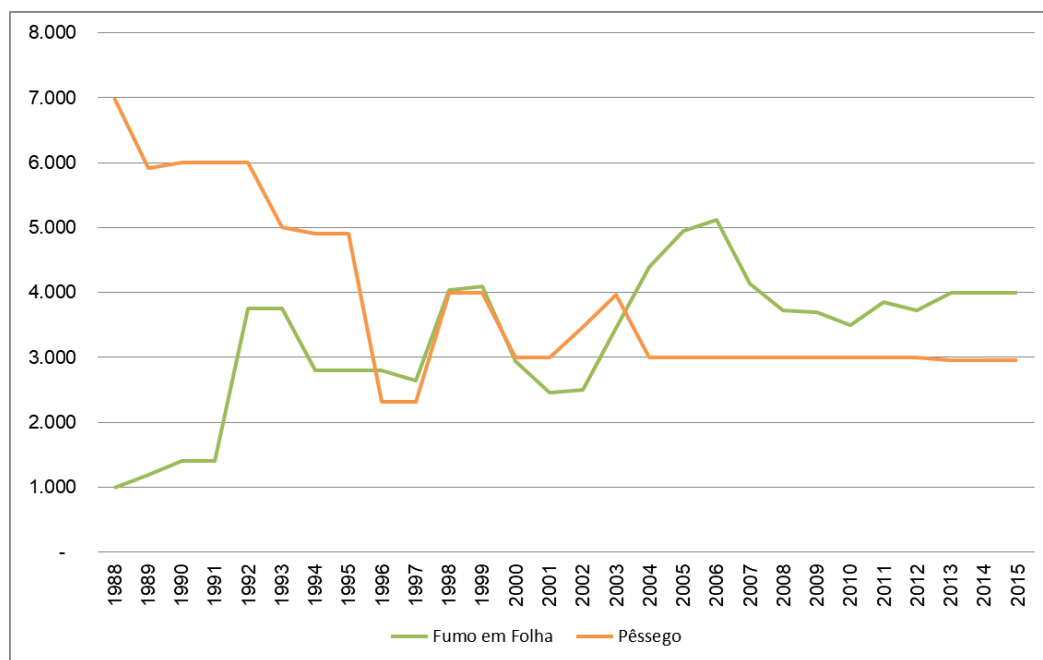


Figura 01 – Gráfico comparativo fumo x pêssgo por área colhida (ha) em Pelotas/RS
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE (2017b)

Como se pode observar nos últimos vinte e oito anos (1988-2015) há um comportamento antagônico entre ambas as culturas. Assim, enquanto a área de pêssgo sofre um descenso de quase 43%, a superfície cultivada com o tabaco foi multiplicada por quatro, passando de mil para quatro mil hectares.

Conforme Costa (2006), a partir da década de 1980, com a decadência das indústrias conserveiras, a produção de fumo, que já vinha sendo praticada em algumas propriedades em décadas anteriores, ampliou-se especialmente nos municípios com maior índice de pequenas propriedades, em que pese os interesses de investimento das indústrias tabagistas. Silveira (2015) coincide com essa avaliação, exaltando os efeitos engendrados pelas sucessivas crises das agroindústrias de conservas de Pelotas e região.

Segundo pesquisa realizada por Reichert, Raseira e Sacaranari (2014), os produtores de pêssgo⁴ procuram manter, sempre que possível, uma equipe de trabalhadores permanentes, pois, assim, se torna mais fácil a realização das tarefas, sendo que na maioria das propriedades há grupos de pessoas que recebem moradia oferecida pelos contratantes. Além dos empregados permanentes, quase todas as unidades contratam mão de obra temporária para a realização de determinadas tarefas, sobretudo no caso da poda, raleio e colheita. Estas relações de trabalho são características nas explorações de caráter empresarial ou patronal, sendo que nos pequenos pomares (chácaras), de caráter familiar, os produtores valem-se, primordialmente, da mão de obra familiar, seguida pela temporária e, em alguns casos, de empregados permanentes (REICHERT, RASEIRA e SACARANARI, 2014).

A mão de obra temporária geralmente procede de outras propriedades e, até mesmo, de outros municípios. Nesse caso, é recorrente a intermediação de contratadores, agenciadores de trabalhadores ou turmeiros⁵, como são conhecidos. No entanto, estas pessoas não são mapeadas pelo IBGE. Em boa medida, são considerados trabalhadores “invisíveis” e conhecidos popularmente pela denominação de “peões”.

Salienta-se que a questão da mão de obra é um tema cada vez mais importante diante da redução da disponibilidade de força de trabalho no âmbito da

⁴ A pesquisa foi realizada com produtores da cultivar de pêssgo de mesa BRS Rubimel, tendo sido desenvolvida pela EMBRAPA Clima Temperado (REICHERT, RASEIRA e SACARANARI, 2014).

⁵ Na produção de fumo estes trabalhadores são conhecidos como “picaretas”.

agricultura familiar e do espaço rural. Os dados dos Censos Demográficos do IBGE e de diversos estudos (FROEHLICH *et al.*, 2011; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS, CALDAS e POLLNOW, 2014) mostram, dentre outros aspectos, um processo progressivo de envelhecimento no meio rural gaúcho e nos estados meridionais em geral. Esse processo deve ser entendido como resultado conjunto do aumento da esperança de vida da população e de um êxodo rural seletivo que remete às cidades as pessoas mais jovens.

Mas outros fatores são igualmente importantes, a exemplo da redução da fecundidade feminina, a intensificação nos processos de mecanização das lavouras, com uma clara tendência à redução da capacidade de ocupação da força de trabalho na agropecuária. Some-se a isso, a falta de oportunidades no campo e a busca de qualificação e instrução por parte das pessoas residentes no campo. Esse fenômeno impacta fortemente sobre a realidade da agricultura, especialmente em termos da disponibilidade de força de trabalho para as atividades agropecuárias, tanto de natureza permanente, quanto eventual. Em casos extremos, a carência de mão de obra não significa a impossibilidade de incrementar a superfície de produção ou a produtividade de cultivos e criações, mas, especialmente, de manter as condições em que as atividades vêm sendo desenvolvidas atualmente.

O fato é que há pouca informação, consistente e atualizada, sobre o tema da mão de obra ocupada, sobretudo, no âmbito da agricultura familiar. No nosso entendimento, reina o mito de que se trata de uma unidade de produção que se basta a si mesmo, o que seguramente não espelha a realidade. Vale a pena mencionar que já na definição de módulo rural⁶, constante no Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964), derivada do conceito de propriedade familiar (Inciso II, artigo 4º), este tipo de exploração era entendido como:

O imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, **e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros** (grifos nossos).

⁶ Módulo rural é uma unidade de medida agrária, expressa em hectares, que busca refletir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica e as condições de aproveitamento econômico do imóvel rural. Sua dimensão média, nos estados meridionais, varia geralmente entre 15 e 20 hectares, enquanto nos estados do centro-oeste e da região norte pode alcançar até mesmo 100 hectares.

Ou seja, essa condição de contratante eventual de mão de obra externa à exploração familiar já era admitida no marco de uma lei tão importante, elaborada há mais de 50 anos, e que serve de balizadora de diversas políticas, entre as quais, o próprio Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Sendo assim, verifica-se a relevância de conhecer como se apresentam as condições sociais de existência destes trabalhadores rurais avulsos⁷, a partir do mapeamento de sua dinâmica laboral e do aprofundamento sobre sua origem e formas de vida. Considera-se, portanto, a natureza peculiar desta relação social, as atuais formas de trabalho e sua relevância para a continuidade da atividade agrícola e, de modo particular, no que tange à produção de pêssegos no município de Pelotas/RS.

Ressalta-se, ainda, que para os agricultores da região a cultura do pessegueiro se destaca por sua importância econômica e social, tendo em vista a estrutura fundiária baseada em minifúndios, sendo a fruticultura uma oportunidade de absorção da mão de obra familiar e de geração de renda em pequenas áreas (MADAIL *et al.*, 2007).

Diante do exposto, surgem algumas questões que instigaram a realização desta pesquisa, quais sejam: Como se apresentam as condições sociais de existência dos trabalhadores rurais na cultura do pêssego no município de Pelotas/RS? Como se estabelece a relação destes atores sociais com os produtores familiares? Qual o perfil desses trabalhadores? A redução da disponibilidade da mão de obra eventual, tão necessária para as operações mencionadas, é verdadeiramente um fator que ameaça o futuro desta tradicional atividade produtiva nos municípios mencionados?

Informações preliminares obtidas ainda na fase exploratória da nossa pesquisa sinalizam que o surgimento do polo naval de Rio Grande não havia atraído apenas a mão de obra de outros estados do Brasil, mas inclusive de trabalhadores rurais da região. Muitos deles vinham em busca de formação profissional e de oportunidades de emprego, fato que nos inquietava, especialmente diante da possibilidade de implicações significativas para a dinâmica das atividades agropecuárias de Pelotas e de toda a região, incluindo, obviamente o caso do pêssego.

⁷ Considera-se sinônimo de trabalhador temporário, eventual ou pago por serviços específicos a serem prestados a explorações agropecuárias, sejam elas de caráter familiar ou patronal.

No início da pesquisa algumas questões clamavam nossa atenção sobre a mão de obra itinerante do pêssego, a saber: quais as características dessa mão de obra itinerante? De onde essas pessoas procedem? O que os leva a prestar serviços a terceiros? Trata-se de uma opção aleatória ou da imperativa necessidade de sobrevivência? Como eles trabalham? Possuem propriedade? São trabalhadores sindicalizados? Qual a participação das mulheres nesse coletivo?

Do ponto de vista da dinâmica da agricultura familiar, qual seja, dos contratantes eventuais desses trabalhadores, interessava-nos saber: em que medida a questão da força de trabalho afeta a sucessão familiar? Qual a percepção dos perscultores em relação a essa suposta retração no número de trabalhadores?

Resumidamente, foram estas as questões norteadoras da pesquisa e delimitadoras do nosso recorte de realidade, o qual pode ser igualmente reconhecido através dos objetivos apresentados na subseção seguinte.

Neste estudo nosso afã foi contribuir no sentido de uma compreensão atualizada e consistente das relações de trabalho na agricultura familiar, em especial, dentro do que envolve as condições sociais de existência dos produtores familiares e dos trabalhadores rurais itinerantes empregados na produção comercial do pêssego.

O trabalho visa gerar conhecimentos que enriqueçam o material disponível sobre o tema e explorar uma questão ainda pouco abordada, especialmente quando consideramos que os atores sociais que se pretende conhecer são considerados “invisíveis”, à margem da sociedade e, portanto, não mensurados pelos institutos de pesquisa e, até mesmo pelas organizações setoriais, tais como sindicatos rurais e associações de produtores.

Além disso, acredita-se que a realização deste estudo poderá contribuir para o conhecimento da realidade e das respectivas necessidades dos trabalhadores rurais, de maneira a oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas orientadas a um segmento pouco conhecido da realidade rural, assim como das relações de trabalho que se desenvolvem no âmbito da agricultura familiar.

Faz-se necessário considerar também o conceito de agricultura familiar enquanto categoria sociológica, de maneira a compreendê-la como fruto de um processo histórico e dentro de uma dimensão epistemológica. Neste sentido, parte-se da premissa de que, mesmo no âmbito da agricultura familiar, a questão das relações de trabalho tem uma especificidade. O fato é que cultivos como o pêssego

divergem frontalmente de culturas como a soja, conhecidas justamente por demandarem, cada vez menos, a força de trabalho em face da mecanização dos processos produtivos.

Balsadi *et al.* (2002), ao analisarem a demanda da força de trabalho agrícola nos estados e regiões brasileiras, no período de 1990 a 2000, demonstraram que, em função das mudanças tecnológicas, principalmente com a mecanização da colheita das grandes culturas, houve uma redução significativa de 21,5% na demanda global de mão de obra na agricultura brasileira. Ademais, estimaram, através de simulações, o efeito da utilização das tecnologias mais modernas em todas as áreas produtoras das principais culturas, principalmente a mecanização da colheita. Segundo a mesma fonte, pode ainda haver uma redução de cerca de 60% na demanda total de mão de obra agrícola, no período subsequente.

Tal panorama aponta para o desconcertante cenário de “desertos verdes”, entendidos aqui como áreas imensas onde não mais habitam pessoas e famílias. A presença humana, neste caso, é ínfima, o que não deixa de ser preocupante.

São esses os elementos que, no nosso entendimento, conferem relevância a esta investigação. Concretamente, trata-se de explorar uma perspectiva pouco estudada sobre a agricultura familiar, dentro de uma região onde essa forma de produção assume uma inquestionável importância social, econômica e cultural.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral da tese é analisar as relações de trabalho no âmbito das explorações familiares dedicadas à produção do pêssego no município de Pelotas/RS, com ênfase na questão da contratação de trabalhadores eventuais ou safristas.

1.3 Objetivos específicos

A partir do objetivo geral decorrem alguns objetivos específicos, a saber:

1. Conhecer a situação atual da produção de pêssegos no município de Pelotas/RS, a partir da perspectiva dos produtores e dos demais atores envolvidos.
2. Investigar o contexto das relações de trabalho no âmbito da produção familiar de pêssego no município de Pelotas/RS.
3. Identificar os principais entraves que se apresentam à manutenção da produção de pêssego em propriedades familiares, no que se refere às relações de trabalho.
4. Analisar a percepção dos persicutores familiares com relação à importância da mão de obra externa para a atividade, especialmente diante de um contexto de retração na força de trabalho agrícola e rural.
5. Conhecer as condições de existência social da mão de obra itinerante no município de Pelotas/RS ligada à cultura do pêssego e no âmbito da agricultura familiar.
6. Examinar as perspectivas da persicultura à luz da percepção dos produtores familiares, sobretudo do ponto de vista das possibilidades que vislumbram no que tange à continuidade dessa atividade produtiva.

1.4 Procedimentos Metodológicos

O instrumental metodológico foi concebido para analisar as relações de trabalho nas explorações familiares dedicadas à produção do pêssego em Pelotas, com ênfase na questão da contratação de trabalhadores eventuais ou safristas.

Ademais, consideramos necessário apresentar os pressupostos metodológicos na realização dessa pesquisa, os quais guiaram a coleta e a seleção dos dados, bem como a escolha das técnicas de investigação utilizadas ao longo do período em que ela se desenvolveu.

1.4.1 Modalidade e classificação da pesquisa

Metodologicamente, a presente pesquisa pode ser classificada, quanto à natureza, como aplicada, na medida em que se propôs a responder a um problema identificado no campo prático, mormente a análise sobre as relações de trabalho na agricultura familiar, em especial, dentro do que envolve as condições sociais de existência dos trabalhadores rurais itinerantes implicados na produção comercial do pêssego.

Com referência à abordagem do problema, esta se configura como pesquisa qualitativa, realizada mediante a análise e a interpretação das respostas obtidas por meio de entrevistas realizadas junto aos produtores e trabalhadores rurais, com o objetivo de reunir um conjunto de informações socioeconômicas que nos permitissem compreender a natureza das relações sociais atinentes a este coletivo.

Entende-se a necessidade de análise minuciosa e interpretativa das narrativas destes atores sociais, por meio de uma metodologia qualitativa que possibilite o levantamento de informações sobre o meio em que estão inseridos, bem como das relações sociais através do discurso empregado por ambos (produtores e trabalhadores rurais), o que não pode ser obtido através de variáveis quantitativas.

Também se buscou o registro de dados de fontes secundárias, sobretudo provenientes de fontes estatísticas, tais como o IBGE, com o objetivo de realizar uma caracterização da evolução e situação atual da cultura do pêssego. Todavia, as informações secundárias disponíveis não possibilitam precisar o número de unidades produtivas familiares que empregam mão de obra externa, tampouco quantificar e identificar os trabalhadores rurais itinerantes. Deste modo, impossível seria realizar uma pesquisa amostral, com critério estatístico, para a aplicação das entrevistas.

Quanto aos objetivos, esta pode ser considerada como descritiva e analítica, a qual procurou descrever e, posteriormente, interpretar os dados obtidos, tais como as características da população, além de estabelecer relações entre as variáveis, ou ainda, expor as características de determinado fenômeno.

A pesquisa bibliográfica foi outro ponto importante. Segundo Martins e Théóphilo (2007), essa ação se dá mediante o suporte de pesquisas anteriores e de

referências publicadas em jornais, revistas científicas, *sites* etc. No nosso caso, a busca ocorreu sobre a cultura do pêssego em Pelotas e sobre a agricultura familiar como categoria de análise e documental, utilizando relatórios e documentos compilados, tais como arquivos públicos, jornais, dentre outros.

Ademais, há que ressaltar, sobretudo, a realização de pesquisa de campo, mediante entrevistas face a face, fazendo uso de roteiro semiestruturado que alternava questões abertas e fechadas, a fim de analisar as relações de trabalho nas explorações familiares dedicadas à produção do pêssego em Pelotas. O foco essencial recaiu na questão da contratação de trabalhadores eventuais ou safristas. A mesma técnica foi adotada com os próprios trabalhadores através de roteiro específico.

A amostragem pode ser considerada como não probabilística, sendo realizada por acessibilidade ou por conveniência, tendo em vista a viabilidade da mesma no que se refere à coleta dos dados. Para tanto, iniciamos as entrevistas com produtores rurais com os quais se teve alguma indicação ou contato prévio⁸, conforme disponibilidade, sendo que esses entrevistados indicaram outros possíveis entrevistados (geralmente vizinhos ou parentes), os quais possuíam os “requisitos mínimos”⁹ para aplicação da pesquisa, a fim de compor a amostra. Em um determinado momento, as indicações tornaram-se paulatinamente repetitivas, restringindo o espectro de informações e dados.

Nesta técnica de amostragem, denominada *snowball sampling* ou “Bola de Neve” (GOODMAN, 1961), um sujeito é recrutado e, posteriormente, indica outros indivíduos, de seu relacionamento, para que também possam participar da amostra. Este recurso é indicado quando existe baixa visibilidade do público alvo, ou seja, quando este se encontra “escondido”, com poucos sistemas de referência ou dados estatísticos que possibilitem uma amostragem de caráter probabilístico.

No caso dos trabalhadores rurais de Pelotas, estes foram indicados pelos produtores rurais, já em relação aos trabalhadores rurais de Santana da Boa Vista a indicação deu-se através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

⁸ Isso se deu na fase exploratória em, pelo menos, dezesseis oportunidades, as quais serão detalhadas na subseção 1.4.3.2

⁹ Estes são especificados na subseção 1.4.2

1.4.2 Perfil dos entrevistados e critérios para definição do universo amostral

A população alvo da pesquisa é constituída pelos agricultores familiares e pelos trabalhadores rurais itinerantes, os quais trabalham temporariamente nas atividades relacionadas à poda, ao raleio e, especialmente, na colheita de pêssegos e que atuam no município de Pelotas/RS. A coleta e o tratamento dos dados obtidos nas entrevistas individuais realizadas pela pesquisadora foram objeto de sistematizações e análises.

A escolha dos potenciais entrevistados levou em conta, primeiramente, o exercício da fruticultura – produção de pêssegos, como atividade familiar principal, localizada no município de Pelotas (RS). Além disso, levamos em consideração elementos que definem a categoria de agricultor familiar, segundo a Lei n^o 11.326, de 24 de julho de 2006 e o Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017 que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária.

As características gerais necessárias para o reconhecimento do agricultor familiar e empreendedor familiar rural são definidas pela Lei n^o 11.326, artigo 3^o, da seguinte forma:

Art. 3^o Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei n^o 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (...).

A partir da realização das entrevistas, da experiência acumulada ao longo do tempo e do teor das respostas obtidas, foi plausível alterar a sequência do roteiro das entrevistas, quando necessário¹⁰, e verificar o ponto de saturação dos conhecimentos gerados, de maneira a reduzir ou ampliar a amostra, a fim de não trazer repetição excessiva aos resultados. O critério do “ponto de saturação” é

¹⁰ Devido ao tema das relações de trabalho ser restrito para os produtores não se obtinha com facilidade e profundidade as respostas. Neste sentido, a fim de obter as respostas necessárias, foi preciso realizar vários tipos de questionamentos, ou seja, em determinados momentos da entrevista se fazia necessário retornar a perguntas já realizadas anteriormente.

caracterizado por Bauer e Aarts (2002) pela realização de um determinado número de entrevistas até o momento em que a inclusão de outras não adicione novas informações, tornando-se os dados redundantes.

Com efeito, tratou-se de obter a exaustão de informações, que ocorre quando as novas informações se extinguem ou passam a girar dentro de um círculo vicioso. No entanto, deve-se ter atenção para não deixar de fora da pesquisa qualquer um de seus elementos; a representatividade e a homogeneidade da amostra e, finalmente, a pertinência esperada para esta pesquisa (BARDIN, 2011).

1.4.3 A imersão no campo

A imersão no campo foi dividida em três etapas, quais sejam: pré-teste, pesquisa exploratória e a pesquisa de campo propriamente dita, com posterior interpretação e análise dos dados. Ressalta-se a importância dada às duas primeiras etapas, a fim de se garantir a assertividade da pesquisa de campo, com o emprego de abordagem e de técnicas adequadas para obtenção das informações.

1.4.3.1 Pré-teste

Durante a etapa de construção dos instrumentos de pesquisa, estabelecemos contato com os produtores de pêssego de Pelotas. Uma dessas ocasiões foi durante a realização de “Dia de Campo” no interior do município, precisamente na propriedade de um persicultor. Na oportunidade realizamos “entrevistas-piloto” com três produtores e um técnico agrícola, cujo foco era realizar uma primeira aproximação com a realidade, avaliar a adequação do roteiro e corrigir problemas relacionados com a eficácia do instrumento de pesquisa em termos das questões propostas e do seu respectivo entendimento.

Segundo Yin (2005), o teste piloto ou pré-teste constitui uma estratégia metodológica que possibilita ao pesquisador, através de uma aplicação prévia com os sujeitos delimitados para o estudo, reavaliar e validar o instrumento de pesquisa

proposto. Neste sentido, após os procedimentos de teste piloto, optou-se por estabelecer dois roteiros de entrevistas específicos. O primeiro referente aos agricultores familiares, (Apêndice A) e o segundo direcionado aos trabalhadores rurais (Apêndice B), os quais foram construídos de acordo com o escopo da pesquisa.

Estes roteiros de entrevista, ajustados após testagem, possuem eixos fundamentais que nortearam sua elaboração, tais como: caracterização das unidades familiares de produção, natureza dos fatores de produção (terra, capital e trabalho), mão de obra contratada e eventual prática da pluriatividade, aspectos relativos aos processos de produção, assim como, as próprias relações de trabalho que envolvem a persicultura no município de Pelotas.

1.4.3.2 Pesquisa exploratória

Realizar a pesquisa exploratória ampliou o horizonte enquanto pesquisadora, permitindo captar a visão de pessoas, bem como a realidade que posteriormente seria dissecada na ida propriamente dita a campo. O contato deu-se a partir de atores centrais que têm relacionamento direto com o público a ser pesquisado. Paralelamente buscou-se avaliar a viabilidade da pesquisa e formas de abordagem que facilitassem a proximidade com os entrevistados, além de obter dados do setor produtivo e, sobretudo, elaborar um instrumento de pesquisa coerente e adequado ao problema investigado. Na fase exploratória realizamos entrevistas não estruturadas, com informantes chaves, considerando várias incursões junto a órgãos e espaços ligados à cultura do pêssego dentro e fora de Pelotas.

Para tanto, em agosto de 2014 procedeu-se a uma visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu. Já em 2015, nos meses de agosto e setembro, buscamos contato com outras instituições e órgãos como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul - EMATER/RS Escritório Municipal, Sindicato da Indústria de Doces e

Conservas Alimentícias de Pelotas - SINDOCOPEL¹¹ e Ministério do Trabalho - Gerência Regional do Trabalho e Emprego, todas localizadas na cidade de Pelotas/RS.

Ademais, tivemos a oportunidade de acompanhar, em novembro de 2015, a Abertura Oficial da Colheita do Pêssego da Safra 2015/2016 no município de Pelotas. O evento, com programação cultural e concurso de qualidade dos frutos, ocorreu na Comunidade São Luiz, localizada na Colônia Santa Áurea, zona rural do município.

Em maio de 2016 realizou-se pesquisa exploratória junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas. Nesse contato, além de informações gerais sobre o pêssego em Pelotas, fomos informados sobre a recente criação (novembro de 2015) da Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais no Rio Grande do Sul, a FETAR/RS. Esta instituição, fundada a partir da união dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Bagé, Vacaria, São Borja, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, Itaqui, Santana do Livramento e Uruguaiana, localiza-se no município de Arroio Grande e tem como objetivo representar uma categoria de cerca de 160 mil pessoas no Estado.

Já em julho de 2016, mantivemos contato com o escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul - EMATER/RS, onde foi possível apurar dados atuais sobre o número total de produtores (as) na atividade e área cultivada nos municípios de Pelotas, Canguçu, Morro Redondo e Cerrito, dentre outras informações pertinentes à pesquisa.

Em outubro de 2016 houve uma maior aproximação com os produtores, os quais, posteriormente, vieram a ser entrevistados. Fez-se a primeira visita à Cooperativa dos Apicultores e Fruticultores da Zona Sul – CafSul, com agendamento prévio de entrevista com o seu presidente.

Também participamos, como ouvinte, da assembleia ordinária da Associação dos Produtores de Pêssego da Região de Pelotas e da reunião com os associados da CafSul. Nestas duas ocasiões tivemos a oportunidade de explanar a natureza e os objetivos da pesquisa, buscando animar os produtores a participarem das entrevistas.

¹¹ Posteriormente, em 02/10/17, fez-se novo contato com o Sindicato, a fim de atualizar os dados sobre a industrialização do pêssego, considerando as safras 2015/2016 e 2016/2017.

Ao final da reunião na CafSul alguns dos produtores vieram espontaneamente se colocar à disposição para participar da pesquisa, sendo que outros foram abordados ao final da reunião, através da indicação do presidente da Cooperativa ou de outros produtores presentes. Neste sentido, foi possível obter uma relação de indicações de produtores a serem entrevistados, com verificação de informações básicas sobre a produção e pessoas que atuam na atividade, de forma a identificar o atendimento aos critérios pré-estabelecidos (mencionados anteriormente) e agendar as visitas às propriedades rurais.

Ainda neste período houve a participação, como ouvinte, no Seminário da Cadeia do Pêssego realizado na Expofeira de Pelotas, bem como de um dia de campo em uma propriedade rural. Em todas as ocasiões havia o esforço de familiarizarmo-nos com as práticas agrícolas e com o dia a dia da produção de pêssegos.

Finalmente em agosto de 2017 tivemos a oportunidade de visitar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais no Rio Grande do Sul – FETAR/RS em Santana da Boa Vista/RS. Tratam-se de órgãos representativos de uma categoria social que atualmente se mostra ampla e diversificada. O contato não rendeu os efeitos esperados, do ponto de vista da obtenção de dados e informações atualizadas sobre o coletivo de “trabalhadores do pêssego”. No nosso entendimento, tal dificuldade reflete a atual precariedade das estruturas sindicais no Brasil, sobretudo em termos dos proletários rurais.

1.4.3.3 Pesquisa de campo

Os pomares familiares de Pelotas se concentram no 7º distrito (Quilombo), 8º (Rincão da Cruz), 5º (Cascata), 3º (Cerrito Alegre) e 4º (Triunfo). Também há pomares localizados no município de Morro Redondo e em Canguçu, região do Rincão dos Maias, Iguatemi e Alto da Cruz (informação verbal)¹².

No mês de fevereiro de 2017 foram realizadas entrevistas em profundidade com quinze persicultores na zona rural de Pelotas, especificamente nas localidades:

¹² Segundo informações obtidas em pesquisa exploratória realizada junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas (2016).

Rincão do Andrade, 3º Distrito (1); Santa Bernardina, 5º Distrito (2); Santa Áurea, 7º Distrito (9); Cerro da Vigia, 7º Distrito (2) e Santa Eulália, 5º Distrito (1); além de dois trabalhadores rurais (localidades Santa Áurea e Santa Eulália).

A figura 02 tem como objetivo identificar a localização do município de Pelotas no mapa do estado do Rio Grande do Sul.



Figura 02 – Mapa ilustrativo da localização do município de Pelotas
Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Já através da figura 03 é possível visualizar os distritos onde se concentra a produção de pêssego, bem como a distribuição das entrevistas realizadas.

Em agosto de 2017 nos deslocamos para Santana da Boa Vista, localidade situada a 140 km de Pelotas, para realizar entrevistas com um “turmeiro” (que atua também como trabalhador) e com dois trabalhadores rurais, respectivamente residentes nas localidades da Serra dos Pereiras e Rincão dos Barbosa. Essa incursão se fez necessária justamente por se tratar de um município de onde procedem muitos trabalhadores empregados pelos produtores de pêssego de Pelotas. Tratava-se de um esforço no sentido de captar a natureza dessa relação pelos próprios protagonistas, tanto no caso do mediador dessa relação (turmeiro) quanto dos próprios trabalhadores. A figura 04 inclui um mapa ilustrativo da mesorregião Sudeste Rio-Grandense, destacando Santana da Boa Vista, localidade que dista aproximadamente 140km do município de Pelotas.

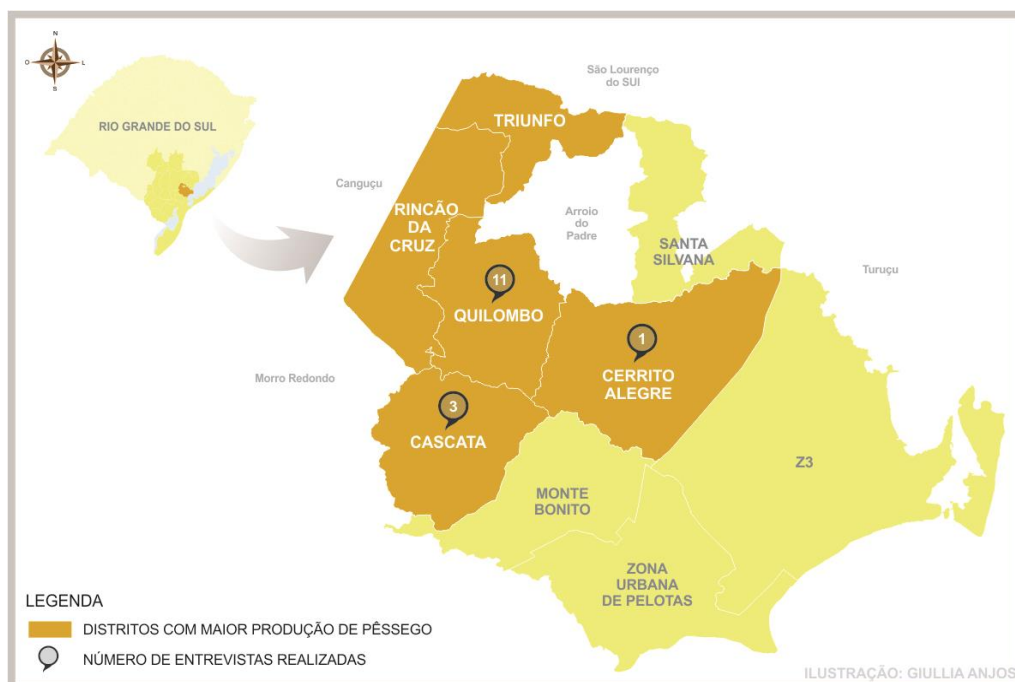


Figura 03 – Mapa ilustrativo da pesquisa de campo
Fonte: Elaborado pela autora (2017)

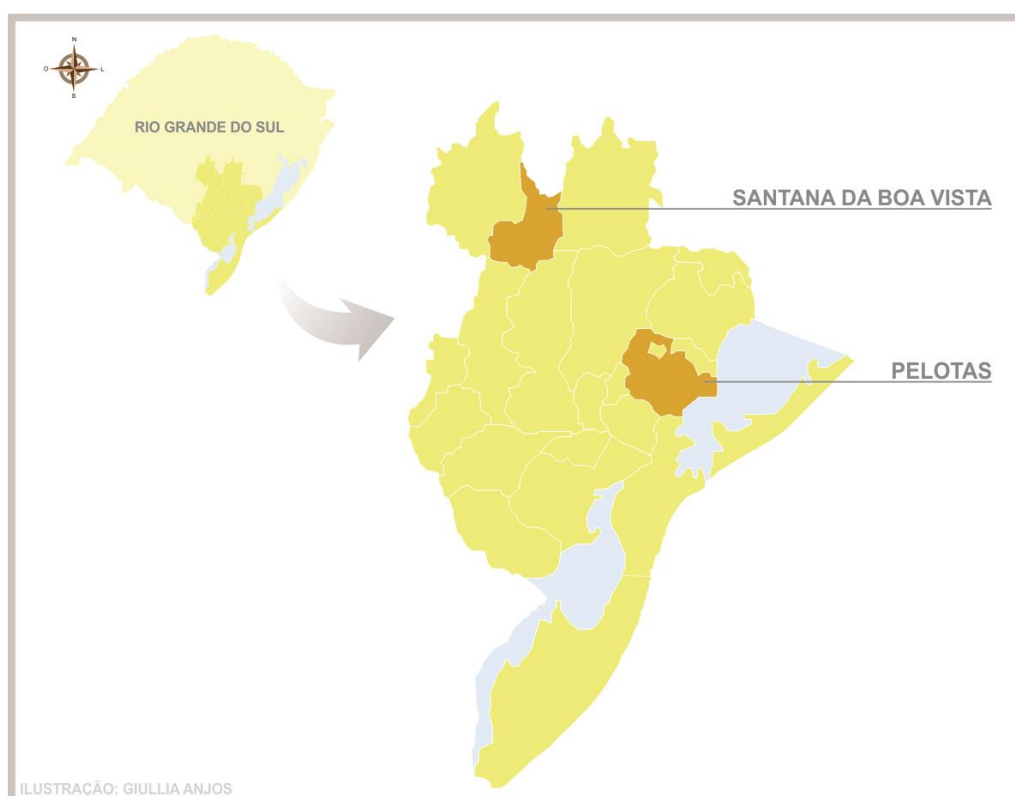


Figura 04 – Mapa ilustrativo da localização do município de Santana da Boa Vista
Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Em se tratando de uma pesquisa de cunho qualitativo houve um grande empenho no sentido de uma imersão no dia a dia dos entrevistados. Para tanto, as

entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais durante e após a realização das atividades, de maneira a colher informações verbais e não verbais dos produtores e dos trabalhadores rurais. O mês de fevereiro foi escolhido por ser logo após a colheita, época considerada “mais tranquila” pelos produtores de Pelotas, tendo em vista o acúmulo de trabalho verificado nas épocas de poda, raleio e colheita. Já o mês de agosto, também foi considerado propício para a realização de entrevistas em Santana da Boa Vista, visto que se trata de época que os produtores e trabalhadores estão “por casa”, momento que antecede a etapa do raleio no cultivo do pêssego.

Por valer-se primordialmente da técnica análise de conteúdo e tendo conhecimento de algumas possíveis dificuldades¹³ que poderiam surgir durante a realização das entrevistas, foi necessária cautela e habilidade da pesquisadora, a fim de buscar o tempo e local adequados à realização das entrevistas, além de esclarecer sobre a natureza das questões propostas. A intenção foi de estabelecer relações de confiança, as quais foram possibilitadas pela postura amigável e sincera que buscamos imprimir, mas, sobretudo, pelo apoio dos agentes ou informantes-chaves que auxiliaram na indicação, na apresentação e na formação do elo entre a pesquisadora e os seus entrevistados.

Neste sentido, pode-se destacar a atuação da CafSul, da Associação dos Produtores de Pêssego da Região de Pelotas e do Sindicato dos Produtores Rurais de Santana da Boa Vista, na figura de seus presidentes e colaboradores, que tiveram uma contribuição ímpar, evitando a compreensão equivocada de que, ao procurar entender as relações de trabalho, atuar-se-ia como se fôssemos agentes de fiscalização. Do mesmo modo, que a informação obtida pudesse vir a prejudicar, de alguma forma, as pessoas envolvidas. Esse cuidado decorre do fato de que boa parte das pessoas trabalha na total informalidade (informação verbal)¹⁴.

Além disso, Lima *et al.* (2009), em pesquisa realizada na zona rural dos municípios de Pelotas, Canguçu e Morro Redondo, alertavam para o fato de que os trabalhadores diaristas dificilmente estão disponíveis para a realização de pesquisas dessa natureza, mesmo sendo a cultura do pessegueiro uma das culturas da região em que ocorre intensa utilização de mão de obra temporária. Desta forma, também

¹³ Estranhamento e restrição, por parte dos entrevistados, em tratar de um tema considerado “velado” pela maioria dos atores envolvidos na cultura do pêssego.

¹⁴ Tal informação nos foi dada na fase exploratória, em duas entrevistas realizadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu (2014) e ao de Pelotas (2016).

procurou-se ter cuidado com a extensão das entrevistas junto a este público e a forma de abordagem, utilizando-se, sobretudo, de observação sistemática do local e das atividades executadas. As entrevistas tiveram duração variada; entre os produtores, de 1h30min a 3h, e entre os trabalhadores de 30 minutos a 1h30min, aproximadamente.

Sobre o uso de equipamentos na realização da pesquisa de campo, fez-se uso do gravador para registrar as entrevistas e da máquina fotográfica, de maneira a auxiliar na captação das informações verbais e não verbais. Ademais, a fim de identificar particularidades não percebidas nos relatos orais e nas imagens isoladas fez-se uso de gravações audiovisuais. Tomou-se o cuidado de pedir a autorização verbal e escrita para a reprodução das imagens (Apêndice C).

No total, aplicamos vinte e uma entrevistas, as quais foram realizadas mediante o uso do gravador, sendo posteriormente transcritas e analisadas pela autora da tese.

Outro instrumento utilizado foi a caderneta de campo, a qual possibilitou o registro do relatório diário das situações de entrevista, das impressões e da experiência vivida junto às propriedades rurais, incluindo o apontamento de informações eventualmente confidenciais, antes ou após a realização das entrevistas.

A fim de preservar o anonimato dos entrevistados e o sigilo das informações, optamos por estabelecer códigos de identificação, incluindo o caso de produtores rurais (P), trabalhadores rurais (T), turmeiro e trabalhador (TT), agregando o número da entrevista, em ordem cronológica de realização.

Procurou-se conduzir as entrevistas de forma a obter, com profundidade, os relatos dos produtores e dos trabalhadores rurais, constituindo-se, assim, em uma oportunidade para conhecer sua essência, suas angústias e suas expectativas em relação ao futuro.

Importante destacar que os trabalhadores rurais (de Pelotas e de Santana da Boa Vista) e o turmeiro realizam regularmente serviços para os produtores rurais de Pelotas, os quais voluntária e livremente participaram das entrevistas. Assim, foi possível averiguar a triangulação das informações coletadas, com a utilização de diferentes abordagens metodológicas do objeto empírico, a fim de prevenir possíveis distorções relativas à aplicação de um único método, tratando-se, desta forma, de esforço dirigido ao afã de compreender o fenômeno em questão mediante múltiplas

perspectivas, com o devido rigor científico (DENZIN; LINCOLN, 2006; GÜNTHER, 2006; FIGARO, 2014).

Com isso, foi possível robustecer nosso olhar sobre a realidade em virtude de uma ingente informação de campo que asseguraram, desde nossa aceção, a fidedignidade dos dados e dos depoimentos. Para May (2004, p. 145) “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”.

1.4.3.4 Análise dos dados

Devido à carência de dados e informações precisas e atualizadas, correlacionadas ao tema, pode-se compreender o repertório de técnicas adotadas e os procedimentos usados na análise dos dados. Nossa escolha recaiu na análise de conteúdo, tendo em vista, também, o intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto (BAUER e AARTS, 2002). Após a transcrição das entrevistas, o material reunido foi objeto de sistematização no sentido de organizar os dados e informações. A etapa seguinte foi construir categorias analíticas compatíveis com o recorte de realidade proposto.

Conforme Bardin (2011), a técnica da análise de conteúdo prevê três etapas: a) pré-análise; b) exploração do material e tratamento; c) inferência e interpretação dos dados. A pré-análise consiste em definir e preparar os documentos/materiais a serem analisados, formular os objetivos e identificar os indicadores que irão fundamentar a interpretação final; na segunda fase os materiais devem ser codificados, recortados, classificados e categorizados; na terceira fase dá-se o tratamento, inferência e interpretação dos dados (BARDIN, 2011).

Neste sentido, após a realização e a transcrição das entrevistas, procedeu-se à análise do conteúdo em termos de interpretação em seu contexto (de maneira a compreender o que levou o entrevistado a expressar determinadas opiniões, relacionando-as também com os relatos do diário de campo e o cotejo com observações efetuadas) e a aproximação em temas ou em categorias de análises preestabelecidas. A tarefa que se impunha era a compreensão ordenada e comparativa das opiniões dos produtores e dos trabalhadores.

Freitas, Cunha Júnior e Moscarola (1997) ressaltam que se deve considerar elementos ausentes, os quais podem ser repletos de significados. Para Fossá (2003), trata-se de processo indutivo ou inferencial, o qual, além de procurar compreender o significado das respostas dos entrevistados, busca explorar outra mensagem ou significação através ou junto à mensagem inicial.

Importante observar que em determinadas categorias foram dadas maior ou menor ênfase, de acordo com os resultados obtidos nas entrevistas. Ou seja, em algumas categorias as respostas dos entrevistados superaram as expectativas iniciais e geraram sub ou novas categorias de análise. Em outros casos, as respostas foram consideradas excessivamente repetidas e, por não suscitarem discussões demasiadamente aprofundadas e extensas, foram adequadas em categorias já existentes.

Entre as categorias de análise consta a questão dos sistemas de contratação da força de trabalho, que compreende a origem e a formalização dos contratos com os trabalhadores, os “acertos” ou combinações entre produtores, trabalhadores e turmeiros, as trocas de serviço e o desembolso financeiro, ou seja, o pagamento que envolve os trabalhadores terceirizados e turmeiros. Essa categoria integra também as condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores pelo contratante, incluindo moradia, alimentação, etc. A posição valorativa do agricultor familiar acerca da mão de obra contratada integra o escopo dessa categoria, do mesmo modo como a relevância da questão do trabalho contratado para o presente e o futuro da atividade.

A segunda categoria compreendeu a lógica de operações das propriedades familiares dedicadas ao cultivo do pêssego em Pelotas. Nesse contexto, diversos foram os aspectos levantados, tanto a situação geral da persicultura, à luz da opinião do próprio agricultor, quanto a sua visão sobre a respectiva condição em que se encontra a exploração familiar que ele representa.

Nesse sentido, o exercício da pluriatividade e a existência de rendas não agrícolas foram igualmente abordados, bem como outros aspectos que envolvem a propriedade, como o gerenciamento, as relações estabelecidas com indústrias e com outras instituições, a evolução do cultivo do pêssego e dificuldades encontradas. Finalmente, explorou-se a questão das perspectivas em relação ao futuro, de maneira a considerar a sucessão na propriedade rural e o amor pela atividade, enquanto exemplo de resiliência e persistência da agricultura familiar.

Freitas, Cunha Júnior e Moscarola (1997) consideram a habilidade, a dedicação e a sensibilidade como itens necessários à adequada análise dos dados, valorizando a intuição, a imaginação e a criatividade. Destarte, Bardin (2011) ressalta a legitimidade e o rigor necessários na utilização da análise de conteúdo, a fim de ir além das incertezas e evidenciar o que representa a realidade identificada, com assimilação das características das mensagens. Na sistematização das informações e na análise de conteúdo propriamente dita, optou-se por realizar tais operações “manualmente” (sem o apoio de *softwares* de tratamento de informações).

Compreender a natureza das relações de trabalho que envolvem uma cultura como o pêssego nos coloca dentro do contexto dos estudos do que se conhece como “dinâmica da agricultura familiar” e da evolução da agricultura sob o modo capitalismo de produção (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 17). Com base nesse entendimento considerou-se realizar uma aproximação, ainda que não necessariamente completa, sobre o que se entende como enfoques clássicos acerca da evolução do campesinato e das abordagens contemporâneas da agricultura familiar.

2 Os enfoques clássicos sobre o campesinato

A discussão sobre o caráter social da agricultura é relevante para compreendermos a persistência do campesinato e/ou de formas familiares de produção na sociedade capitalista. Para tanto, procura-se aqui refletir, a partir dos principais enfoques teóricos, sob a égide do modo de produção capitalista, até adentrarmos na emergência do que hoje se considera agricultura familiar.

No âmbito da teorização do campesinato, o debate clássico relativo à “exploração familiar” se encontra polarizado entre os enfoques dos trabalhos de Lênin e Chayanov, respectivamente caracterizados, na questão agrária russa, pelo grupo “Marxista” (Social-Democracia) e pela “Escola da Organização e Produção” (Populista), incluindo ainda a teoria de Kautsky sobre a subordinação da agricultura (CARNEIRO, 2009, p. 53; aspas no original).

Na Inglaterra, Karl Marx (1818/1883) se aprofundou na dinâmica transformadora da economia sob o capitalismo, concentrando suas atenções com a questão do proletário industrial, ator fundamental do capitalismo e não, especialmente, com o futuro do campesinato em si. Tratava o campesinato como uma categoria residual, cuja tendência seria o desaparecimento, em meio à ascensão e desenvolvimento capitalista, sendo considerado uma “forma” ou “modo de produção pré-capitalista”, sem muito interesse no curso da evolução econômica ou mesmo enquanto sujeito da transformação social.

No setor rural inglês, com o avanço do capitalismo na agricultura, se identificava a existência do proprietário fundiário, do arrendatário capitalista e do proletário rural como agentes primordiais de um novo regime de produção. Este sistema modelar dificultou a análise de outras formações onde a permanência camponesa foi historicamente constatada. Para tanto, segundo Marx, existiriam dois

caminhos para o campesinato europeu: ou tais produtores constituiriam uma aliança com o proletariado urbano, ou vegetariam entre crises até sua completa expropriação e absorção por explorações capitalistas mais preparadas do ponto de vista dos ganhos à escala.

Segundo Abramovay (1992), nos escritos de Marx não se verifica uma abordagem explícita sobre a questão agrária, sendo que seus estudos sugerem que, face à natureza do processo produtivo na agricultura, a pequena produção mostrar-se-ia incompatível com as exigências do modo de produção capitalista.

O campesinato, para Marx, constituir-se-ia numa classe em extinção, uma vez que o surgimento de uma agricultura moderna estratificaria a agricultura em três segmentos sociais específicos: o arrendatário, o terratenente e o proletário. No enfoque dado por Marx, no campo político, o camponês significava uma massa indiferenciada, conservadora e reacionária e, no campo econômico, remetia-se a um modo pré-capitalista de produção que tenderia a sucumbir por força dos acontecimentos (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Já o marxismo agrário apresentado por Lênin e Kautsky é entendido uma abordagem complementar à obra de Marx. No contexto específico da Revolução Russa, período de transição política e social de caráter socialista, Lênin observou a diferenciação social do campesinato russo, em função da paulatina incorporação de trabalho assalariado. Na visão leninista, após a emancipação dos servos (Reforma Emancipadora, de 1861, na Rússia Czarista) e, posteriormente, com a consolidação das contradições de classe (por volta de 1890), o campesinato “fragmentar-se-ia” em três classes sociais, o camponês pobre, o camponês médio e o camponês rico. Essa é a essência da teoria da diferenciação social enunciada por Lênin, em sua magistral abordagem sobre a situação rural de um país de dimensões continentais.

Para Vladimir Lênin (1870/1924), à medida que o capitalismo avançasse o estrato intermediário do campesinato russo desapareceria e, conseqüentemente, somar-se-ia à massa de camponeses pobres, contingente que deveria se aliar ao proletariado urbano para construir a aliança operário-camponesa.

Sacco dos Anjos (2003, p. 13) ressalta que:

É nesse sentido que Lênin segue a tradição marxista, apontando o assalariamento como forma no qual o capitalismo logra que os trabalhadores produzam mais-valia a ser apropriada pelos capitalistas, na agricultura ou em quaisquer ramos da atividade econômico-produtiva.

Karl Kautsky (1854/1938) compartilhava o entendimento dos traços gerais da teorização proposta por Lênin. Todavia, refletia a questão do camponês sob outra ótica, entendendo que o esvaecimento das pequenas explorações pode ocorrer em ritmos descontínuos e intermitentes. Para ele, a indústria à domicílio, as “ocupações acessórias”, o “dualismo estrutural”, a migração e a venda da força de trabalho não passavam de artifícios, que ele reconhecia como mecanismos para retardar o inevitável desaparecimento (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 18).

Kautsky procurou analisar a integração agroindustrial e a supressão da separação entre a indústria e a agricultura no curso das grandes transformações sociais. Enfatizou a subordinação da agricultura à indústria, na qual o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado. A socialdemocracia não deveria despender energias na construção de um programa específico voltado para os camponeses em função do entendimento que os mesmos já se encontrariam em um processo de proletarização. “Entendia que a agricultura camponesa era incompatível com o progresso técnico necessário para o desenvolvimento capitalista” (CARNEIRO, 2009, p. 54).

Não obstante, a partir da constatação do não desaparecimento do campesinato em vários países capitalistas, surgiram outros autores que buscam respostas a essa questão. Nesse contexto, Alexander Chayanov (1888/1930) se propôs a estudar os mecanismos que regulavam o funcionamento e a lógica de atuação das unidades familiares.

Chayanov era economista e agrônomo, além de conhecer profundamente a agricultura europeia, mantendo contatos intensos com os mais destacados centros de produção científica em agropecuária e em ciências sociais. É considerado o nome mais importante da chamada Escola da Organização da Produção e da vertente conhecida como “Agronomia Social”, havendo produzido um volume de informações sobre o meio rural russo, nunca dantes alcançado em outros países do mundo (ABRAMOVAY, 1998, p. 73).

Conforme Abramovay (1998), um dos mais célebres estudos de Chayanov foi publicado no periódico dirigido por Alfred Weber e Joseph Schumpeter na Alemanha. Posteriormente, ao final dos anos 1920, publicou também naquela que era tida como a mais influente revista de economia agrícola dos Estados Unidos, o *Journal of Farm Economics*. A experiência adquirida permitiu a Chayanov elaborar

uma contribuição considerada como um marco de referência sobre as peculiaridades da economia camponesa. Nesse sentido:

O estudo da unidade de produção camponesa exige a elaboração de categorias de pensamento que não fazem parte do repertório oferecido pelas ciências sociais: nem pela economia política marxista, nem pelos neoclássicos. A atribuição das categorias básicas de salário, capital, lucro e renda impede que se compreendam os comportamentos específicos e, aos olhos dos economistas, surpreendentes do campesinato (ABRAMOVAY, 1998, p. 72).

Mais do que um estudioso da economia camponesa, Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas no trabalho da família. Segundo ele, enquanto a renda dependesse fundamentalmente do trabalho familiar haveria um balanço entre a penosidade deste trabalho e as necessidades de consumo da família: uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passaria a ter, para a família, um valor decrescente. Esta é a base teórica que permitia a Chayanov contestar a validade da lei da diferenciação social do campesinato de Lênin, propondo, em seu lugar, a ideia de diferenciação, mas de natureza demográfica (ABRAMOVAY, 1998), não necessariamente social.

Todavia, não raras vezes a teoria de Chayanov aparece ligada ao que se considera como isolamento camponês, ou seja, admitir que seria um tipo de exploração fechada em si mesma e pouco aberta à cooperação. Ao contrário, o último capítulo de sua obra maior (*Peasant farm organization*) preconiza o cooperativismo e a integração vertical, citando explicitamente o exemplo da Dinamarca como forma mais eficiente de construção do socialismo na agricultura. Chayanov já antevia o desastre que ocorreria caso predominassem as teses que sustentavam a integração horizontal, ou seja, a formação de grandes unidades coletivas (ABRAMOVAY, 1998).

O que Chayanov não queria era que sucumbisse a grande organização social já existente na Rússia do começo do século XX. Entre os camponeses, ele acreditava que tanto as formas tradicionais de cooperação quanto as implantadas com a modernização que se iniciou com a emancipação dos servos em 1861 poderiam ser a base de um processo de cooperação no qual o trabalho familiar e, sobretudo, a iniciativa dos próprios indivíduos fossem valorizados (ABRAMOVAY, 1998, p. 73).

O objeto da teoria de Chayanov, neste sentido, conserva toda a sua atualidade: de que maneira as sociedades contemporâneas podem compatibilizar o progresso técnico com o aproveitamento da energia e da iniciativa social que repousa nos indivíduos e nas famílias? Observa-se que sua obra constitui as bases para a formulação de uma teoria de diferenciação demográfica, a qual considera uma unidade familiar centrada na geração de “valores de uso” e na lógica do equilíbrio “trabalho-consumo”, preconizada pela satisfação das necessidades familiares, através da menor taxa de auto exploração (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 21).

Chayanov buscou elucidar os meandros da dinâmica não capitalista da economia camponesa e se contrapôs aos pressupostos centrais do marxismo. Neste sentido, descreveu situações onde o capitalismo convive com formas camponesas e situações onde os camponeses demonstram capacidade de luta e resistência (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Em suma, entende-se que as categorias da economia clássica como renda, salário e capital são insuficientes para interpretar os fenômenos da economia camponesa, estabelecendo relações entre a produção e a satisfação de consumo familiar, fato que determina o “ponto de equilíbrio” das atividades camponesas, diferentemente do circuito capitalista de produção que é mormente regido pelo lucro. Além disso, recusa a “Teoria da diferenciação Social”, de Lênin, demonstrando a relação entre a área explorada e o tamanho da família; que o camponês tem uma tendência a maximizar oportunidades, com uma lógica própria voltada para atender às suas necessidades de consumo em lugar de alcançar uma taxa de lucro. Se, para Lênin, a pequena propriedade mercantil era um “viveiro” de gente para o capitalismo, para Chayanov, ela era uma fonte permanente de riqueza para o país (ABRAMOVAY, 1998, p. 73).

As contribuições teóricas de Chayanov foram importantes para elucidar a dinâmica interna da produção camponesa. Todavia, ainda não se aprofundou nas características da pequena produção familiar na América Latina, principalmente daquela que atualmente se atrela ao mercado, em uma dinâmica do trabalho familiar integrada aos circuitos da acumulação agroindustrial, situado no contexto de expansão do capitalismo moderno, em que a grande indústria capitalista passa a dominar a agricultura (CARNEIRO, 2009).

Finalmente, considera-se que Chayanov propõe o exame da morfologia da unidade camponesa de produção, uma unidade teleológica que se move dentro da equação C/T (consumo-trabalho). São as necessidades de consumo que fazem com que a família imprima um ritmo de auto exploração. Entretanto, essa mesma família, em determinadas etapas do ciclo produtivo, ou de sua respectiva trajetória, vê-se na contingência de ‘comprar’ mão de obra externa, contratando trabalhadores eventuais. Esse precisamente é o caso do objeto desta pesquisa, a exemplo dos trabalhadores da cultura do pêssego no município de Pelotas/RS. Ademais, esta mesma família, para manter a condição “camponesa”, pode, eventualmente, buscar fontes externas de ingresso econômico, vendendo a sua força de trabalho, dentro ou fora do âmbito da agricultura.

Sendo assim, enquanto para autores clássicos como Marx, Lênin e Kaustky o campesinato atravessaria um inevitável processo de desintegração, em paralelo com a penetração do capitalismo no campo, para Chayanov a ênfase não estava no processo de diferenciação social e sim, na dinâmica não capitalista da economia camponesa, contrapondo-se aos pressupostos centrais do marxismo, e com foco na relação entre o consumo familiar e o trabalho.

Consideramos de importância transcendental as ponderações de Chayanov acerca da lógica peculiar que rege o funcionamento das explorações camponesas no que tange ao escopo da presente pesquisa. Neste contexto, segundo suas próprias palavras:

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de manera más fácil y, por tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objetivo al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada (CHAYANOV, 1974, p. 120).

Todavia, ainda que admitida como grande contribuição ao estudo sobre a evolução do campesinato e da agricultura familiar contemporânea, as teses de Chayanov não estão isentas de críticas enquanto à capacidade de compreensão dos processos atinentes a essa forma social de produção. Boa parte dessas objeções provêm do campo da antropologia social, a exemplo do estudo de Woortmann, que, ao analisar a concepção chayanoviana, sentenciou:

Em nenhum momento sua preocupação ultrapassa os limites da unidade doméstica, de forma a abarcar as relações entre famílias. Tampouco

procurou atingir uma visão qualitativa do fenômeno familiar no campesinato russo. (WOORTMANN, 1995, p. 30)

Entre os herdeiros intelectuais e continuadores da obra de Chayanov, constam Tepicht (1973) e Galeski (1975), os quais são recorrentemente acionados para analisar as metamorfoses da agricultura familiar nos diversos países do mundo. Não obstante, ainda segundo Woortmann, o resultado a que chegam estes autores não é muito diferente, especialmente porque enfatizam, essencialmente, “*a produção econômica pela família, mais do que a produção social da família*, como instituição e como valor, ou as relações entre famílias” (1995, p. 34; *italico no original*).

Como aludimos anteriormente, nossa atenção está centrada em investigar a situação interna, mas especialmente as relações externas que contraem as explorações dedicadas ao cultivo de pêssego de Pelotas para viabilizar sua permanência nessa atividade produtiva do qual dependem milhares de famílias nessa região do Brasil.

Neste sentido, afirmamos a importância dos estudos precursores sobre a evolução da agricultura, os quais influenciaram decisivamente as abordagens posteriores. O tópico subsequente trata de situar alguns dos novos enfoques contemporâneos, os quais consideramos relevantes para analisar o caso dos persicultores do município de Pelotas.

3 Os enfoques contemporâneos sobre o campesinato

Para Wanderley (2001), apesar de não podermos considerar a agricultura familiar como uma categoria social recente ou tampouco fazermos qualquer menção a uma categoria de análise nova na sociologia rural, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos em nosso país, assume ares de novidade e de renovação. Esta autora esclarece que “essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 2001, p. 52), dentre as quais encontra-se o campesinato. Ressalta, ainda, que este possui uma série de particularidades, as quais dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global, de maneira que o campesinato continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno e se especifica no conjunto maior da agricultura familiar.

Ademais, refere-se ao fato de que se estão multiplicando nas sociedades modernas outras formas de agricultura familiar não camponesas que tentam se adaptar a esse novo contexto de reprodução social, transformando-se interna e externamente em agentes da agricultura moderna, o que, para alguns estudiosos é visto como uma ruptura profunda e definitiva com o passado, ao passo que para outros, é resultado, ao mesmo tempo, de uma continuidade.

Sacco dos Anjos (2003) aborda os principais enfoques teóricos relacionados ao destino das pequenas explorações baseadas no trabalho familiar, no âmbito do avanço do modo de produção capitalista. Para tanto, busca compreender, a partir do plano da questão agrária clássica e atual, o papel dos mecanismos de reprodução social e econômica desses agricultores e a forma de produção na agricultura.

Segundo o enfoque modernizante, a agricultura e o campesinato retardariam o processo de modernização devido à ineficiência no uso dos recursos e a lentidão na absorção de novas tecnologias. Este enfoque surgiu a partir da abordagem antropológica-culturalista e apresenta três grandes pilares: a teoria das etapas do crescimento, a economia dual e a perspectiva estruturalista e da dependência. A noção de produção e de produtividade agrícola, a partir desta vertente, levaria ao desenvolvimento, dando impulso a modernização da agricultura (Revolução Verde) (SACCO DOS ANJOS, 2003).

É importante considerar que o desenvolvimento capitalista teve como consequência uma forte diminuição do número de explorações, as quais se identificavam com o campesinato e baseadas fundamentalmente no trabalho familiar. Todavia, isso não significou o desaparecimento da forma familiar de produção na agricultura (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Sendo assim, faz-se necessário compreender os fundamentos de tal manutenção. Para tanto, considera-se que as pequenas explorações familiares foram capazes de se adaptar ao progresso técnico ao longo do tempo e, assim, a imposição inquestionável da economia de escala não se mostrou tão eficaz como parecia. Além disso, o agricultor familiar moderno, que conserva características do camponês, é capaz de obter um produto que é repassado à sociedade por um preço que não seria compatível com as explorações capitalistas baseadas no trabalho assalariado.

Jean (1994) aborda o desenvolvimento histórico da produção agrícola familiar, seu passado, seu presente e seu futuro, que ao contrário de algumas previsões, adaptou-se aos movimentos da conjuntura socioeconômica, com uma impressionante capacidade de manter-se e de reproduzir-se ao longo das gerações.

Já Abramovay (1992) procura diferenciar os conceitos de campesinato e de agricultura familiar. Para tanto, considera a racionalidade fundamentalmente econômica, a qual é distante da definição do modo de vida camponês, considerado resquício do feudalismo. Já o agricultor familiar é um novo personagem que possui características diferentes do camponês tradicional, o qual teria assumido sua condição de produtor moderno e integrado aos mercados e que procura racionalizar, ao máximo, sua produção. Neste sentido, a exploração camponesa pode ser considerada uma exploração familiar, todavia, nem todas as explorações familiares

são, necessariamente, camponesas, as quais não podem ser compreendidas a partir de um único modelo (LAMARCHE, 1993).

É importante considerar as explorações familiares em sua dimensão histórica e dentro de contextos socioeconômicos e políticos diferentes, percebendo, assim, as mutações que sofre a partir do esforço de adaptação à realidade. Para tanto, Lamarche (1993, p. 15) propõe um esquema de análise mais amplo que uma definição rígida, quando preconiza que “a exploração familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

Lamarche adverte sobre as diferenças entre a exploração camponesa e familiar e considera a evolução da agricultura familiar, a necessidade de adaptação para a sobrevivência e a sua grande diversidade. O termo “exploração familiar” recobre situações variadas e diferentes, segundo suas condições objetivas de reprodução, sendo um modelo de funcionamento e uma classe social no interior desse modelo. Nesse contexto, a “exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio” (LAMARCHE, 1993, p. 22).

Sendo assim, a interdependência dos fatores propriedade, trabalho e família no funcionamento da exploração projeta elementos abstratos e complexos, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993). Jean (1994, p. 53) complementa afirmando que “o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador”. Nesse sentido, “ao executar sua atividade, entrega à sociedade tanto a parte correspondente à renda da terra como a parte relativa ao lucro capitalista” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 60)

Wanderley (2009, p. 139) reitera, ainda, que “o rendimento obtido no processo produtivo não pode ser dissociado em parcelas autônomas e particulares, como no caso do processo produtivo propriamente capitalista”. Ao cumprir os papéis de garantir a segurança alimentar e de diminuir custos de produtos básicos, o segmento familiar é alvo de políticas de proteção por parte do Estado, que procuram auxiliar na sua sobrevivência (SACCO DOS ANJOS, 2003).

A agricultura familiar, para Medeiros (1997), não é um bloco homogêneo, mas sim um ator social diferenciado, tanto econômica, como politicamente. Sendo assim, há um longo caminho a percorrer quando se fala em representação política da

agricultura familiar, bem como sobre o significado político dentro do processo de revalorização desta categoria de análise no Brasil.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de se observar as diferenças entre países e regiões, o que implica em formular políticas que contemplem essa diversidade. Para Carneiro (2009), as conjunturas geográficas, históricas, sociais e econômicas caracterizadas pelo campesinato latino-americano carecem de um enfoque teórico próprio que contemple o estudo da estrutura e da dinâmica interna e externa da exploração familiar.

Abramovay (1992) faz um balanço sobre a situação da agricultura familiar nos Estados Unidos. Nessa obra, retrata alguns estudos sobre a produção familiar na agricultura norte-americana e, através de dados estatísticos, evidencia a base fundamentalmente familiar em que se apoiou o desenvolvimento da agricultura neste país. Na sequência, ressalta uma tendência controversa a uma estrutura bipolar na agricultura norte-americana, onde só subsistiriam a massa de pequenos estabelecimentos, irrelevantes do ponto de vista econômico e, no extremo oposto, umas poucas empresas baseadas no trabalho assalariado e responsáveis pela maior parte da oferta agrícola.

Abramovay (1992) aborda também a temática da agricultura familiar na Inglaterra, argumentando que, neste país, no período que antecedeu à Revolução Industrial, as tradições camponesas, se não foram totalmente destruídas, foram, no mínimo, enfraquecidas. Apesar de mencionar que o caráter familiar da produção (que caracteriza fundamentalmente a estrutura social da agricultura) aparece como uma constatação recorrente na literatura britânica, ressalta a existência de autores que defendem a volta do modelo tripartite do período clássico, só que com grandes capitais financeiros investindo na terra, com finalidades especulativas ocupando o papel dos *landlords* (senhores) e as corporações fazendo as vezes dos capitalistas, ao passo que os atuais *farmers* (agricultores) desapareceriam e seriam transformados em assalariados agrícolas.

Na mesma obra, o autor destaca o processo de redefinição pelo qual passou a agricultura familiar britânica na década de 1990, considerando a agricultura a tempo parcial e salientando que, é cada vez menos frequente a existência de um estabelecimento familiar puramente agrícola. Por outra parte, ressalta que o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas britânicos não se opõe ao movimento de

concentração do processo produtivo, sendo, portanto, possível a união do progresso técnico e da agricultura familiar.

Com relação à agricultura familiar na Europa Continental, Abramovay (1992) constata o papel de assegurar o consumo de alimentos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. E, destaca, ainda, a atuação do Estado contemporâneo na organização dos mercados e o seu papel crucial na própria reprodução social da agricultura familiar, tanto em realidades europeias, como alhures.

Enfim, o autor menciona a capacidade da política agrícola moderna em modelar as próprias estruturas sociais da produção agrícola, delineando um quadro, onde consta que a base social do desenvolvimento da agricultura moderna dos países capitalistas avançados foi a empresa familiar, com unidades de produção extremamente produtivas e totalmente abertas à incorporação de inovações tecnológicas.

Outrossim, considera que a diversidade das formas de reprodução da agricultura familiar evidencia que “esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar” (WANDERLEY, 2003, p. 48). À vista disso, “[...] o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas” (WANDERLEY, 2000, p. 122).

Como estratégia de reorganização das atividades de produção e de comercialização, de maneira a alterar os seus modos de vida diante das transformações nos mercados, Peñafiel (2006) sinaliza a existência de famílias pluriativas na persicultura desenvolvida na região de Pelotas.

Tal condição ou exercício da pluriatividade se inseriria no repertório de estratégias adotadas pelas explorações, incluindo, portanto, aquelas dedicadas à produção do pêssego para a garantia da reprodução social das famílias. Mas em que consiste a pluriatividade? Como se apresenta tal fenômeno na atualidade? A próxima subseção visa ampliar o debate em torno a uma questão que ganhou relevo nos estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar nas duas últimas décadas.

3.1 Pluriatividade

As alterações das demandas de consumo familiar devem ser consideradas ao longo do ciclo vital de cada unidade familiar de produção, sobretudo quanto à relação entre o número de consumidores e de trabalhadores residentes na propriedade. Concernente a isso, a fim de assegurar o atendimento as suas necessidades, não raras vezes, as famílias buscam alternativas de renda e de trabalho fora do estabelecimento familiar e, inclusive, fora da agricultura e do meio rural.

Abramovay (1992) reconhece que o processo de modernização da agricultura produziu reflexos traduzidos no que se conhece como êxodo agrícola¹⁵, além de reduzir o número de estabelecimentos e ampliar a superfície média dos remanescentes. Práticas agrícolas como a mecanização intensiva, possibilitaram a especialização da atividade agropecuária, fazendo com que propriedades rurais crescessem em termos de dimensão como forma de aproveitar as economias de escala e sobreviver em meio à concorrência do mercado global.

Com isso, o agricultor se transforma em empresário-operador e dedica sua atividade profissional a potencializar sua própria exploração agropecuária. Por outro lado, muitos trabalhadores agrícolas conciliaram a exploração de suas unidades de produção com a ocupação de postos de trabalho no ramo da indústria e dos serviços, mediante relação de assalariamento, o que se caracteriza como “agricultura a tempo parcial” (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Schneider (2004, p. 79) refere-se ao fenômeno da pluriatividade como a “combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”. Tem-se, ainda, situações em que os membros que compõem as famílias residentes nas zonas rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação de natureza não-agrícola, fruto da interação entre decisões individuais e familiares no contexto social e econômico em que elas estão inseridas.

¹⁵ Processo em que ocorre uma redução da população que desenvolve atividades agropecuárias em função das transformações tecnológicas que o campo na região vem passando, bem como aos problemas relacionados à transmissão da propriedade da terra. Essa situação, contudo, permite que essa população continue vivendo da agricultura e trabalhando, por exemplo, numa fábrica em uma outra jornada de trabalho (SCHÖRNER, 2000, p. 79). Nesse contexto, utiliza-se a expressão “êxodo agrícola” para fazer referência ao abandono do trabalho na agricultura e para diferenciá-lo do êxodo rural, sendo este último considerado a saída definitiva de localidades consideradas rurais para áreas urbanas (FERREIRA; BOMFIM, 2013, p. 93).

Em muitos casos, a intensificação da força de trabalho na agricultura pode remeter à pluriatividade, onde as famílias rurais buscam um trabalho menos penoso. Todavia, o que de fato ocorre é que a pluriatividade, conforme os contornos sociais históricos, econômicos, políticos e culturais, parece eclodir dentro de uma diversidade de situações, com diferentes sentidos, cabendo compreender o contexto local em que está inserida (CARNEIRO, 2006).

Para tanto, a pluriatividade pode ser dimensionada a partir de duas vertentes interpretativas. A primeira abordagem é de que as atividades não-agrícolas se apresentam de forma concorrencial às atividades agrícolas, podendo vir a superá-la e assumir *status* de descaracterização da agricultura. Outra vertente, considera a pluriatividade como uma estratégia que não é estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas, não constituindo ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola, podendo, inclusive, refletir a luta pela manutenção das famílias e da própria condição de agricultor. Neste sentido, não assume caráter transitório ou conjuntural (CARNEIRO, 2006).

Sacco dos Anjos *et al.* (2004) descrevem a existência de cinco tipos de rendas atinentes às unidades familiares: agrícola, não agrícola, outras rendas do trabalho, de outras fontes e de transferências sociais. Baseado nesta classificação, destacam as características que podem se enquadrar justamente no perfil dos trabalhadores rurais que se apresentam como público da pesquisa realizada por Peñafiel (2006). A ideia de “outras rendas do trabalho” consiste nos rendimentos obtidos fora da unidade produtiva e de atividades inerentes ao setor agropecuário, tais como a venda da força de trabalho na agricultura ou a prestação de serviços agrícolas; colheita, plantio e podas em outras unidades de produção; prestação de serviços com máquinas agrícolas próprias, etc. (SACCO DOS ANJOS *et al.* 2004).

Abramovay (1992) reflete sobre a representatividade do trabalho assalariado na agricultura em relação ao trabalho familiar. Neste sentido, ressalta que devido à queda geral das necessidades de trabalho na agricultura, a proporção do esforço familiar aumenta em relação aquele advindo de fora do estabelecimento agrícola, sobretudo ao considerar as necessidades técnicas do processo produtivo. Além disso, para este autor, a agricultura a tempo parcial não é caracterizada como uma situação transitória e em direção à proletarianização, mas como uma estratégia de resistência.

Para Sacco dos Anjos *et al.* (2004) há uma preocupação em desvendar a lógica interna que governa o funcionamento da unidade de produção familiar, a qual surge em resposta às pressões: externas (comportamento dos mercados, acesso à terra etc.) e internas (alterações na relação entre consumidores e trabalhadores da família, queda no ingresso econômico etc.).

Não se trata da perda da autonomia do grupo doméstico, mas do ganho desta, pelo fato de que a remuneração decorrente da atividade não-agrícola pode, inclusive, gerar autossuficiência econômica do agricultor, uma vez que este pode não necessitar de empréstimos para financiar sua atividade (CARNEIRO, 2006).

Ademais, considera-se a relevância do referencial chayanoviano, em relação às estratégias sociais e produtivas vinculadas aos aspectos intrafamiliares e à legitimidade do debate sobre as formas familiares de produção na contemporaneidade. Segundo Sacco dos Anjos *et al.* (2004, p. 26), o referencial chayanoviano auxilia a “compreender os mecanismos e estratégias que justificam a persistência das formas de produção baseadas no trabalho familiar”.

Na visão chayanoviana, a principal motivação para o camponês buscar o assalariamento externo e outras ocupações acessórias vai além do interesse de acumulação, e se explica pela própria necessidade de sobrevivência, vinculada ao estágio de desenvolvimento familiar (SACCO DOS ANJOS, 2003). Neste contexto, a unidade de análise é a família e não o indivíduo, visto que a pluriatividade é necessariamente familiar (CARNEIRO, 2006). Com efeito:

[...] a análise da circulação da força de trabalho sob o desenvolvimento contemporâneo, permite ultrapassar sua mera constatação e entender a recomposição do jogo das estratégias familiares através da diversificação dos papéis profissionais. Constitui, portanto, uma boa porta de entrada (e não de saída) à compreensão dos projetos de reprodução da família, mais abrangentes do que os da reprodução da unidade de produção. Controlando as vantagens aparentes que a constatação do seu grau de generalidade pode imediatamente oferecer à explicação, reconhecendo que este princípio explicativo se orienta pelo primado da causa finalista, pode-se ter em conta que elementos distintos podem conduzir ao entendimento das novas formas de gestão da força de trabalho na agricultura, mas também das possibilidades de inserção das famílias na sociedade, a despeito da quase infinita diversidade de configurações ou situações (NEVES, 1997, p. 22-23).

Para as famílias pluriativas relacionadas à cultura do pêssego, segundo Peñafiel (2006), a atividade não-agrícola lhes permite gerar meios de vida naqueles meses de inatividade da persicultura. Ademais, também pode compensar a renda

naqueles estabelecimentos familiares nos quais as indústrias apresentam inadimplência ou atraso quanto ao pagamento do produto adquirido (pêssego).

Peñafiel (2006) evidenciou, ainda, perspectivas distintas entre o grupo de entrevistados: para os agricultores que realizam atividades não-agrícolas temporárias, consta a motivação de deixarem essas atividades para praticarem a agricultura de forma permanente.

No entanto, para os agricultores que enfrentam problemas de pagamento, sua perspectiva é oposta. Para estes, uma atividade não-agrícola permanente gera perspectivas de continuar no meio rural, deixando a persicultura, porém com riscos de abandonar de vez a produção agrícola (PEÑAFIEL, 2006, p. 122).

Segundo pesquisa realizada pelo CAPA (2009), uma parcela da população mais pobre do meio rural dos municípios de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu sobrevive vendendo sua força de trabalho, em certos períodos do ano, exercendo atividades específicas relacionadas à cultura do pêssego. Caracteriza-se, desta forma, o exercício da pluriatividade como uma estratégia de sobrevivência dos estabelecimentos desta região sul-rio-grandense.

No caso específico do pêssego, a geração de renda envolve trabalhos temporários, realizando serviços nos pomares e nas indústrias. Entre estas atividades consta a execução de tarefas agrícolas no interior de Pelotas, na divisa com Canguçu (região denominada Rincão dos Maias). Há, ainda, os trabalhadores da cultura do tabaco, também característica da região. Na área rural de praticamente todos os municípios da região sul do Rio Grande do Sul existem verdadeiros bolsões de pobreza, cujas famílias sobrevivem do trabalho prestado a terceiros, muitas vezes empregados por agricultores familiares (CAPA, 2009).

Destarte, a revisão teórica, até então construída, teve como objetivo auxiliar na reflexão acerca da natureza peculiar da forma social de produção correspondente à agricultura familiar, especialmente no que tange à persicultura e às relações de trabalho, atinentes ao município de Pelotas/RS.

Na próxima seção serão abordados outros elementos que auxiliam na caracterização da agricultura familiar na região de Pelotas, atentando, especialmente, para o caso da produção de pêssegos e para a natureza das relações de trabalho envolvidas.

4 Evolução e situação atual da produção de pêssegos em Pelotas

O objetivo central da presente seção é apresentar, resumidamente, um quadro evolutivo e atualizado da cultura do pêssego em Pelotas, dos primórdios de sua introdução até a contemporaneidade. Paralelamente analisaremos a questão da mão de obra nessa atividade produtiva, bem como um panorama da agricultura familiar na microrregião de Pelotas e da própria produção do pêssego em termos do número de estabelecimentos envolvidos.

4.1 Da origem da produção ao apogeu da industrialização

O pessegueiro é originário do continente asiático, especificamente da China, com referências de cultivo há mais de três mil anos, sendo considerado símbolo da longevidade. Posteriormente, relatos apontam que, por meio de rotas comerciais pelas montanhas, esse fruto foi levado ao milenar império Persa - em virtude das incursões de Alexandre Magno - dando origem ao nome científico de *Prunus persica*, classificação binomial de Carolus Linnaeus (1758), segundo Belarmino (2014).

Na Grécia, o pessegueiro foi introduzido após a queda do domínio dos persas e durante o período áureo da civilização helênica (330 a.C), sendo disseminado pela Europa na Idade Média e, no Ocidente, a partir dos descobrimentos e da colonização europeia, no século XV (BELARMINO, 2014).

Sua expansão, com aumento da área cultivada em vários continentes, deu-se entre os séculos XIX e XX, iniciando-se, já nessa época, os processos de seleção de

genótipos mais produtivos. É considerada, juntamente com a nectarina¹⁶, uma das espécies mais distribuídas pelo planeta. O pêssego está entre as dez frutas mais produzidas no mundo¹⁷, sendo consumido de diversas maneiras: *in natura*, ou processado na forma de conserva em calda, sucos, doces pastosos, desidratados, congelados, liofilizados, dentre outros preparos (BELARMINO, 2014).

Segundo Franzon e Raseira (2014), o pessegueiro foi introduzido no Brasil, em 1532, por Martin Afonso de Souza, na época das capitanias hereditárias, por meio de mudas trazidas da Ilha da Madeira, as quais foram plantadas na Capitania de São Vicente, atualmente estado de São Paulo. Todavia, foi no Sul do país que melhor se desenvolveu, devido principalmente às condições climáticas favoráveis, especialmente no caso dos frutos destinados à industrialização (compotas)¹⁸.

Os primeiros relatos sobre a produção agroalimentar em Pelotas e região são de 1780, quando o português José Pinto Martins instalou a primeira charqueada¹⁹ às margens do Arroio Pelotas, atividade produtiva que marca o primeiro grande ciclo econômico da região. Conforme assevera Grando (1989, p. 17):

Esse produto (o charque) foi, durante o século XVIII e parte do século XIX, o maior suporte da economia do Sul do Brasil, produzido com a utilização da mão-de-obra escrava e exportado a outras regiões do País [sic] para a alimentação dos escravos e populações de baixas rendas.

Todavia, o ciclo do charque entra em franca decadência em meados do século XVIII. A vinda de imigrantes europeus, sobretudo alemães, franceses e italianos, através de projetos de colonização (oficial e privada), conforme bem destaca Marinês Grando (1989, p. 18), “tornou-se uma esperança de renovação econômica para o Sul”. A instalação das colônias na região conhecida como “Serra dos Tapes²⁰” assentou as bases para um processo de diversificação econômica e

¹⁶ A nectarina (*Prunus persica* var. *nucipersica*) é uma espécie que é resultado do melhoramento genético do pêssego, possuindo frutos de casca lisa, sem pelos, além de polpa macia e caroço não-aderente.

¹⁷ A produção mundial, em 2009, foi de 20.278.439 t, segundo dados da FAO (2012).

¹⁸ Na subseção 4.4.1 teremos um maior detalhamento sobre a produção de pêssego na microrregião de Pelotas.

¹⁹ Tipo de estabelecimento voltado à produção de carne salgada e curada, conhecido como charque, o qual representou o primeiro ciclo econômico do sul gaúcho, que se baseava no uso de mão de obra de negros escravizados durante o período do Brasil imperial. Sobre a charqueada escravista gaúcha, consultar Corsetti (1983).

²⁰ A zona fisiográfica da Serra dos Tapes, distribui-se entre os municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo (CERQUEIRA, 2011).

para o surgimento das primeiras fábricas de alimentos nessa parte do país. Ainda, segundo Grando (1989, p. 19):

A industrialização no Sul do Brasil tem, em boa parte, origem no artesanato camponês, que se transformou em semi-indústrias [sic] à medida que as comunidades foram se urbanizando; posteriormente, essas fábricas integraram-se ao processo de industrialização que ocorreu no País depois da Primeira Guerra Mundial. É esse precisamente o caso da indústria de conservas vegetais de Pelotas, cujas origens estão nas fábricas artesanais da Colônia Santo Antônio, que, ao saírem do domínio camponês, se transformaram num parque de unidades industriais, o qual veio a ser o maior do gênero no Brasil.

Com relação à influência francesa, Salamoni (1992) ressalta que Pelotas, atualmente conhecida como a 'Capital Nacional do Doce', deve aos europeus boa parte dessa história. Nesse sentido, os doces em pasta (marmeladas, figadas, pessegadas, etc.) são de origem tipicamente germânica, francesa, italiana, espanhola, enquanto os doces finos (à base de ovos) são de origem lusitana. Os primeiros são mais rústicos e ligados à origem colonial. Já os segundos, de origem portuguesa, refletem os hábitos de uma elite pelotense que floresceu durante os anos áureos do ciclo do charque (século XIX).

A introdução da indústria de conservas de frutas e de legumes em Pelotas, segundo Betemps (1999) e Grando (1989), foi realizada pelo imigrante francês Amadeo Gustavo Gastal, em seu estabelecimento chamado Bruyères. Em 1878, segundo as mesmas fontes, foi ele responsável pela fabricação das primeiras compotas de pêssegos²¹, após estudos realizados na França (1867), sobre o cultivo de frutas, beneficiamento industrial, bem como da importação de todo o equipamento necessário.

Ressalta-se que o "fruto" pêssego possui curta vida útil, em torno de dois a cinco dias, considerando condições naturais de armazenamento. Neste sentido, o processamento industrial em calda (tipo compota) é uma das formas de ampliar o tempo de disponibilidade da fruta para o consumo (MADAIL, 2014a).

Em 1900 surgiu a Quinta Pastorello, no interior de Pelotas (localidade conhecida como Colônia Santo Antônio), aquela que é considerada como a primeira fábrica de conserva de pêssegos em escala industrial na região da Serra dos

²¹ O Rio Grande do Sul é responsável por, aproximadamente, 96% da produção nacional de compotas de pêssego (FRANZON e RASEIRA, 2014).

Tapes²². Embora atualmente abandonada – conforme ilustram as figuras 05, 06 e 07, a seguir, a imponente construção ainda resiste ao tempo e reflete o auge da prosperidade dessa atividade econômica que resistiu até meados dos anos 1970.



Figura 05 – Fotografia da fábrica de conserva de pêssegos Quinta Pastorello.
Fonte: Acervo da autora (2017)



Figura 06 – Fotografia da fábrica de conserva de pêssegos Quinta Pastorello - fundos.
Fonte: Acervo da autora (2017)

²² Segundo Salamoni e Waskiewicz (2013, p. 98) “a formação, na Serra dos Tapes, de comunidades rurais com determinadas características socioculturais e econômicas reflete o passado na variedade de formas de apropriação da terra, em pequenas propriedades de dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora. Por outro lado, projeta o futuro quando os agricultores buscam ocupar um espaço no circuito mercantil da economia, por vezes, especializando-se em atividades de maior demanda no mercado urbanoindustrial”.



Figura 07 – Fotografia da fábrica de conserva de pêssegos Quinta Pastorello - interior de um dos galpões.

Fonte: Acervo da autora (2017)

Cabe ainda ressaltar que a partir desta, muitas outras fábricas foram instaladas, sobretudo na própria residência dos agricultores, sendo o pêsego também utilizado na elaboração de passas e pessegadas (GRANDO, 1989).

De acordo com a EMBRAPA (2011), na década de 1920, a indústria rural artesanal estava em pleno desenvolvimento. A aludida fábrica da Quinta Pastorello, até o ano de 1930, estava instalada em galpões, sendo posteriormente edificada uma área de 240 m² e coberta outra área suplementar de 150 m². Por ocasião da Primeira Exposição Nacional de Horticultura, em 1929, no Rio de Janeiro, essa empresa, pioneira na produção conserveira, obteve Medalha de Prata como reconhecimento à qualidade da compota de pêsego. A produção era comercializada em Pelotas, Rio Grande e arredores, onde a maior parte era comprada pelos armazéns de Joaquim Oliveira, o qual, através de navios, a enviava para o Rio de Janeiro e daí para outras regiões do país.

Neste sentido, Salamoni (1992) ressalta a importância histórica da Colônia Santo Antônio para o município de Pelotas, tendo em vista sua representatividade quanto à origem da produção familiar de frutas, primeiramente de forma artesanal e depois com a formação das primeiras agroindústrias rurais. Implantada nesta Colônia, a cultura do pêsego se espalhou pelas outras colônias da região, diferentemente do cultivo da uva, que permaneceu restrito apenas à Colônia Santo Antônio (SALAMONI, 1992).

Segundo a EMBRAPA (2011), os primeiros pomares a serem explorados comercialmente localizavam-se junto a duas unidades vitivinícolas da região de Pelotas, RS. O primeiro pomar, de propriedade de Amadeo G. Gastal e, posteriormente, de Ambrósio Perret. Nesse contexto, Perret é considerado responsável por testar diversas cultivares oriundas da Europa, Estados Unidos, Japão e Austrália, comercializando, à época, sementes e enxertos, os quais eram inclusive exportados para os países vizinhos.

Localizado na propriedade denominada “Quinta Bom Retiro”, o viveiro Perret, durante a década de 1930, era muito conhecido. Possuía certo domínio na produção de mudas e de enxertos de outras espécies, sendo que algumas cultivares ali selecionadas serviram como clones básicos no programa de melhoramento genético desenvolvido no sul do País. Nesse sentido, a cultivar Ambrósio Perret é considerada como progenitora das cultivares Magno, BR-6 e Safira (EMBRAPA, 2011; RASEIRA, BYRNE e FRANZON, 2008).

Desde o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX constata-se a boa adaptação das espécies às condições naturais da região. A criação da primeira Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado, em 1938, na localidade da Cascata em Pelotas é resultado da importância econômica do cultivo do pêssego em Pelotas e região (REICHERT, GOMES e SCHWENGBER, 2009). Ligada ao Ministério da Agricultura, esta estação experimental promoveu a pesquisa e o desenvolvimento de vários cultivares, além de incentivar os produtores a implantarem novos pomares nas suas propriedades. Durante a década de 1970 tem-se o surgimento do atual Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado (EMBRAPA – CPACT), o qual mantém ativo o programa de pesquisa na persicultura.

No estado do Rio Grande do Sul, embora o maior impulso da indústria de processamento de pêssego tenha ocorrido a partir dos anos 1960, tendo o seu apogeu nos anos 1970, trata-se de uma atividade relativamente antiga na região (SACHS e CAMPOS, 1998), sobretudo em se tratando da cidade de Pelotas. Conforme Reichert, Gomes e Schwengber (2009), a partir da década de 1970 houve a expansão da área ocupada e da produção de pêssegos para o processamento industrial. Tais agroindústrias se beneficiaram de incentivos fiscais do Governo Federal para o reflorestamento e implantação de pomares empresariais.

Esta pujança industrial favoreceu a região de Pelotas no sentido de tornar-se a maior produtora de compotas de pêssego do Brasil, detendo um dos maiores complexos agroindustriais de doces e conservas vegetais de todo o país (SALAMONI, 1992). Gomes, Madail e Sacco dos Anjos (1986) afirmaram que na época havia mais de uma centena de indústrias e o potencial de beneficiamento da fruta era estimado em cem mil toneladas, sendo considerado, no auge dos anos 1970, o maior parque industrial nacional de processamento de frutas do país.

Neste sentido, por décadas a cultura do pêssego se concentra no extremo sul do Estado de Rio Grande do Sul, em decorrência, principalmente, da necessidade de horas de frio indispensáveis para superação da dormência²³ (PEÑAFIEL, 2006) das plantas.

Salamoni (1992, p. 31) ressalta que a cultura do pêssego no município de Pelotas pode ser “considerada um marco na integração da economia familiar ao capital industrial, encontrando alta receptividade nas unidades familiares que buscavam uma nova atividade agrícola com demanda no mercado”.

Para Gomes, Madail e Sacco dos Anjos (1986), a cultura do pessegueiro representou um fio condutor ao desenvolvimento, havendo sido considerada por vários anos, como uma fonte segura de renda aos produtores de Pelotas e dos municípios vizinhos. Ademais, com a instalação e o desenvolvimento do parque industrial, houve também a expansão de outras atividades, como a pesquisa, a assistência técnica e a extensão rural e todo um tecido produtivo ligado, direta e indiretamente, a esse gênero fabril.

4.2 Da expansão aos dias atuais

A expansão horizontal dos pomares de pêssego desencadeada na região, sob forte impulso de incentivos fiscais, entre os anos de 1970 e 1980, não ocorreu adequadamente, segundo Gomes, Madail e Sacco dos Anjos (1986). Tratavam-se de grandes pomares, alguns implantados em locais inadequados, os quais sofreram com danos provenientes de geadas, ou ainda, por haverem sido implantados em

²³ É a suspensão temporária do crescimento visível de estruturas das plantas contendo um meristema, ou seja, é a fase de repouso do pessegueiro (HERTER, TONETTO e WREGGE, 2003).

regiões de escassa disponibilidade de mão de obra. Neste sentido, apesar dos avanços tecnológicos no campo, certos problemas impediram que se alcançasse a produtividade potencial das novas áreas (GOMES, MADAIL e SACCO DOS ANJOS, 1986).

Nas décadas subsequentes o parque industrial de processamento do pêssego em Pelotas iniciou um período de declínio. Diversas são as causas que podem explicar esse comportamento francamente regressivo. Do ponto de vista geral, pensando em termos da cultura do pêssego, tem-se o aumento da produção destinada ao consumo *in natura*, enquanto a produção para compota mostra-se praticamente estagnada. As falhas organizacionais dessa cadeia produtiva são sobejamente conhecidas, havendo sido objeto de diversos estudos (GRANDO, 1989; GOMES, MADAIL e SACCO DOS ANJOS, 1986; MADAIL, 2014a, dentre outros) que destacaram os problemas recorrentes na relação estabelecida entre as grandes indústrias de conservas e os produtores familiares que fornecem a matéria-prima para a produção de compotas.

Soma-se a isso o conservadorismo dos empresários e a dificuldade de introduzir inovações, modernizar o setor e trabalhar em favor da ampliação do mercado consumidor. A articulação dos empresários centrou-se, invariavelmente, na tarefa de impor barreiras à entrada de compotas oriundas de outros países (Grécia, Marrocos e Espanha). Ainda que seja este um tema relevante, foge, todavia, aos objetivos dessa tese de doutoramento.

Na figura 08, é possível visualizar a oscilação da quantidade produzida (em toneladas) de pêssego desde 1974 quando a produção chegou a 81.180 toneladas (t). Em 1998 e 1999 chega-se ao menor volume produzido (3.993 t), alcançando a marca de 32,8 mil toneladas em 2015.

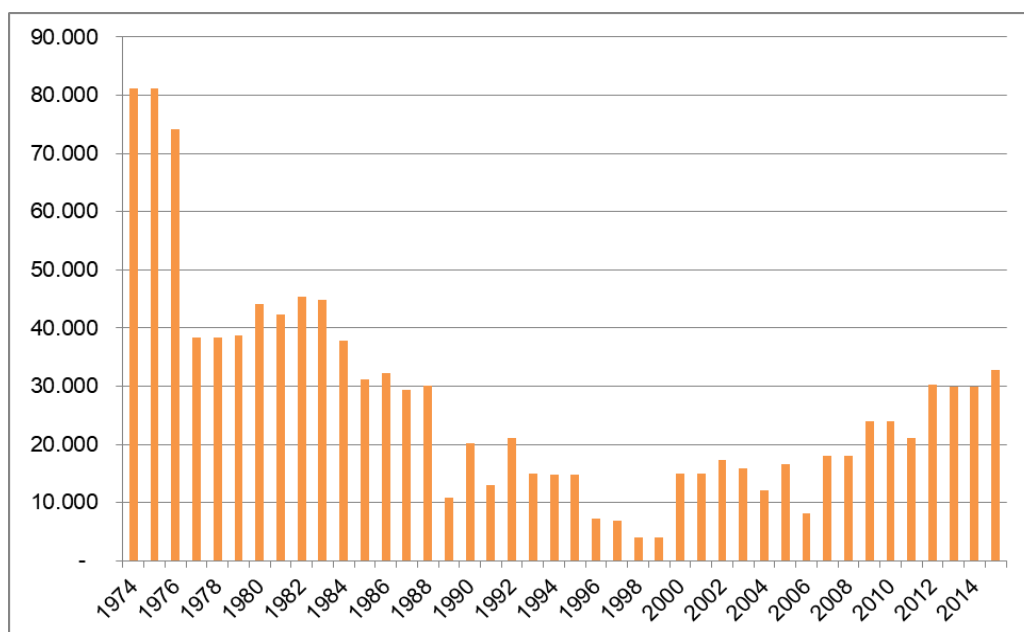


Figura 08 – Gráfico da evolução da quantidade produzida (t) de pêssgo em Pelotas/RS.
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados IBGE (2017b)

Schneider (2012) identificou fragilidades na cadeia produtiva do pessegueiro, especialmente com relação à falta de interação entre as indústrias processadoras, as empresas de comércio de produtos agropecuários e os próprios agricultores, através da utilização frequente de produtos não recomendados para a cultura, o que retrata um cenário de interesses diversos entre os entes implicados (indústrias, produtores e empresas que comercializam insumos agrícolas). Em sua pesquisa, Schneider (2012) evidencia que, em alguns casos, estas empresas contam com uma equipe técnica insuficiente (conforme demanda o manejo integrado de pragas) para o atendimento e orientação a campo, realizando somente atendimento “de balcão” (recomendação de produtos sem orientação técnica específica na propriedade rural).

Madail (2014a) considera também o atrelamento do produtor à condição de tomador de preços determinados pela indústria. Some-se a isso, a falta de promoção do produto junto aos consumidores, além da insuficiência no processo de inovação, processamento e na prospecção de novos mercados fora do país, culminando, ainda, com a formação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e importação da fruta de outros países, em especial da Argentina e da Grécia, mas também do Chile, Espanha e China, com seus respectivos efeitos no que toca ao acirramento da concorrência comercial.

No decorrer do tempo, o setor apresentou cenários de euforia, bem como de grandes dificuldades para manutenção de um ritmo mínimo de crescimento. Havia a expectativa, não confirmada, de que, com o crescimento populacional, o consumo do produto e a oferta da fruta na região manter-se-iam em crescimento (MADAIL, 2014a). Alguns fatores, como os mencionados anteriormente, de ordem político-econômica, influenciaram a estagnação e, até mesmo o declínio do setor, já constatado há pelo menos três décadas atrás (GOMES, MADAIL e SACCO DOS ANJOS, 1986).

Dados do Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas – SINDOCOPEL (2017)²⁴, apresentados na figura 09, indicam a evolução da produção de compotas de pêssego em calda (latas de 1 kg) na região de Pelotas/RS nos últimos quinze anos, safras 2002 a 2017.

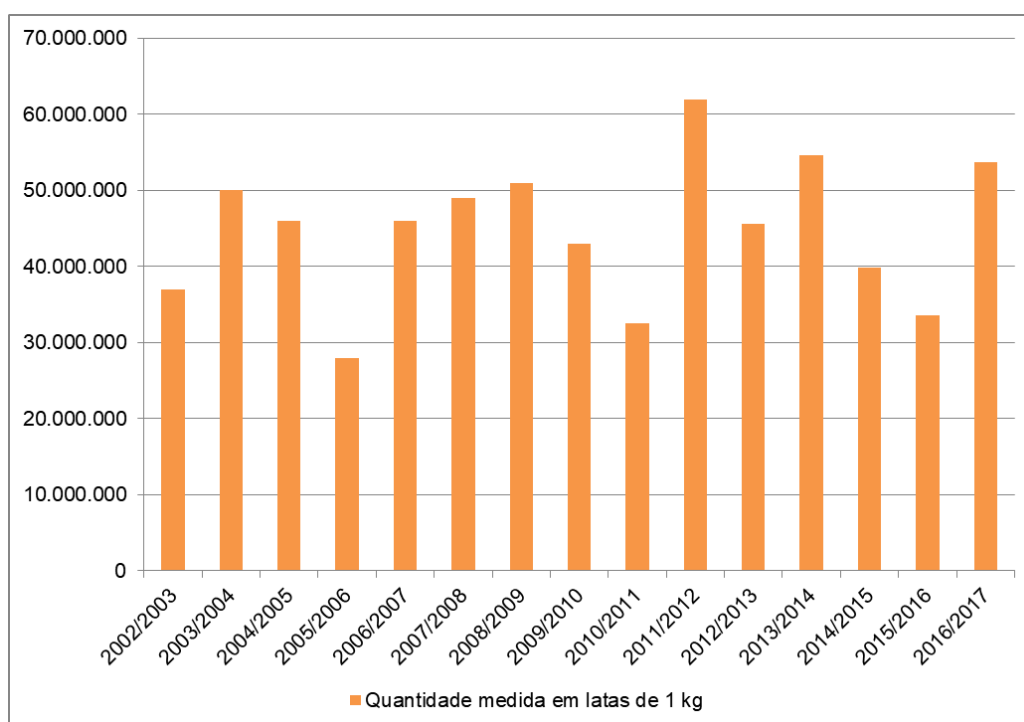


Figura 09 – Gráfico da evolução da produção de compotas de pêssego em calda na região de Pelotas/RS no período compreendido entre as safras de 2002/2003 e 2016/2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do SINDOCOPEL (2017)

É possível perceber certa oscilação no volume produzido, o qual foi máximo na safra 2011-2012, com 62 milhões de unidades, e mínimo em 2005-2006, com 28 milhões de unidades. Esta variação é apresentada nos dados do SINDOCOPEL

²⁴ Pesquisa exploratória realizada junto ao Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas – SINDOCOPEL (2017), conforme descrito na metodologia desta tese.

(2014), os quais apontam que, na década de 1950, Pelotas e região contavam com cem empresas processadoras de pêssego. Já no início dos anos 1980 havia quarenta fábricas, sendo que no final da mesma década, o número se viu reduzido a dezoito. Passados vinte anos, existiam apenas treze fábricas de conservas na região, incluindo os municípios de Pelotas e Morro Redondo.

Este cenário pode ser considerado como um claro reflexo da concentração agroindustrial da região sul do Rio Grande do Sul, de problemas relacionados com a escassez de mão de obra, da verticalização da produção e da crescente exigência no aumento da tecnologia de produção. Soma-se a isso a forte pressão da economia externa e o encerramento da atividade de fábricas que se deslocaram para outros locais, atraídas por vantagens em termos de isenções fiscais ou menor cobrança e fiscalização do ponto de vista da regulação ambiental. Esse foi precisamente o caso da Companhia Industrial de Conservas Alimentícias do Sul (CICASUL), que no auge dos anos 1990 fecha suas portas, deixando os produtores de pêssego e de outros produtos completamente sem perspectivas de comercialização de sua produção. O fechamento ocorreu quando a família Bonfiglioli, detentora da marca Cica, vendeu o Grupo Cica para a Gessy Lever, em 1993 (TAVARES, 1999).

Segundo Ferreira e Etcheverry (2016, p. 161-162):

A Cica foi a primeira grande indústria do ramo alimentício da região. Instalou-se em 1971, utilizando-se dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com juros subsidiados e acesso fácil a linhas de créditos. No período, a prefeitura e o Governo do Estado do RS também deram incentivos financeiros para as fábricas que vieram instalar-se em Pelotas. Devido à ampla industrialização de frutas da época, a região chegou a ser conhecida como a “Califórnia brasileira” (aspas no original).

A mesma fonte informa que os apoios públicos (incentivos fiscais de projetos de reflorestamento) concedidos à CICASUL permitiram a formação de grandes pomares empresariais (em Piratini e Canguçu) para abastecer a própria empresa de matéria-prima, cuja área excedia a 100 hectares (Ferreira e Etcheverry, 2016, p. 162) Tais apoios nunca estiveram ao alcance dos pequenos produtores da região. Em verdade, a criação dos grandes pomares empresariais tinha por objeto pressionar os produtores familiares da região, rebaixando os preços praticados diante do aumento na oferta de pêssego propiciada pela colocação das novas áreas

de produção. Todos estes elementos apontam para as oscilações que historicamente atravessa a produção conserveira em Pelotas.

Ainda sobre os dados da evolução recente da produção conserveira em Pelotas, observa-se uma sensível queda na produção de compotas nas safras 2014/2015 (39.790.000 latas) e 2015/2016 (33.550.000 latas) devido, principalmente, ao impacto das condições climáticas. Já na safra 2016/2017 a produção (53.650.000 latas) voltou a atingir os patamares semelhantes ao da safra 2013/2014 (54.650.000 latas).

Segundo dados do SINDOCOPEL (2017), atualmente encontram-se em funcionamento treze indústrias, as quais oito estão localizadas no município de Pelotas. Os principais produtos industrializados são pêssego e figo em calda e abacaxi em conserva. Além disso, seis indústrias produzem geleias de frutas e, cinco, milho em conserva.

O quadro 01 informa a relação atualizada de indústrias operam nesse ramo da indústria de alimentação de Pelotas, as quais são associadas ao SINDOCOPEL.

Se, por um lado, na região de Pelotas, o cenário da produção de pêssegos para o processamento encontra-se em parte estacionado, em comparação ao apogeu de épocas atrás, em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, tais como: Serra Gaúcha, Grande Porto Alegre, Pampa Gaúcho e Santana do Livramento, a cultura do pessegueiro está em expansão (MADAIL, 2014b).

Em pesquisa recente na Serra Gaúcha Madail (2014b), afirma que a mão de obra da cultura do pêssego, nessa parte do Rio Grande do Sul, é essencialmente familiar, com área ocupada de aproximadamente 3.500 ha, envolvendo cerca de duas mil famílias, as quais exploram um sistema de plantio cuja área é, em média, de dois hectares. Já a Grande Porto Alegre, privilegiada pela logística de comercialização a região, é composta por nove municípios, os quais produzem uma média de 4.800 t de pêssegos *in natura*, explorando em torno de 315 ha, com produtividade média de 15t/ha (MADAIL, 2014b). Verifica-se que, nestas regiões, novas áreas frutícolas estão surgindo como alternativa econômica e social para municípios historicamente sem tradição no cultivo, com crescimento de áreas de plantio da fruta destinada, especialmente, ao consumo *in natura*.

Localização	Nome Fantasia	Razão Social	Principais Produtos
Morro Redondo/RS	Citral	Indústria de Conservas Alimentícias D' Morro Ltda	Pêssego em calda, abacaxi em conserva, geleias de frutas, doces cristalizados e doces em massa.
Morro Redondo/RS	Conservas GB	Geraldo Bertoldi Indústria de Conservas Ltda.	Pêssego em calda, abacaxi em conserva e figo em calda.
Morro Redondo/RS	Conservas Neumann	Albino Neumann & Cia Ltda.	Pêssego em calda, abacaxi em conserva e figo em calda.
Morro Redondo/RS	Conservas Patzlaff	Indústria de Conservas Patzlaff Ltda	Pêssego em calda.
Morro Redondo/RS	Simon's Alimentos	Indústria de Conservas Minuano S.A.	Pêssego em calda, abacaxi em conserva, figo em calda, milho em conserva, ervilha em conserva, ameixa em calda, pêssego ramy, salada de frutas, polpa de morango, geleias de frutas e produtos diet.
Pelotas/RS	Conservas Cantarelli	Icalda Indústria de Conservas Alimentícias Leon Ltda.	Pêssego em calda, abacaxi em conserva, figo em calda, milho em conserva e ervilha em conserva.
Pelotas/RS	Conservas Golden Peach	Golden Peach Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	Pêssego em calda e polpa concentrada de pêssego.
Pelotas/RS	Conservas Oderich	Oderich Irmãos Indústria de Alimentos	Pêssego em calda, abacaxi em conserva, figo em calda, milho em conserva, ervilha em conserva, geleias de frutas, molhos diversos, produtos diet, ameixa em conserva, cereja em calda e salada de frutas.
Pelotas/RS	Conservas Olé	Ângelo Auricchio & Cia Ltda.	Pêssego em calda, abacaxi em conserva, figo em calda, milho em conserva, cereja em calda e derivados do tomate.
Pelotas/RS	Conservas Schramm	Indústria de Conservas Schramm Ltda.	Pêssego em calda, abacaxi em conserva e figo em calda.
Pelotas/RS	Conservas Shelby	Shelby Indústria de Conservas Ltda	Pêssego em calda, abacaxi em conserva, figo em calda, geleias de frutas, milho em conserva, feijoada em conserva e ameixa em conserva.
Pelotas/RS	Doces Crochemore	Indústria de Doces Caseiros Crochemore Ltda	Pêssego em calda, doces diversos em massa e geleias de frutas.
Pelotas/RS	Veja	Frutos da Terra Ltda	Pêssego em calda, figo em calda e geleias de frutas.

Quadro 01 – Indústrias de Conservas de Pelotas/RS e Região Associadas ao SINDOCOPEL

Fonte: SINDOCOPEL (2017)

Torna-se importante salientar, ainda, que o cultivo do pessegueiro não se restringe apenas ao Rio Grande do Sul, havendo a expansão para outras latitudes²⁵

²⁵ Latitudes indicadas entre 30° e 45° ao Norte e ao Sul (SCORZA e SHERMAN, 1996 *apud* FELDBERG *et al.* 2014).

e sob condições de clima subtropical e tropical. Neste sentido, em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais surgem novas áreas de produção. Além disso, há registros de pomares em outros estados como Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, sendo a implantação facilitada, especialmente, pelo melhoramento genético dos cultivares, os quais vêm apresentando menor necessidade de frio hiberna²⁶, bem como pela utilização de produtos para a quebra de dormência (FELDBERG *et al.* 2014).

Apesar do cenário apresentado, a produção e a comercialização de pêssego em Pelotas ainda se mantém em uma posição destacada em nível nacional, tendo o sistema de produção caracterizado como sendo essencialmente de base familiar. Não obstante, há diferenças marcantes com relação ao sistema empresarial de produção, as quais merecem ser aqui sublinhadas. A próxima subseção busca esclarecer esse aspecto.

4.3 Sistemas de produção de pêssego de base familiar e empresarial

A produção de pêssego no sul do Brasil, em especial na região de Pelotas, advém de pomares de base familiar e de base empresarial, sendo que os primeiros representam em torno de 90% do total de produtores, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas (2016) (informação verbal)²⁷.

No passado a definição de pomares empresariais estava ligada às áreas implantadas pelas próprias indústrias, como no citado caso da empresa CICASUL. Mais recentemente tem-se o caso de pomares de maior parte de propriedade individual, mas conduzido com o uso de mão de obra permanente e eventual. As propriedades familiares, em geral, mantêm outras atividades, segundo a lógica da diversificação, mas contam com a renda advinda da venda da fruta como a principal componente no ingresso econômico da propriedade (PEÑAFIEL, 2006).

Senna *et al.* (2007) esclarecem que o pêssego produzido em Pelotas é tradicionalmente voltado para o processamento industrial. Entretanto, nos últimos

²⁶ Relaciona-se à necessidade de um determinado número de horas de frio (inferior a 7,2°C) para a quebra da dormência (EMBRAPA, 2007).

²⁷ Pesquisa exploratória realizada em maio de 2016, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas.

anos, devido à concentração das indústrias processadoras de pêssego, ocorreu um aumento do poder de barganha destas indústrias, situação que incide no sentido da redução dos preços pagos aos produtores que, por sua vez, passaram a ter ainda menos opções para comercialização da fruta. Essa tem sido uma das razões pelas quais a EMBRAPA desenvolveu variedades de dupla aptidão, servindo tanto para o consumo de mesa quanto ao processamento industrial. Esta estratégia possibilita ao produtor direcionar o seu produto para o destino que lhe for mais compensador, de maneira a garantir maior segurança à atividade.

Neste sentido, apesar da produção de pêssego processado ser tradicional em Pelotas, observa-se a tendência de os produtores familiares implantarem pomares com cultivares de duplo propósito, ou seja, com foco na comercialização para a indústria de compotas, mas também, para o mercado *in natura*, cuja demanda é crescente por parte dos consumidores, sendo esta uma alternativa para os agricultores que produzem em menor escala de produção (MADAIL, 2014b).

Segundo a mesma fonte, quanto ao sistema de produção de base empresarial, Pelotas e região foram, a partir da década de 1970, as precursoras do desenvolvimento da cadeia produtiva do pêssego, processo esse impulsionado pela concessão de incentivos fiscais à implantação de pomares empresariais, acarretando a expansão da área plantada e da produção de pêssego para o processamento do parque industrial.

Os pomares empresariais possuíam ligação direta com as indústrias, as quais instalavam suas áreas próprias para garantir parte do suprimento da matéria-prima. Todavia, com o fechamento de várias indústrias, muitos desses pomares foram sendo assumidos ou cedidos para outros produtores, os quais passaram a explorá-los total ou parcialmente (MADAIL, 2014b). Alguns destes pomares empresariais, ainda em atividade na região de Pelotas/RS, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas (2015), são de propriedade das indústrias Schramm, Vega e Golden Peach.

Em pesquisa realizada por Torres (2014) sobre a fruticultura no Noroeste gaúcho (região do Alto Uruguai), foi observada a existência de sistemas de produção essencialmente de base familiar, cuja instalação dos pomares, na maioria dos casos, realizou-se em áreas muito íngremes e com pouca aptidão para a produção de grãos/mecanização.

Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul – EMATER (2016) (informação verbal)²⁸, na safra 2015/2016, os municípios de Canguçu, Morro Redondo e Pelotas contabilizam 1.200 produtores de pêssego, os quais se acham distribuídos numa área cultivada de 5.700 ha.

Para Madail (2014a), a distinção entre pomares empresariais e familiares refere-se ao tamanho da área explorada, à tecnologia adotada pelos produtores, ao emprego da força de trabalho e às relações sociais que se estabelecem nas diversas etapas do processo produtivo. Ademais, a propriedade rural frutícola é caracterizada pela participação de, no mínimo, um membro do grupo familiar, assim como pelo emprego de mão de obra permanente e temporária (RATHMANN *et al.*, 2008) no caso de pomares de maior porte. Neste sentido, as operações que envolvem o ciclo anual à manutenção de 1 ha de pêssego ocupam, no mínimo, uma pessoa da família. Na ausência de mão de obra familiar, verifica-se a necessidade de contratação de trabalhadores avulsos, especialmente para as operações de poda, raleio e colheita.

O próximo tópico aborda algumas especificidades destas atividades, de maneira a elucidar a questão da demanda de trabalho e, consequentemente, de contratação de mão de obra, objeto central desta tese.

4.3.1 Mãos à obra: a poda, o raleio e a colheita do pêssego

Madail (2014b) esclarece que o pêssego é um fruto bastante delicado, o qual pode ser processado de várias formas, exigindo mão de obra especializada no manejo. No pomar, a maioria das operações necessita de mão de obra (preparo do solo especialmente), incluindo a poda, o raleio e a colheita. As operações mecanizadas se concentram na instalação do pomar, na limpeza do espaço entre as linhas (ruas) e nas pulverizações.

Com relação à mão de obra, Gomes, Madail e Sacco dos Anjos (1986) argumentaram que no auge dos anos 1980, no âmbito da pequena propriedade, a

²⁸ Pesquisa exploratória realizada em julho de 2016 no escritório regional da EMATER/RS, localizado em Pelotas/RS.

mão de obra disponível não chegava a ser um ponto de estrangulamento. Todavia, em grandes pomares, segundo a mesma fonte, havia a escassez, já nessa época, no que toca à mão de obra não especializada.

As primeiras observações que fizemos indicam que essa questão se modificou, tornando-se um problema, inclusive, no caso dos pomares de caráter familiar, em face da continuidade do êxodo rural, processo que remete à cidade, sobretudo, a mão de obra jovem. Conjuga-se a isso a diminuição no tamanho das famílias, com a queda nas taxas de fecundidade, como bem destacaram Sacco dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014).

Pesquisas desenvolvidas na região de Pelotas, principalmente pela EMBRAPA, foram responsáveis pela criação de diversas tecnologias oferecidas aos produtores de pêssego. Dentre elas, pode-se mencionar a geração de cultivares mais produtivas e com maior rendimento industrial, o aumento do período de colheita de cerca de vinte dias para quase três meses, o aprimoramento na realização de práticas como poda, raleio, instalação e condução de pomares, controle de invasores e o lançamento de programas de controle para pragas e doenças (GOMES, MADAIL e SACCO DOS ANJOS, 1986).

Pereira e Raseira (2014a) esclarecem que a poda do pessegueiro requer conhecimentos da planta e do cultivar, visto que tem por finalidade reduzir a área da copa da planta, o que ocasiona a diminuição do número total de gemas, aumento do número de reservas e do próprio vigor da planta. Neste sentido, faz-se necessária prática que exige profissional “habilitado” (com experiência e domínio da técnica) e conhecimentos da fisiologia vegetal.

Além disso, elementos como o clima, o solo, a qualidade do porta-enxerto e a idade da planta, também interferem no desempenho deste cultivo. Os autores citados advertem que não existem regras invariáveis na poda. Essa operação é realizada no período de dormência da planta, iniciando-se, em geral, quinze dias antes da floração, estendendo-se até quando as plantas apresentarem aproximadamente 25% de flores abertas. Para Foltran, Barradas e Koller (1983) os objetivos deste trato cultural (poda) são a melhoria da qualidade de fruto, a regularização da produção e a manutenção do vigor adequado das plantas.

Já com relação ao raleio ou desbaste, Pereira e Raseira (2014b) explicam que consiste na retirada do excesso de frutos, com a finalidade de regular a quantidade de frutos por árvore, os quais devem ter um tamanho adequado para a

aceitação comercial. Esta atividade, que pode ser realizada desde a fase de prefloração até o início do endurecimento do caroço, é considerada criteriosa pelos autores, sendo que a intensidade do desbaste depende do cultivar, do vigor da planta, da fertilidade do solo, da adubação usada, do estado fitossanitário e da qualidade que se deseja para os frutos.

Finalmente, sobre a colheita, Cantillano (2014) esclarece que se trata de uma operação importante e delicada, a qual requer experiência e habilidade do agricultor ou do trabalhador rural, dado que se trata de atividade de que depende o êxito de um pomar de pêssego. Destarte, deve-se avaliar com antecedência o volume de fruta a ser colhida, a fim de dispor de mão de obra dentro do tempo exigido para realizar esta operação adequadamente (CANTILLANO, 2014).

Com relação aos cuidados e operações na colheita destaca-se o cuidadoso trabalho que a atividade exige, seja por parte dos próprios produtores, quanto dos trabalhadores que realizam a colheita. Ressalta-se que grande parte do valor final²⁹ da produção será determinado pela forma como se realiza a colheita, do grau de maturação da fruta, da coordenação e o planejamento dos recursos humanos, incluindo o próprio cuidado no manuseio, as condições ambientais, os recursos técnicos e equipamentos que, conjuntamente, são fatores fundamentais à qualidade pós-colheita do fruto e, conseqüentemente, para o sucesso desta atividade produtiva (CANTILLANO, 2014).

O período de colheita, na região de Pelotas, cujos principais cultivares são destinados à indústria, com frutos de polpa amarela, coincide com o final de outubro chegando a meados de janeiro ou fevereiro (em algumas variedades consideradas tardias). Já na Serra Gaúcha, por exemplo, com cultivares destinados ao consumo *in natura* ou cultivares de mesa, com polpa branca, o período se estende até o final do mês de fevereiro (MADAIL, 2014b).

Ademais, Madail (2014b) esclarece que no sul do Rio Grande do Sul, o pêssego que é destinado ao processamento industrial é acondicionado em caixas plásticas, com capacidade para 20 kg, as quais são transportadas, por estradas vicinais (sem pavimentação), em caminhões comuns, percorrendo uma distância média de 30 km (das propriedades às indústrias).

²⁹ No caso do pêssego para processamento industrial o valor do quilo é tabelado.

Identifica-se, então, que por mais evoluída e mecanizada que seja a propriedade rural, no caso da cultura do pêssego, estas atividades de poda, raleio e colheita necessitam de mão de obra especializada, com técnica e cuidados especiais, inexistindo o uso de máquinas. Para Torres (2014), estudos que discutam a fruticultura como estratégia de reprodução socioeconômica entre os agricultores familiares, em nível de Rio Grande do Sul, são, ainda, muito reduzidos. Neste sentido, o próximo item procura abordar as relações de trabalho na produção persícola, com atenção especial para o âmbito da agricultura familiar.

4.4 A agricultura familiar na microrregião de Pelotas

O objetivo desta subseção é apresentar alguns aspectos gerais da estrutura agrária na microrregião de Pelotas, enfatizando elementos que situam o contexto de que fazem parte as explorações familiares dedicadas à produção de pêssego, notadamente em virtude do enfoque estabelecido nesta tese.

Nesse sentido, os dados da tabela 01 deixam claro a importância da agricultura familiar do ponto de vista do número de estabelecimentos, sobretudo quando observamos o caso de localidades onde o percentual desse tipo de exploração ultrapassa a 80% do total, como é o caso de Arroio do Padre (95,9%), Canguçu (88,8%), Cerrito (83,6%), Morro Redondo (89,6%), Pelotas (89,4%), São Lourenço do Sul (88,1%) e Turuçu (89,6%).

As informações constantes na tabela 02 revelam a distribuição da área total dos estabelecimentos agrícolas (familiares e não-familiares) nos municípios da microrregião de Pelotas. Como é possível perceber, Canguçu sozinho responde por mais de 35% de toda a superfície agrária da microrregião, seguido por São Lourenço do Sul (21,7%) e Pelotas (13,4%), de sorte que, juntas, estas três localidades concentram o equivalente a 70,3% de toda a área agropecuária da microrregião de Pelotas.

Tabela 01. Distribuição dos estabelecimentos da microrregião de Pelotas segundo a natureza (familiar, não-familiar e total) dos estabelecimentos rurais

Município	Estabelecimentos Familiares	%	Estabelecimentos Não-familiares	%	Total	%
Arroio do Padre	486	95,9	21	4,1	507	2,35
Canguçu	8.775	88,8	1.106	11,2	9.881	45,72
Capão do Leão	142	59,2	98	40,8	240	1,11
Cerrito	838	83,6	165	16,4	1.003	4,64
Cristal	548	79	146	21	694	3,21
Morro Redondo	651	89,6	76	10,4	727	3,36
Pedro Osório	117	59,1	81	40,9	198	0,92
Pelotas	3.216	89,4	380	10,6	3.596	16,64
São L. do Sul	3.812	88,1	515	11,9	4.327	20,02
Turuçu	395	89,6	46	10,4	441	2,04
Total	18.980	87,8	2.634	12,2	21.614	100,0

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Tabela 02. Distribuição da área agrícola total segundo a natureza dos estabelecimentos rurais (familiares e não-familiares) na microrregião de Pelotas.

Município	Área em hectares		
	Familiares	Não-Familiares	Total
Arroio do Padre	9.146	772	9.918
Canguçu	139.344	139.065	278.409
Capão do Leão	2.740	56.356	59.096
Cerrito	21.719	15.286	37.004
Cristal	8.799	38.564	47.362
Morro Redondo	11.002	3.615	14.617
Pedro Osório	2.391	43.806	46.198
Pelotas	51.778	54.181	105.960
São L. do Sul	77.055	94.845	171.900
Turuçu	6.505	14.042	20.547
Total	324.046	466.965	791.011

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Outro dado que chama a atenção na tabela 02 é que a agricultura não-familiar (patronal), correspondente a respectivamente 11,2%; 10,6% e 11,9% do total de estabelecimentos de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, concentra, não obstante, uma superfície muito expressiva, equivalente a, respectivamente, 49,9%; 51,1% e 55,2%.

Dentro desse contexto é preciso destacar que as explorações familiares do município de Pelotas, correspondentes a 89,4% do total de estabelecimentos, ocupam apenas 48,9% da área agrícola total. Os dados relativos a essa distribuição percentual são apresentados na tabela 03, sobressaindo localidades como Arroio do Padre, onde as explorações familiares concentram nada menos que 92,2% da área agrícola total, sendo este o município que apresenta, de forma destacada, a melhor distribuição da terra de toda a microrregião.

Tabela 03. Percentual de distribuição da área agrícola total segundo a natureza dos estabelecimentos rurais (familiares e não-familiares) na microrregião de Pelotas.

Município	Área agrícola (%)		
	Familiares	Não-Familiares	Total
Arroio do Padre	92,2	7,8	100
Canguçu	50,1	49,9	100
Capão do Leão	4,6	95,4	100
Cerrito	58,7	41,3	100
Cristal	18,6	81,4	100
Morro Redondo	75,3	24,7	100
Pedro Osório	5,2	94,8	100
Pelotas	48,9	51,1	100
São L. do Sul	44,8	55,2	100
Turuçu	31,7	68,3	100
Microrregião Pelotas	41	59	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

O último Censo Agropecuário do IBGE (2006) introduziu diversas modificações na coleta e tratamento dos dados. Assim, embora não tenha formulado questões concretas sobre o exercício da pluriatividade, nos moldes como tratamos na subseção 3.1 dessa tese, o Censo 2006 produziu informações que permitem, ao menos avaliar, alguns traços que identificam a extensão desse fenômeno na região em questão.

Com efeito, os dados da tabela 04 indicam o número de estabelecimentos em que o produtor declarou exercer atividade fora do estabelecimento. De uma forma geral, 20,5% das explorações apresentam esse tipo de situação. Em ordem decrescente de incidência tem-se o caso de Cerrito (30,7%), Cristal (28,1%), Pedro Osório (25,2%), Canguçu (22,9%), Morro Redondo (20,8%), Pelotas (18,2%), Capão do Leão (17,9%), São Lourenço do Sul (17,6%), Turuçu (12,7%) e Arroio do Padre (10,9%).

Mas vale ressaltar que essa condição abriga uma infinidade de situações que vão desde a agricultura familiar pluriativa praticada pelo cabeça do estabelecimento e por outros membros da família que levam a cabo ofícios não-agrícolas, até o caso de propriedades controladas por profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, etc.) mediante contratos de parceria, meação ou outra modalidade.

Nesse sentido, quando separamos as duas classes de estabelecimentos (familiares e não-familiares), analisando a questão do exercício de atividades fora do estabelecimento, chegamos a algumas conclusões interessantes. Assim, através da tabela 04, vemos que a incidência desse fenômeno alcança, em termos globais, 18% das explorações familiares. Em Pelotas, ainda de acordo com a tabela 04, essa condição atinge 15,2% das explorações familiares.

Tabela 04. Número de estabelecimentos familiares em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento no ano em municípios da microrregião de Pelotas.

Município	Total de estabelecimentos familiares	Estabelecimentos com atividade fora	%
Arroio do Padre	486	45	9,3
Canguçu	8.775	1.744	19,9
Capão do Leão	142	12	8,5
Cerrito	838	221	26,4
Cristal	548	136	24,8
Morro Redondo	651	121	18,6
Pedro Osório	117	25	21,4
Pelotas	3.216	488	15,2
São L. do Sul	3.812	588	15,4
Turuçu	395	42	10,6
Total	18.980	3.422	18

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Não obstante, ao observar o caso das explorações não-familiares (Tabela 05) vemos que esse índice alcança uma proporção equivalente a 42,3% em termos globais, com destaque para Cerrito (52,7%), Arroio do Padre (47,6%), Canguçu (46,8%) e Pelotas (43,4%). Em princípio, tais estabelecimentos mostram-se identificados com os traços mencionados anteriormente, bem como outras situações em que a proximidade com centros urbanos da região ou as facilidades de deslocamento e de transporte favorecem a conciliação de atividades dentro e fora do próprio estabelecimento rural.

Tabela 05. Número de estabelecimentos não-familiares em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento no ano em municípios da microrregião de Pelotas

Município	Total de estabelecimentos não-familiares	Estabelecimentos com atividade fora	%
Arroio do Padre	21	10	47,6
Canguçu	1.106	518	46,8
Capão do Leão	98	31	31,6
Cerrito	165	87	52,7
Cristal	146	59	40,4
Morro Redondo	76	30	39,5
Pedro Osório	81	25	30,9
Pelotas	380	165	43,4
São L. do Sul	515	175	34,0
Turuçu	46	14	30,4
Total	2.634	1.114	42,3

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Mas o último censo agropecuário trouxe também outras informações pertinentes, as quais, ainda que indiretamente, podem lançar luzes sobre a questão da incidência da pluriatividade em Pelotas e nas demais localidades da microrregião em que o município está inserido. Os dados das tabelas 06 e 07 mostram o número de estabelecimentos não-familiares e familiares, respectivamente, que obtiveram outras receitas, além das oriundas das atividades agropecuárias.

Como é possível observar, tal condição atinge 11.223 estabelecimentos (1.481 não-familiares e 9.742 familiares) ou o que corresponde a 51,9% do total de explorações. A maior ocorrência está em Arroio do Padre (respectivamente 61,9% e 60,5% dos estabelecimentos não-familiares e familiares). No caso específico de Pelotas, a proporção de estabelecimentos nessa condição equivale a 53,4% dos estabelecimentos não-familiares e a 43,7% dos estabelecimentos familiares.

Tabela 06. Número de estabelecimentos não-familiares em municípios da microrregião de Pelotas que obtiveram outras receitas.

Município	Total de estabelecimentos não-familiares	Estabelecimentos não-familiares com outras receitas	%
Arroio do Padre	21	13	61,9
Canguçu	1.106	720	65,1
Capão do Leão	98	4	4,1
Cerrito	165	79	45,9
Cristal	146	68	46,6
Morro Redondo	76	38	50
Pedro Osório	81	30	37
Pelotas	380	203	53,4
São L. do Sul	515	306	59,4
Turuçu	46	20	43,5
Total	2.634	1.481	56,2

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Sob esse conceito de “outras receitas” estão incluídas, na metodologia adotada no Censo Agropecuário do IBGE (2006), as rendas decorrentes do trabalho fora da própria exploração, seja de natureza agrícola como não-agrícola, mas, também, outras receitas, como é o caso de transferências governamentais (aposentadorias, pensões, programas sociais, etc.).

No caso específico de aposentadorias e pensões é preciso advertir para o fato de que o recebimento desses benefícios de prestação continuada não está ligado ao cessamento da atividade agropecuária dos produtores familiares. Essa faceta foi apontada em estudos (CALDAS e SACCO DOS ANJOS, 2005; CALDAS, SACCO DOS ANJOS e VALENTE, 2012) realizados no Rio Grande do Sul que, como veremos posteriormente, corresponde à mesma realidade descrita por produtores familiares de pêssego que foram, por nós, entrevistados.

Tabela 07. Número de estabelecimentos familiares em municípios da microrregião de Pelotas que obtiveram outras receitas.

Município	Total de estabelecimentos familiares	Estabelecimentos familiares com outras receitas	%
Arroio do Padre	486	294	60,5
Canguçu	8.775	4.688	53,4
Capão do Leão	142	6	4,2
Cerrito	838	320	38,2
Cristal	548	264	48,2
Morro Redondo	651	353	54,2
Pedro Osório	117	45	38,5
Pelotas	3.216	1.406	43,7
São L. do Sul	3.812	2.140	56,1
Turuçu	395	226	57,2
Total	18.980	9.742	51,3

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Nesse contexto, os dados da tabela 08 indicam a distribuição dos estabelecimentos que obtiveram receitas de aposentadorias e pensões em 2006. No cômputo geral, essa situação alcança 36,3% do universo de explorações (familiares e não-familiares), com destaque para a localidade de Arroio do Padre (50,1%), seguida de Turuçu (48,8%), São Lourenço do Sul (46%) e Morro Redondo (40,3%). Pelotas, nesse quesito, ocupa o sexto posto (32,2%) na microrregião.

Os dados aqui apresentados nos informam, fazendo uso da mesma fonte, que 70% dos estabelecimentos que auferiram receitas de aposentadorias e pensões são de caráter familiar. Depois da reforma da previdência, conforme mencionada nos trabalhos citados anteriormente, ampliou-se sensivelmente o número de beneficiários e a cobertura do sistema de seguridade social, com o qual tais explorações passam a contar com um recurso mensal, recebido por um ou mais membros do grupo doméstico, que ajudam à formação do ingresso econômico familiar nos termos descritos na teoria de Chayanov. Dentro desse contexto de

estabelecimentos rurais familiares encontram-se também os produtores de pêssego e de outras culturas e criações existentes em Pelotas e região.

Tabela 08. Número de estabelecimentos da microrregião de Pelotas que obtiveram receitas no ano decorrentes de aposentadorias e pensões

Município	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos com aposentadorias ou pensões	%
Arroio do Padre	507	254	50,1
Canguçu	9.881	3.408	34,5
Capão do Leão	240	6	2,5
Cerrito	1.003	266	26,5
Cristal	694	202	29,1
Morro Redondo	727	293	40,3
Pedro Osório	198	47	23,7
Pelotas	3.596	1.156	32,2
São L. do Sul	4.327	1.989	46,0
Turuçu	441	215	48,8
Total	21.614	7.836	36,3

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Esse é o cenário quando analisamos a situação do ponto de vista geral, ou seja, entre estabelecimentos de caráter familiar e não-familiar. Para os objetivos dessa tese importa destacar a situação das explorações de caráter familiar (Tabela 09). Ao analisarmos o quadro do ponto de vista estrito desses estabelecimentos vemos que a importância das rendas e aposentadorias é proporcionalmente maior que no cômputo geral, sobressaindo o caso de Arroio do Padre (51%), Turuçu (50,1%), São Lourenço do Sul (47,6%) e Morro Redondo (42,1%). Em Pelotas tem-se 33,5% dos estabelecimentos nessa situação.

Tabela 09. Número de estabelecimentos de caráter familiar da microrregião de Pelotas que obtiveram receitas decorrentes de aposentadorias e pensões.

Município	Total de estabelecimentos de agricultura familiar	Estabelecimentos com aposentadorias ou pensões	%
Arroio do Padre	486	248	51,0
Canguçu	8.775	3.078	35,1
Capão do Leão	142	5	3,5
Cerrito	838	233	27,8
Cristal	548	170	31,0
Morro Redondo	651	274	42,1
Pedro Osório	117	28	23,9
Pelotas	3.216	1.077	33,5
São L. do Sul	3.812	1.813	47,6
Turuçu	395	198	50,1
Total	18.980	5.487	28,9

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Na subseção a seguir, serão apresentadas informações específicas sobre a persicultura na microrregião de Pelotas. Nessa tarefa, tratamos de explorar os dados obtidos a partir do levantamento realizado junto à agência local do IBGE.

4.4.1 Persicultura na microrregião de Pelotas

Na microrregião de Pelotas, falar de pêssego e de agricultura familiar, é, seguramente, um exercício de pleonasma. Ainda que existam pomares ditos empresariais, a imensa maioria de explorações dedicadas a esse cultivo é de caráter familiar. O objetivo dessa subseção é apresentar um quadro geral da produção de pêssego, fazendo uso das informações censitárias, consideradas como a fonte mais completa de dados da agropecuária nacional, bem como de informações colhidas na agência do IBGE e da EMATER de Pelotas.

O censo agropecuário do IBGE (2006) apresenta uma série de informações que julgamos relevantes para uma aproximação sobre a situação da produção de

pêssego nos municípios em que essa cultura se desenvolve com alguma expressividade, tanto para o autoconsumo das famílias, como para fins eminentemente comerciais, seja no caso do pêssigo de mesa, seja para a produção industrial de compotas e de outros processados.

Nesse contexto, os dados da tabela 10 indicam o número de estabelecimentos com até 50 pés de pêssigo³⁰ existentes em 31/12/2006, bem como o número de pés existentes, nesses mesmos estabelecimentos. Vemos que, nessa classe de pomar, de menor porte, Canguçu responde por 53% do total de estabelecimentos e por 56,1% do número de pés de pêssigo desse conjunto de municípios. São Lourenço do Sul e Pelotas concentram, respectivamente, 33,0% e 11,6% do número de estabelecimentos e por 27,2% e 13,5% do número de pés de pêssigo. São pomares pequenos que tanto podem se destinar ao autoconsumo familiar quanto à produção, em pequena escala, para a industrialização.

Tabela 10. Número de estabelecimentos com até 50 pés de pêssigo e número de pés de pêssigo nos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul em 31/12/2006.

Município	Nº de estabelecimentos com até 50 pés de pêssigo	%	Nº de pés de pêssigo	%
Arroio do Padre	43	1,7	476	2,5
Canguçu	1.353	53	10.421	56,1
Morro Redondo	18	0,7	130	0,7
Pelotas	297	11,6	2.499	13,5
São L. do Sul	844	33	5.045	27,2
Total	2.555	100	18.571	100

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Uma visão sobre a expressão numérica dos pomares com vocação eminentemente comercial é apresentada nos dados reunidos na tabela 11, que informam o número de estabelecimentos com mais de 50 pés de pêssigo, nos cinco

³⁰ Considerando o espaçamento médio (6 x 4 metros) adotado na cultura do pêssigo, equivalente a aproximadamente 24 metros quadrados por planta, o limite adotado pelo IBGE (50 pés) corresponderia a uma área de até 1.200 metros quadrados ou 0,12 hectares

municípios referidos anteriormente, bem como a produção em toneladas respectivamente obtida nessas unidades de produção.

Como é possível perceber, o destaque, nesse caso, fica a cargo de Pelotas, município que responde sozinho por quase 54% dos estabelecimentos nesse grupo de municípios. Em ordem de importância lhe segue Canguçu (35,3% do número de estabelecimentos) e Morro Redondo (9,0% do total). Os dados mostram que, nesse caso, a produção é de caráter eminentemente comercial (para compota ou consumo *in natura*).

Os dados reunidos na tabela 11 informam a distribuição do número de estabelecimentos (com mais de cinquenta pés de pêssigo) entre os municípios da microrregião de Pelotas que lideram a persicultura. Vemos que no município de Pelotas há uma distribuição bastante irregular dos estabelecimentos em termos dos grupos de área total, dado que oitenta deles (15,2% do total) estão no intervalo compreendido entre 5 a menos de 10 ha, 185 (35,0%) no intervalo entre 10 a menos de 20 ha e 263 (49,8%) na faixa entre 20 e 50 ha.

Os dados da tabela 12 mostram a distribuição da produção comercial de pêssigo segundo grupos de área total nas localidades que integram a microrregião de Pelotas. A informação foi obtida junto à agência local do IBGE e apresenta algumas dificuldades do ponto de vista da precisão dos dados, aliada ao fato de que se refere ao último censo agropecuário (2006). Não obstante, mostra que o município de Pelotas responde sozinho por 58,8% da produção. Esse volume se distribui, segundo a mesma fonte, do seguinte modo: 7,1% nos pomares com área compreendida entre 5 a menos de 10 ha; 30,6% entre 10 e menos de 20 ha e 62,3% entre 20 a menos de 50 ha.

As informações mais atualizadas que dispomos são as estimativas municipais da cultura do pêssigo referentes à safra 2016/2017, realizadas pelo IBGE (2017c). Como indica a tabela 13, a área cultivada atualmente no município de Pelotas corresponderia a 3.150 ha, que somada a área de Canguçu, 2.100ha, equivaleria a 88% da área regionalmente destinada ao cultivo do pêssigo e a 90% da produção total. Com base nestes dados, Pelotas responderia sozinha por quase 65% da produção microrregional.

Tabela 11. Distribuição do número de estabelecimentos da microrregião de Pelotas, com mais de 50 pés de pêssego segundo grupos de área total e municípios em 31/12/2006.

Município	Número de estabelecimentos segundo grupos de área total em hectares			
	5 a menos de 10	10 a menos de 20	20 a menos de 50	Total
Arroio do Padre	-	2	6	8
Canguçu	103	139	102	344
Morro Redondo	20	34	34	88
Pelotas	80	185	263	528
São L. do Sul	-	2	4	6
Total	203	362	409	974 ³¹

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Outra fonte que buscamos acessar corresponde aos dados fornecidos pelo escritório regional da EMATER, os quais constam na tabela 14. Em Pelotas, como se pode constatar, a superfície destinada à produção de pêssego de mesa (100 ha) ainda é bastante incipiente, alcançando apenas 3,1% da área total de pêssego. Segundo a mesma fonte, a produção total de pêssego para a indústria ascenderia a 37.800 toneladas.

Conforme dados obtidos na pesquisa exploratória junto ao escritório regional da EMATER relativamente à safra 2016/2017, é possível apurar a representatividade da produção de pêssego destinado à indústria, em torno de 64 toneladas, em comparação à produção de pêssego de mesa, de aproximadamente 2 toneladas. Pode-se verificar, ainda, que em alguns municípios, ambas formas são cultivadas, como é o caso de Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre e Jaguarão.

³¹ Segundo o IBGE, as variáveis correspondem à relação dos produtos listados no campo “produtos de lavoura permanente”, não sendo possível relacioná-los diretamente com qualquer outra tabela. Sendo assim, quando selecionamos a opção de dados percentuais para a cultura de pêssego, será feita uma relação percentual com os demais produtos listados em um determinado recorte geográfico, não relacionando essa produção com as características dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 12. Distribuição da quantidade de pêssgo produzida em estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés em 31/12/2006 da microrregião de Pelotas.

Município	Produção de pêssgo segundo grupos de área total (em hectares)			
	5 a menos de 10	10 a menos de 20	20 a menos de 50	Total
Arroio do Padre	-	X ³²	100	100
Canguçu	1.225	2.660	3.015	6.900
Morro Redondo	137	509	1.030	1.676
Pelotas	913	3.910	7.960	12.783
São L. do Sul	-	X	268	268
Total	2.275	7.079	12.373	21.727

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Tabela 13. Estimativas municipais da cultura do pêssgo (área cultivada, produção em toneladas e rendimento médio em quilos/hectare) tendo como referência o mês de julho de 2017 em municípios da microrregião de Pelotas

Município	Área ³³ (Hectares)	Produção (Toneladas)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroio do Padre	20	200	10.000
Canguçu	2.100	18.900	9.000
Morro Redondo	600	6.000	10.000
Pelotas	3.150	47.575	15.103
São L. do Sul	70	840	12.000
Total	5.940	73.515	

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017c)

O foco essencial dessa seção recaiu no afã de explorar todas as fontes possíveis de informações sobre a evolução do cultivo do pêssgo na microrregião de Pelotas. Paralelamente, buscou-se desenhar um quadro atualizado e o mais consistente possível da persicultura em Pelotas em termos de produção, número de

³² Segundo o IBGE, dados das unidades territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caractere X. A explicação dada pelos técnicos do IBGE é no sentido de reiterar a dificuldade de apresentar dados precisos sobre esse e outros cultivos.

³³ A área plantada e colhida informada pelo IBGE é exatamente a mesma, em se tratando de lavoura permanente.

estabelecimentos e área cultivada. A tarefa que agora se nos impõe é a apresentação e análise, propriamente dita, da questão das relações de trabalho no contexto da persicultura.

Tabela 14. Produção de pêssego tipo indústria e mesa – Safra 2016/2017 em municípios produtores do sul do Rio Grande do Sul.

Município	Área (hectares)		Produtividade (kg/ha)		Produção (ton.)		Número de produtores	
	Indústria	Mesa	Indústria	Mesa	Indústria	Mesa	Indústria	Mesa
Pelotas	3.150	100	12.000	10.000	37.800	1.000	605	30
Canguçu	2.100	100	8.000	7.000	16.800	700	480	20
Morro Redondo	600	-	10.000	-	6.000	-	100	-
Piratini	100	-	8.000	-	800	-	12	-
Cerrito	90	-	12.000	-	1.080	-	10	-
Arroio do Padre	20	12	8.000	10.000	160	120	3	3
Jaguarão	60	26	10.000	10.000	600	260	1	1
São L. Sul	70	-	10.000	-	700	-	3	-
Amaral Ferrador	0	1	0	5.500	0	5,5	0	2
Santana da Boa Vista	0	1	0	5.000	0	5	0	1
Total	6.190	240	-	-	63.940	2.090,5	1.214	57

Fonte: EMATER (2017)

Como a seguir abordaremos, não se trata de orientar o olhar apenas para dentro dos estabelecimentos, mas, especialmente, para além de seus limites, priorizando as relações que os produtores tecem com a mão de obra contratada, tanto no âmbito local, quanto regional. Na sequência do trabalho tentaremos mostrar que os pêssegos, efetivamente, não caem do céu. As mãos invisíveis existem, e merecem ser contempladas e analisadas pela importância que exercem para que essa atividade siga existindo.

5 Relações de trabalho na produção de pêssego

O tipo de mão de obra utilizada no estabelecimento é um dos parâmetros definidores da condição de agricultura familiar, sendo que a necessidade de contratação de força de trabalho complementar àquela aportada pela família pode variar consideravelmente de um sistema produtivo para outro, expressando um dos aspectos da diversidade encontrada na agricultura familiar (CAMARGO e OLIVEIRA, 2010). A necessidade de mão de obra se alterna ao longo do ano agrícola, como vimos no exemplo da cultura do pêssego, nas operações de poda, raleio e colheita, mencionadas na seção anterior.

Dentre as atividades agropecuárias, a fruticultura e a horticultura estão entre as que mais demandam mão de obra, fato que tende a repercutir no custo de produção, no caso de explorações capitalistas ou patronais, mas também no âmbito da agricultura familiar. Com efeito:

Num país com carência de emprego e de melhores condições de vida no meio rural, o potencial para empregar as pessoas do meio rural pode contribuir para minimizar problemas como o êxodo rural, o desemprego permanente, ou sazonal, e a baixa renda dos agricultores (TORRES, 2014, p. 101).

Consonante a isso, Rathmann et al. (2008) pesquisaram a diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento, com relação à fruticultura na região da Campanha gaúcha. Na oportunidade, mediante realização de entrevistas, verificaram que a fruticultura foi responsável pelo acréscimo de vinte e cinco empregos permanentes e de oitenta e cinco temporários, somente considerando as três propriedades rurais analisadas. Outrossim, no que toca aos empregos diretos,

foi informado pelos entrevistados que há necessidade, quando da colheita, da contratação temporária de aproximadamente dois empregados por hectare.

Torres (2014) analisou a fruticultura em sete municípios do Rio Grande do Sul, de forma a dar uma maior visibilidade à atividade frutícola, ressaltando aspectos positivos e alguns entraves. Para tanto, procurou descrever e salientar a importância da fruticultura como opção produtiva entre os agricultores familiares da região noroeste do estado. O estudo constatou que na maioria das propriedades a mão de obra utilizada é familiar, sendo que, em alguns casos, ocorre a contratação de mão de obra temporária, principalmente nas épocas da colheita de frutas. Além disso, em muitas localidades, o *mutirão*³⁴ ainda é uma das formas de trabalho, estando ligado a relações de parentesco e/ou vizinhança, inexistindo a circulação de dinheiro entre as famílias, persistindo, nesse caso, a prática da troca de serviço.

Torres (2014) destaca que a permanência dos agricultores familiares na atividade frutícola está relacionada, dentre outros fatores, com a disponibilidade da mão de obra familiar e com as relações sociais de vizinhança e compadrio (*mutirões*), as quais dispensam a movimentação financeira e incidem de forma indireta nos custos de produção (geralmente não contabilizados). Como exemplo, o autor informa que no município gaúcho de Liberato Salzano, o grande entrave que a fruticultura enfrenta refere-se a uma forte diminuição da mão de obra para as tarefas de colheita das frutas. Nesse caso, tal dificuldade decorre do acentuado êxodo rural ocorrido nas últimas décadas, o qual afeta a vida social desta e de outras localidades da região. Torres (2014) conclui, em seu estudo, que a fruticultura de caráter familiar poderia contribuir na manutenção de muitas famílias no meio rural, considerando que a permanência está também relacionada ao aumento na oferta de trabalho rural.

Peñafiel (2006), em sua dissertação de mestrado, tratou sobre os modos de vida e a heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas. Constatou, em pesquisa realizada em trinta propriedades rurais, nos municípios de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu, que a família é um fator de fundamental importância à dinâmica dessa atividade agrícola.

No estudo mencionado, para os agricultores que trabalham exclusivamente com a persicultura, as relações de parentesco possibilitam as parcerias entre irmãos

³⁴ Sobre reciprocidade e ajuda mútua, ver Woortmann (1990).

e entre pais e filhos, os quais, conjuntamente, combinam os seus ativos, a fim de atingir a competitividade exigida pelas indústrias e, desse modo, assegurar o sustento e o bem-estar dos grupos domésticos. Neste sentido, a família representa o grande ativo, considerando que o ciclo demográfico interfere na decisão de permanecer, ampliar ou mesmo abandonar a atividade (PEÑAFIEL, 2006).

Em pesquisa realizada por Neves (1997, p. 8) é ressaltado que

[...] as relações que os agricultores mantêm com o mercado também foram analisadas do ponto de vista da compra e da venda da força de trabalho, mas quase sempre para demonstrar modos de transição de formas familiares de produção diante da penetração do sistema capitalista. Tanto na situação de compra como na de venda, as análises se remetem de imediato para as situações de mudança social, daí derivando uma série de estudos sobre a diferenciação social ou decomposição social do campesinato. Em decorrência, diversos trabalhos foram elaborados para demonstrar a diferença entre trabalho familiar e trabalho assalariado ou partiram desta diferença para considerar modos diversos de produzir.

A partir destes estudos e de outros aspectos de interesse realizamos pesquisa exploratória no Sindicato Rural de Pelotas, com o objetivo de levantar informações sobre os sistemas ou modalidades de trabalho ligados à cultura do pêssigo na região de Pelotas/RS. Neste sentido, verificou-se a existência de três sistemas de contratação de mão de obra. O primeiro deles está ligado ao contexto dos pomares maiores, onde existem empresas que contratam proletários urbanos, fazendo uso, inclusive, de transporte próprio (ônibus) para levá-los aos pomares nas épocas de maior demanda de mão de obra.

O segundo sistema corresponde ao caso dos "chacreiros" que vivem em propriedades pequenas, cujos donos residem, não raras vezes, na cidade. Os chacreiros trabalham nos pomares de forma exclusiva ou desempenham outras funções, como a de cuidar da propriedade para os respectivos donos. Esses, em geral, valem-se de mão de obra mais precária ou considerada desqualificada, compreendendo, basicamente, trabalhadores pobres que vivem nas zonas rurais, para realizar tarefas específicas, como no caso da colheita.

O terceiro sistema, objeto central desta pesquisa, e mais frequente na zona rural de Pelotas, corresponde aos pomares familiares. Nesse caso, tem-se uma atividade conduzida essencialmente pela família, mas que envolve, em grande

medida, a contratação eventual de terceiros que advêm tanto da zona rural como da zona urbana³⁵ de Pelotas, ou mesmo de municípios vizinhos.

Os trabalhadores não possuem cadastro no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pelotas e de Canguçu, ou seja, não há um registro que indique a origem ou situação social destas pessoas. Todavia, através da realização de pesquisa exploratória, foi possível inferir que os produtores geralmente contratam, para jornadas temporárias, as mesmas pessoas, safra após safra, através de acordos informais. Estes trabalhadores temporários, após a realização das atividades, se deslocam para outros estabelecimentos, evidenciando-se uma circulação intensa, especialmente durante a época da colheita.

Apesar da existência de pomares empresariais, que funcionam com base na mão de obra assalariada em regime permanente e/ou temporário, trata-se de uma atividade produtiva de caráter eminentemente familiar, como aludimos anteriormente, dentro de uma região, a Serra dos Tapes, onde essa forma social de produção é preponderante. Partimos do suposto de que esse tipo de estabelecimento se move dentro de uma lógica peculiar, daí a necessidade de discutir essa noção com maior atenção e profundidade.

A natureza familiar da produção de pêssegos nos municípios que integram a Serra dos Tapes (Pelotas, Morro Redondo e Canguçu, especialmente) é um dos traços marcantes desta atividade agropecuária. Isso não quer dizer que se desconheça a existência de pomares empresariais que funcionam dentro de uma outra lógica e segundo relações de trabalho distintas, onde sobressai a contratação de força de trabalho em caráter permanente e/ou eventual nas operações relacionadas com a poda, tratamento de inverno, raleio, colheita, etc. A unidade de análise desta tese corresponde ao estabelecimento familiar onde se desenvolve a produção de pêssego como atividade principal ou secundária, sendo um tipo de exploração econômica que no passado era marcada pela diversificação produtiva.

Conforme estudos de Lima *et al.* (2009), de modo geral, a cultura do pessegueiro em Pelotas, e em municípios da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, é praticada em pequenas propriedades, onde a mão de obra é predominantemente familiar. Todavia, em períodos de demanda intensiva dá-se a incorporação de muita mão de obra temporária.

³⁵ Convém ressaltar que na pesquisa de campo não foram evidenciados casos de trabalhadores urbanos do município de Pelotas.

Neste sentido, o objetivo desta seção é de apresentar o debate em torno às singularidades desse tipo de exploração, tarefa que se impõe para analisar os processos que afetam os estabelecimentos familiares produtores de pêssego do extremo sul gaúcho, especialmente em relação à mão de obra utilizada ao longo do ciclo produtivo.

5.1 Sistemas de contratação da força de trabalho

Existe uma grande diversidade de situações do ponto de vista da contratação de mão de obra temporária na cultura do pêssego em Pelotas e região. Em verdade, cada estabelecimento rural tem suas especificidades, fato que nos coloca diante da difícil tarefa de gerir a diversidade.

O quadro 02 foi elaborado dentro desse esforço, havendo sido construído a partir de aspectos e fatores que nos parecem cruciais para compreender as diferenças e tentar explicar a realidade que se nos apresentou durante e após a realização do trabalho de campo.

Conforme evidenciado no quadro 02, o subtipo 1 é caracterizado pela força de trabalho quase exclusivamente familiar. Nesse caso, a contratação de trabalhadores temporários ocorre em etapas como a poda, raleio e colheita ou, ainda, exclusivamente na fase de colheita. Nessa classe de estabelecimentos a força de trabalho familiar supera, em boa medida, a que é contratada. Outro aspecto a destacar é a ausência de trabalhadores fixos ou permanentes. Em algumas situações tem-se a intermediação dos chamados “turmeiros”, ou seja, os arregimentadores de trabalhadores. As propriedades incluídas nesse subtipo, não raras vezes, estabelecem diretamente o contato com os trabalhadores, com os quais, muitas destas famílias, possuem relações de proximidade. As pessoas contratadas, com bastante frequência, são as mesmas de safras anteriores.

No subtipo 2 (majoritariamente familiar) a força de trabalho da própria família supera ou, no máximo, é equivalente à mão de obra contratada. Pode envolver as etapas de poda, raleio e colheita, contando também com trabalhadores eventuais na última operação. A intermediação do turmeiro, nesse caso, pode ou não se configurar. Nesse caso temos explorações familiares de porte mediano, mas que do

mesmo modo que no subtipo 1, estabelece relação marcada por certa proximidade com as pessoas contratadas para o trabalho no pomar.

O subtipo 3 (relativamente familiar) é aquele que mais se aproxima do modelo de pomar empresarial comentado anteriormente. Todavia, o limite de dois empregados permanentes faz com que esteja enquadrado no conceito de agricultura familiar estipulado na lei 11.326 de 2006 e nas próprias regras do PRONAF.

Características principais	Subtipos de explorações		
	1	2	3
	Quase exclusivamente familiar	Majoritariamente familiar	Relativamente familiar
Proporção de mão de obra familiar (MOF) X contratada (MOC)	MOF > MOC	MOF ≥ MOC	MOF < MOC
Contratação de trabalhadores temporários	Para poda, raleio e colheita ou, ainda, exclusivamente à colheita	Para poda, raleio e colheita ou, ainda, exclusivamente à colheita	Para poda, raleio e colheita
Contratação de trabalhadores fixos	Não há	Durante todo o ano	Durante todo o ano
Contratação de turmeiro	Em alguns casos	Em alguns casos	Sim
Funções do turmeiro	Contratação	Contratação	Contratação e gestão de pessoas e da qualidade das operações
Porte do produtor ³⁶	Pequeno e Médio (Produção até 100t.	Médio (Produção até 200t.	Grande (Produção acima de 200t.
Produção de outras culturas como fonte de renda	Em alguns casos	Em alguns casos	Sim
Relacionamento de amizade/proximidade entre os produtores e trabalhadores	Expressivo	Expressivo	Pouco expressivo

Quadro 02 – Características das categorias ou subtipos de relações de trabalho

Fonte: Elaboração da autora (2017).

Nessa categoria de estabelecimentos tem-se a contratação de trabalhadores temporários para as três operações (poda, raleio e colheita) com a intermediação do turmeiro. São explorações de maiores dimensões, se comparadas com os outros dois subtipos, sendo que o relacionamento entre contratantes e contratados, tende a

³⁶ Quanto ao porte, de acordo o público pesquisado estabeleceu-se que os produtores de pequeno porte se referem à produção de até 100 toneladas de pêssego. Os de médio porte correspondem à produção de até 200 toneladas de pêssego e os de grande porte dizem respeito à produção acima de 200 toneladas de pêssego.

ser mais distante, praticamente inexistindo relações de amizade entre ambos os entes envolvidos.

Vejamos agora alguns depoimentos que ilustram tais situações. O produtor 4 ressalta que o trabalho em sua propriedade é quase exclusivamente familiar. Na safra 2016/2017 utilizou mão de obra contratada apenas na época da colheita, em torno de vinte a trinta dias, em função da alta produção, contando, também, com a ajuda da filha. Ainda segundo o produtor 4, algumas propriedades trabalham durante todo o ano com funcionário, em especial quando há uma maior produção. No entanto, afirma:

Nossa produção é familiar, é diferente, dentro da minha limitação, se começar a terceirizar, tem muito envolvimento e o lucro seria menor, trabalha-se dentro das limitações. Corre o risco de dar uma frustração de safra e o risco ser muito maior, se der uma frustração... Está dentro do meu trabalho, não tive gasto a mais, está dentro do meu controle (P4).

Para P4 “a agricultura familiar tem uma sobra maior do que quem tem terceirizado”. O produtor 6 também procura contratar apenas quando necessário, “contratamos pessoal quando vemos que não vamos conseguir, no final. A poda fizemos cedo e conseguimos dar conta”.

Sobre as atividades que realiza e o apoio de terceiros na produção, o produtor 6 explica que a atividade de raleio é realizada em seis dias. Trabalham o pai, o filho e mais uma pessoa. No total da produção (colheita e raleio) necessitam de mão de obra por aproximadamente dois meses. Segundo este produtor:

Começaram em setembro e foram até outubro, uns cinquenta dias de serviço, hoje são três pessoas, mas colocamos diaristas, futuramente vamos ter que colocar mais, porque não vamos vencer, por causa da saúde, desgastes, pressão, açúcar [no sangue], a gente não é mais gurizão, tem cinquenta e oito anos. Mas o serviço da lavoura é a família (P6).

Já os irmãos e produtores 2 e 3, os quais compartilham a mesma propriedade e produção, mas em moradias separadas, mencionam que, na mesma safra, na etapa da colheita, necessitaram contratar três pessoas por até vinte dias. Segundo P2 “os de fora não vêm sempre, os de casa direto, de segunda a sábado ao meio dia”, referindo-se à mão de obra externa e familiar, respectivamente.

Os produtores 9, 10 e 11, que também fazem parte de uma única produção (respectivamente o patriarca da família, a filha e a neta) possuem entendimento

semelhante. Para eles, a família procura fazer tudo sozinha, apenas na colheita costumam pagar pelo serviço. Segundo o produtor 9, “quanto mais ajudantes tu colocar, numa safra não muito boa, sobra menos. Serviço de roçada e de poda, se não der hoje, faz amanhã. A colheita é que aperta mais”.

Todavia, alertam para a continuidade da atividade, “a produção do pêssego, é diária e manual. Em abril começa a podar e vamos até dezembro, tem que estar ali todo o dia. É uma coisa manual, no máximo tratamento e roçada, diferente do milho e soja, que se pode colocar máquina”, afirma P10. P2 também explica que tem o acompanhamento do pomar, poda, poda verde, limpeza, aplicação, roçada, cada mês tem uma função diferente, poda, raleio e colheita.

Esta afirmação vai ao encontro do entendimento do produtor 12, dado que, para ele, a época da colheita também é a mais crítica do processo produtivo. Segundo suas palavras: “contratamos para a colheita, a colheita não espera, a poda pode esperar, o raleio tem o herbicida, a colheita nós temos que ser humanos, não tem como colocar máquina, quem sabe daqui um tempo, dos Estados Unidos vem alguma tecnologia³⁷” (P12).

Observa-se, também, o subtipo 2 – força de trabalho majoritariamente familiar, onde há a contratação de trabalhadores fixos durante todo o ano e, também, temporários para as atividades de poda, raleio e colheita ou, ainda, exclusivamente na colheita. Um exemplo deste subtipo é o produtor 13, o qual contrata trabalhadores fixos e temporários. Ele relata que na sua propriedade a época de maior dificuldade é a do raleio, quando precisa de alguém para auxiliá-lo, pois é mais intenso (pouco tempo para realização da atividade). Entende que o raleio é pior que a colheita, pois é mais concentrado. Na colheita consegue administrar bem, devido à forma como distribuiu os cultivares na propriedade. Neste sentido, o período da colheita não se torna tão oneroso à família. Segundo P13, “a colheita vai de novembro ao dia dez de janeiro, dois meses e meio, se colhe bastante fruta com pouca gente”.

Outro exemplo é dos produtores 7 e 8, os quais mantêm um trabalhador fixo, segundo P8, “para quando tem serviço”. O trabalhador possui cinquenta e três anos, é da região da Vila Nova e já se encontra aposentado (recebe dois salários mínimos de aposentadoria). Segundo o P7 “ele tá desde maio quase direto, tem que botar

³⁷ O produtor refere-se à possibilidade da indústria norte americana criar uma colhedora que possa substituir a demanda de mão de obra.

para não pegar em outro lugar, tem que dar serviço”, referindo-se ao risco do trabalhador “arrumar serviço” em outra propriedade e não ter mais disponibilidade para o trabalho.

Nos subtipos 1 e 2 admite-se a possibilidade, ou não, da contratação de turmeiros, sendo dispensada em algumas propriedades, tendo em vista um relacionamento mais próximo entre as famílias de produtores e os trabalhadores³⁸.

Na pesquisa realizada não se observou a existência de propriedades com trabalhadores fixos, exclusivamente. Ou seja, em caso de existirem os trabalhadores fixos também havia a contratação de temporários. Isso se dá principalmente em propriedades maiores³⁹ em que a mão de obra familiar é pequena, com uma ou duas pessoas ativas na produção.

Apura-se, ainda, que onde há a necessidade de contratação de trabalhadores fixos durante todo o ano, a demanda pela mão de obra é maior, principalmente quando há outras atividades e diferentes cultivos de pêssego, não sendo suficiente apenas o trabalhador fixo nas etapas mais intensas de trabalho, tendo em vista que ele também deverá arcar com outras funções, as quais já desenvolve no decorrer do ano.

P4 relata que alguns produtores maiores têm funcionários o ano todo, sendo que “arrumam serviço para manter”. Neste caso, estes produtores trabalham com outros cultivos, como tomate, uva, criação de animais etc., ou seja, possuem outras atividades que necessitam da força de trabalho durante todo o ano (P4). Para P1, “para ter caseiro a produção deve ser grande, e não só pêssego”.

Já o inverso foi verificado, qual seja, a existência exclusiva de temporários. Este fato nos leva a crer que com maior mão de obra familiar é possível admitir a contratação apenas eventual de trabalhadores externos. Todavia, em famílias com mão de obra disponível reduzida, por vezes, até para as atividades rotineiras, no decorrer do ano, pode surgir a necessidade de contratar mão de obra fixa.

Um dos exemplos é o da produtora 10. Em sua propriedade há cinco pessoas da família envolvidas na atividade produtiva, requerendo pouca mão de obra externa. Sobre isso, P10 comenta “se bota algum diarista, no pique, uma semana,

³⁸ Este tema será melhor aprofundado na seção que trata sobre os acordos estabelecidos entre produtores e trabalhadores rurais.

³⁹ Consideradas, nesta tese, propriedades em que a produção anual ultrapassa 200 toneladas de pêssego.

questão de dias, são cinco da família mais três pessoas de fora (quilombolas⁴⁰), quando precisa. Hoje, quando tem quinhentas a seiscentas caixas, precisa de mais [gente]" (P10).

Como aludimos anteriormente, no subtipo 3, tem-se um caráter quase empresarial, com menor atuação da mão de obra familiar, e maior atuação de trabalhadores fixos, temporários e turmeiros. Neste caso, há maior contratação de mão de obra e os turmeiros possuem maiores responsabilidades de gestão de pessoas e da própria qualidade do trabalho prestado.

Os produtores 14 e 15 se enquadram dentro do subtipo 3. Neste caso, P14 relata sobre a contratação de mão de obra, "são quatorze temporários na época da colheita, tem dois empregados efetivos [denominados de peões] que permanecem na propriedade durante a semana, um é de perto e o outro de Canguçu Velho e o turmeiro. De casa, só eu e meu irmão, o resto é de fora".

Segundo P7, "para o grande, que tem mais de quinhentas toneladas, que trabalha com mão de obra, é inviável, não colhe a quantidade, o custo fica alto, se o custo é R\$ 0,40 o quilo, o do grande fica em R\$ 1,00, encarece".

P13 entende também a dificuldade de manter um pomar maior. "Pomar grande é difícil, só se mudar, para ter grande tem que ter valor na fruta, para conseguir bancar os funcionários. Acho que vai ficar os produtores pequenos. Tem que tentar produzir o máximo com menos gente" (P13). Já P1 explica que "os que tiram mais de 300.000 kg de pêssego, trabalham com efetivo maior de funcionários, têm efetivos (fixos), fazem diversas tarefas, mas são casos raros".

As classificações levam em conta a forma de gerenciamento e a disponibilidade de mão de obra na unidade familiar, e não a quantidade de pés e os hectares plantados. Importante ressaltar que propriedades com maior produção não representam necessariamente sinônimo de maior necessidade de contratação de trabalhadores e, sim, de disponibilidade de mão de obra familiar. Ou seja, famílias menores ou com insuficiência de mão de obra (por doença, idade ou opção de trabalho em outro local por parte dos membros do grupo doméstico) são as que carecem de maior auxílio de mão de obra externa à propriedade.

⁴⁰ O caso de trabalhadores quilombolas foi citado apenas por uma família entrevistada, não sendo objeto principal de análise desta tese, podendo ser aprofundada em trabalhos futuros. Sobre a existência de um campesinato negro e a discussão da construção da identidade política de "remanescentes de quilombos" sugere-se a leitura de Müller (2005).

Ainda, há casos em que famílias menores, com pouca mão de obra familiar e contratada que produzem mais que outras. Nesses casos, um bom gerenciamento da propriedade pode amenizar dificuldades de mão de obra, especialmente quando há cultivares com períodos distintos de produção, onde a colheita deve ser realizada de forma escalonada no período de outubro a fevereiro, tornando menos intensos os picos de demanda.

Destaca-se o depoimento de P5, o qual pretende manter a produção nos níveis atuais. Parte da premissa de que:

Quanto mais se tem, mais despesa, mais se envolve, mais precisa de gente. Assim como está, se aumentar vou ter que ter uma segunda família como a gente, vai dar a mesma coisa para pior, todos têm os seus direitos. Tem gente que pensa diferente, se aumentar a plantação, nós estamos no limite enquanto conseguimos dar o passo seguinte. Para aumentar tem que aumentar bastante, o lucro vai ser para pagar as pessoas. Hoje se colhe 80.000 kg na safra, se aumentar para 120.000 kg a 130.000 kg, com mão de obra vai todo o lucro. Se passar para 200.000 kg, daí precisa de gente sempre [trabalhadores fixos] (P5).

A esposa de P5 lembra de quando ainda era solteira, relatando o caso de uma família com mais filhos que o normal, “eram vizinhos da casa dos meus pais, quando eu ainda era solteira, o casal tinha quatro filhos, então eram cinco homens trabalhando, o serviço nem dava para comparar com o da nossa casa, que éramos em três, duas mulheres e um homem”.

O filho do produtor 6 relata que não pretende aumentar muito a produção em função da indisponibilidade de mão de obra:

Quero ver o que vai dar, se ficar sozinho, se o pai não puder ajudar, vai ficar difícil, vou ter que contratar mão de obra, daí fica difícil. O custo da mão de obra, o dia, é muito alto. A gente não conta o nosso serviço no valor, não entra na conta, a gente não sabe o que ganha por dia, a mão de obra está muito cara (P6).

Neste sentido, também se pode apurar que a questão da disponibilidade de mão de obra é primordial para a continuidade ou ampliação da produção, o que vai ao encontro da teoria Chayanoviana da diferenciação demográfica sobre os mecanismos que regulam o funcionamento e a lógica de atuação das unidades familiares, através do ponto de equilíbrio e do exame da morfologia da unidade camponesa de produção, uma unidade teleológica que se move dentro da equação C/T (consumo-trabalho). O mesmo há que ser dito em relação a não considerar a

própria mão de obra no custo de produção, tal como preconiza a concepção de Chayanov.

Ademais, além de não conseguir aumentar a produção, também se observam casos como dos produtores 2 e 3, que seguidamente perdem o produto, devido à incidência climática e por não dispor de mão de obra para colher o produto no tempo certo.

Para aumentar a produção se precisaria primeiro de mão de obra, daí se poderia trabalhar mais e ter mais área. Este ano tinha serviço, mas não tinha gente. A tecnologia está aí, mas o pêssego não espera, se tiver que colher hoje tem que colher. A poda de verão faz agora [fevereiro], para ralear a árvore, depois tem a outra poda para frutificação, para tirar por dentro para não pegar sol. Isso a família faz e mais um que saiba, dois faz tudo. O raleio é pouco tempo, mas a colheita é mais rápida ainda, pois não pode perder, quando chega a colheita já se gastou tudo o que tinha que gastar até ali. Quanto mais gente tivesse para colher, melhor seria. Perdi umas 5 toneladas no ano passado, porque não tinha gente e veio chuva, se colhe mesmo com chuva (P2).

Sobre a agilidade da colheita, P5 também comenta que:

A gente faz a diária, como quem tá colhendo, mas tem o tirar da fábrica, em um sábado tirei ao meio dia, cheguei de volta às 17h, tinha que voltar às 22h. O dia fica comprido demais, às vezes até meia noite. Tem que tirar, às vezes, no outro dia não dá, não pode deixar para o outro dia, tem que carregar. De um dia para o outro vai murchando, perde a qualidade (P5).

P10 complementa, “no meio dia não dá para deixar o pêssego, se não queima tudo, tem que ser os patrões a tirar o pêssego”.

Na hora da colheita tem que colher, levar, tem o tratamento para fazer, tem irrigação, pulverização na entrada da noite, estava meio seco na colheita, a gente se desdobra, novembro e dezembro só depende daquilo ali, tem que aproveitar. Colhe direto, deixava encaixotado na lavoura meio na sombra, se tinha gente sobrando, não pode ficar muitos dias, se está malpassado já tem desconto. Quando chove se colhe igual, até a noite, quando tem uma luzinha, não tem horário, não tem final de semana, sete a dez dias inicia uma variedade e já está terminando (P2).

O quadro 03 expõe, resumidamente, a situação de nossos entrevistados do ponto de vista da utilização de mão de obra contratada.

Produtores⁴¹	Familiar	Fixo	Temporária para tratos culturais	Temporária para colheita	Turmeiros	Subtipo de relações de trabalho
Produtor 1	X		X	X		1
Produtores 2 e 3	X		X	X		1
Produtor 4	X		X	X		1
Produtor 5	X		X	X		1
Produtor 6	X		X	X		1
Produtores 7 e 8	X	X	X	X		2
Produtores 9, 10 e 11	X			X		1
Produtor 12	X			X		1
Produtor 13	X	X	X	X		2
Produtores 14 e 15	X	X	X	X	X	3

Quadro 03 – Classificação das explorações estudadas quanto à utilização de mão de obra por produtor

Fonte: Elaboração da autora (2017).

Importante destacar que não foram identificados casos em que a mão de obra familiar se basta por si só, ou seja, que fosse totalmente autossuficiente. Vejamos agora a questão da origem dos trabalhadores empregados nos estabelecimentos familiares.

5.1.1 Origem dos trabalhadores

Os trabalhadores são residentes, principalmente, nos municípios de Santana da Boa Vista/RS⁴², Canguçu/RS e, em alguns casos, Piratini/RS. Há ainda os residentes nos arredores das propriedades rurais (Pelotas/RS). Entre estes, constam trabalhadores de comunidades quilombolas.

Referindo-se à questão da contratação dos trabalhadores, o produtor 3 explica:

⁴¹ Alguns produtores são apresentados na mesma linha pois dizem respeito ao mesmo núcleo familiar, residindo na mesma propriedade, todavia em casas separadas. Neste caso, trata-se de compartilhamento da atividade produtiva e divisão de receitas e despesas entre os produtores.

⁴² Na pesquisa de campo realizada verificou-se maior ocorrência de casos de trabalhadores de Santana da Boa Vista, com alto índice de citações pelos produtores rurais de Pelotas, inclusive de suas peculiaridades em relação ao modo de vida e ao trabalho desempenhado. Neste sentido, optou-se por dar maior ênfase a estas relações de trabalho, que serão apresentadas na subseção 5.2.

Tem gente que pega gente de outra cidade, Piratini, Canguçu, Pelotas, Santaninha, tem muitos conhecimentos, vêm se instalam em algum lugar. Tem gente que contrata pessoas, tem tantas pessoas, cinco pessoas, o responsável que contrata, pega umas (P3).

Os produtores 14 e 15 mencionam que há contratação de trabalhadores de Canguçu, sendo do primeiro distrito para serviços de poda, e, para a colheita e raleio, do quarto distrito dessa mesma localidade. O produtor 13 também contrata trabalhadores de Canguçu, da região denominada Rincão dos Maias, que, segundo ele, é o “pessoal do fumo”, que produz ou simplesmente trabalha como diarista na cultura do fumo.

Já os produtores 9, 10 e 11 citam a contratação de quilombolas e, por enquanto, não pensam em trazer trabalhadores de Santana da Boa Vista, “teria que ter aposento, estadia, teria que ter acomodação, se adaptar”, constata P9. Neste sentido, para estas famílias, a contratação de pessoas da região torna-se mais viável e prática, inclusive por terem pequena demanda de serviço.

O produtor 5 relata a dificuldade de obtenção de mão de obra. Segundo sua acepção: “até na indústria eles comentam que o povo para trabalhar na fábrica é difícil, no Schramm vem gente de Canguçu, Capão do Leão, Jardim América, Pestano, Monte Bonito”.

5.1.2 Situação dos contratos com os trabalhadores

Com relação à situação dos contratos com os trabalhadores, consta que estes assinam apenas um recibo de pagamento, inexistindo qualquer tipo de registro em carteira de trabalho⁴³. Tampouco o pagamento de direitos trabalhistas, tais como férias, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), etc.

Em outra palavra, a situação é de total informalidade. Diversas são as causas para essa situação. O sistema predominante em nosso país não favorece, de modo algum, a formalização e a regularização desta relação que é fundamental para a persicultura e para as demais atividades agropecuárias.

⁴³ A questão das prerrogativas sociais a trabalhadores rurais assalariados é tratada com atenção por Libardonna (2016).

Evidencia-se o receio dos produtores de pêssgo de perderem a condição de segurado especial, da previdência social, em caso de formalização dos contratos. Segundo P4:

A gente acostumou a trabalhar sozinho, a vida toda foi trabalhar com a família, se colocar alguém, para colocar com a gente, as próprias leis, o produtor perde os direitos de segurado especial, se coloca um funcionário para trabalhar contigo perde o direito de segurado especial. Não pode ter empregado (P4).

Alguns produtores também têm medo de processos judiciais por não trabalharem efetivamente regularizados do ponto de vista da contratação de mão de obra externa. Nesse caso, buscam pessoas próximas da família ou que prestam serviços anualmente, entendendo que o risco de processos é menor. O produtor 3 avalia a situação da contratação de terceiros:

Se tenta arrumar, quando consegue, no raleio e na colheita, na poda, com vizinhos, conhecidos, empregado com carteira não se coloca, está cada vez pior, ou diminui bem menos, não funciona com carteira, tem um parente da esposa que ajuda na colheita, quando dá. Vai chegar numa época que vai ter que diminuir (P3).

Os produtores procuram estabelecer relações de confiança com o trabalhador que emprega. P14 admite que “nós temos sorte que os funcionários de casa não têm perigo, não assina nada. Não tem nada, tudo numa boa. Se colocar na justiça, daí complica. Os podadores são sérios, são sempre os mesmos” (P14). Todavia P14 lembra que já tiveram problemas em relação ao pagamento, “um ano buscamos lá da Vila⁴⁴, não demos recibo, daí vieram de novo, há uns quinze anos, tivemos que pagar de novo”.

Os produtores 9, 10 e 11 também comentam sobre a contratação de empregados; possuem receio quanto a processos judiciais e de não conseguirem a mão de obra quando necessário. Neste sentido, relatam que utilizam o mínimo de mão de obra possível e se empenham para que esta fique satisfeita com o trabalho realizado e o valor recebido, a fim de evitar possíveis reclamações trabalhistas.

Deve-se trazer o mínimo possível e tratar o melhor possível. A gente busca e leva em casa, procura não discutir. Às vezes passam nós para trás e se faz a vista grossa, se apanha noventa e cinco e dizem que é cem caixas, às

⁴⁴ Refere-se à Colônia Vila Nova, localizada no sétimo distrito de Pelotas.

vezes passam a perna, para eles R\$ 5,00 ou R\$ 6,00. Mas a gente precisa deles no outro dia, e não sabe se vão seguir (P9).

A preocupação é unânime entre os produtores, P1, referindo-se aos problemas com a Justiça do Trabalho. Além disso, acrescenta que:

Os trabalhadores não recebem nenhuma assistência de saúde, contrato de trabalho, etc. Mas isso está tirando o sono dos produtores, a lei diz que vinte dias tem que assinar carteira, alguns não trabalham vinte dias direto, folgam no sábado, colhem até sexta ao meio dia para entregar na sexta a tarde e retornam no domingo, para entrega na segunda pela manhã, para ir para a indústria. Se começarem a pressionar muito os agricultores, de pagar o salário, muitos recebem muito mais que um salário mínimo, muitos estão preocupados (P1).

Todos estes depoimentos evidenciam que a questão da contratação de trabalhadores há que ser equacionada da melhor forma possível, em meio a uma conjuntura que conspira contra a regularização. O sistema se mostra completamente alheio ao dia a dia das propriedades, tanto do ponto de vista da regularização dessa relação, quanto do necessário diálogo com as normas que regem a seguridade social. Esse quadro serve, inclusive, como um freio que parece limitar a expansão dos pomares e, conseqüentemente, o aumento da produção de pêssego.

P1 cita um exemplo que vai ao encontro disso:

Um agricultor que trabalhava com um produtor, que recebia casa, morava junto, e depois que saiu, colocou na justiça. Daí o produtor arrancou os pés a mais e ficou só com o que a família consegue dar conta. Está começando a ficar com o que cada um consegue fazer, apenas mão de obra familiar, alguns estão buscando fora, pois já não conseguem aqui a mão de obra. Se começar a apertar muito o pessoal vai manter só o que consegue colher, o que dá conta, não vai plantar três mil pés para ter um retorno melhor, mas daí precisa contratar e não dá conta (P1).

Os trabalhadores que auxiliam, no período da colheita, aos produtores 9, 10 e 11, são quilombolas de uma região próxima. Estas pessoas, segundo os contratantes, não possuem interesse e não podem ter a formalização dos contratos de trabalho, sob pena de perderem os benefícios governamentais que recebem. Assim, para P10:

Por enquanto tem uma casa que todos os anos colhe. Eles não têm produção, são diaristas, ganham bolsa. São quilombolas, fazem um extra. Trabalham de manhã para comer a noite, o resto. No Grupelli [comunidade rural de Pelotas] tem mais dois quilombolas. Na verdade, não tem muitos dos quilombolas que trabalham, alguns produzem alimento. Mas tem muita

ajuda do governo, o governo paga e porque vão trabalhar? Não pode aparecer em modelo quinze, não pode assinar carteira para não perder benefício. Se tem alguma documentação vão perder tudo. No final do dia ganham o dinheirinho e vão embora (P10).

A produtora 11 resume “aqui na volta ninguém trabalha com carteira assinada, tudo diarista”. Esse aspecto mostra efetivamente o caráter da invisibilidade de uma relação de trabalho que é imprescindível para a produção de pêssego, mas que dá mostras de não poder ser modificada nas atuais condições em que o ciclo da cultura se desenvolve em Pelotas e em toda a região produtora.

5.1.3 Os “acertos” entre produtores, trabalhadores e turmeiros

Em algumas situações, os produtores realizam o contato direto com os trabalhadores que serão empregados. Com estes contraem relações de confiança, onde os produtores já mantêm o vínculo com os trabalhadores safra após safra, sendo considerados “certos” para a safra seguinte, em meio a uma combinação informal e verbal entre ambos. Em outros casos, a cada ano, os produtores buscam novos profissionais para satisfazer suas necessidades.

P1 explica que a violência na zona rural é crescente:

É complicado saber quem vai levar para trabalhar dentro da tua propriedade, os produtores estão apreensivos, pela questão de roubo, ter pessoas de confiança, geralmente estão trabalhando com indicações, pessoas que são de confiança. Tem muito roubo na colônia, questões de drogas aparecendo bastante também (P1).

P4 estima a necessidade de colheita terceirizada em torno de 10 a 12% da produção, mas não possui “pessoa certa” todo o ano, ou seja, a cada ano pode vir uma pessoa diferente para auxiliar na colheita: “muitos chegam de moto, este ano foi um pai e filho que trabalharam, não tem uma pessoa certa” (P4).

P13 explica que, além de não ter vínculo empregatício, os trabalhadores também não costumam realizar sempre as mesmas tarefas em cada safra, “não trabalha certo, uma tarefa com cada um, sempre um rodízio. São todas pessoas diferentes: as pessoas que colhem aqui, podam no fulano, porque não gostam de trabalhar com turma”. P2 explica sobre as funções desempenhadas e ainda ressalta

a necessidade de os trabalhadores aprenderem a técnica correta: “geralmente os que colhem não gostam de podar, alguns não gostam, alguns não sabem colher e não sabem podar ou fazer o raleio, a colheita é mais fácil, o raleio é mais ou menos, às vezes a gente explica, mas nem coloca mais, porque tem técnica”.

Já P5 considera que “é mais prático ser certo, se não é muito arriscado, na hora não se consegue, já trataram com fulano, ciclano. Se acha uma turma, tem confiança, é melhor. Aqui trabalha o pai, o filho e o cunhado” (P5). Os produtores 7 e 8 também procurar firmar acordos com os trabalhadores: “deixaram meio acertado para o próximo ano. Se tiver outro serviço que aparecer eles vão. Mas não deixam na mão, mandam outro primo, sobrinho”.

Tem-se, ainda, a modalidade de “turmeiros”, que são pessoas encarregadas pelos trabalhadores, geralmente em situações em que há uma quantidade maior de trabalhadores contratados, em propriedades maiores, ou ainda, em situações em que os produtores preferem não se envolver ou não têm a habilidade necessária para lidar com as questões de gestão de pessoas, ou mesmo não possuem os contatos dos trabalhadores para a serem contratados. Pode-se fazer uma analogia com a relação estabelecida em uma obra, envolvendo os proprietários do empreendimento, os empreiteiros e os pedreiros. O turmeiro é o agenciador da mão de obra.

Neste sentido, quando existe a intermediação do turmeiro, torna-se ele responsável por arregimentar a força de trabalho, fazendo os contatos iniciais, a contratação, o transporte, o acompanhamento, o controle dos serviços prestados, o pagamento e a demissão. Há casos em que o turmeiro trabalha nas atividades normais de poda, raleio e colheita.

O produtor 5 relata a atividade desempenhada pelo turmeiro do Rincão dos Maia:

Se diz, eu quero seis pessoas para determinada função, daí o turmeiro arruma e se entende com eles. São de Canguçu, de uma região que não tem pêssego, região de fumo. Se eu fosse turmeiro, na minha região eu consigo, em cada região tem a turma do fulano, ciclano. Ano passado se trabalhou com a turma de Canguçu, iam e vinham, tiravam quase o pé, funcionou (P5).

Nosso entrevistado exaltou, desse modo, a boa produtividade dos trabalhadores contratados em virtude da mediação do turmeiro.

Os produtores valorizam o papel desempenhado pelo turmeiro, reforçando seu papel no que tange à contratação e da rotatividade de pessoal. Para P15:

Sempre troca, um vem este ano, alguns não podem vir neste e vêm no outro ano. Tem um turmeiro em Canguçu, ligamos e queremos tantas pessoas, precisamos de quatorze pessoas, este ano tinham dois casais ajudando, tantas pessoas vêm, pagamos uma “comissãozinha” para o turmeiro... Um ano deu encrenca e levaram embora, ele que arruma, é mais fácil (P15).

Sobre o controle de qualidade e a dificuldade de lidar com as pessoas que realizam a colheita, P14 complementa:

Às vezes o turmeiro está junto na lavoura e reclama para os caras se está verde. Um outro apanha verde, o outro não apanha maduro. Tem que está controlando as coisas. Me ajuda a pegar no chão, mas daí reclamam que estão mal da coluna. Às vezes dá vontade de parar. Daí reclama para o outro que está juntando no chão, e o do lado não junta. Lidar com povo não é fácil. Tem uns que não [se] pode falar alto (P14).

Os depoimentos aqui reunidos mostram que a intermediação do turmeiro é, por vezes, necessária, especialmente no caso de pomares maiores, onde há um maior volume de pêssego a ser colhido. Junta-se a isso, a necessidade de fiscalizar a atuação dos trabalhadores, administrar conflitos e garantir uniformidade à operação.

O produtor 5 também reforça a dificuldade que possui de lidar com pessoas e da escassez de mão de obra qualificada:

Tem que ficar em cima, dar dicas diárias. Ver os caras bons, uma turma boa, que se interessem em trabalhar e não juntar o montante, tem que enxergar como o produtor, não ter só a vontade para ele, tem que ser bom para os dois. Esta mão de obra é escassa (P5).

Sobre as tarefas desempenhadas, o produtor 14 enfatiza ainda que “no raleio, tem que passar duas pessoas por raleio, tem que passar todos os raleios, tem gente que não gosta de passar e ser mandado, ensinado, tem que passar nos bons (trabalhadores) para ir nos piores, tem que ter paciência”. Os irmãos (P14 e P15) podam as novas plantas e trabalham mais no carregamento do pêssego, “quando tem muita gente apanhando tem que ir levando caixa e carregando para a casa”, segundo P15. A figura 10 ilustra a rotina de colheita de pêssego com o

carregamento das caixas plásticas para acondicionamento das frutas e transporte no interior da propriedade.



Figura 10 – Fotografia do transporte das caixas plásticas para acondicionamento do pêssego.

Fonte: Acervo da autora (2017)

Neste sentido, observa-se que alguns produtores têm dificuldades em lidar com os trabalhadores, preferem contratar o turmeiro para gerenciar a atividade e, principalmente, para resolver as questões com o pessoal contratado.

5.1.4 Trocas de serviço

As trocas de serviço entre vizinhos ou a organização em forma de “mutirões” não são práticas comuns na cultura do pêssego em Pelotas. Em parte, isso se deve à intensidade do trabalho em curtos períodos de tempo, em que todas as famílias da região geralmente estão muito envolvidas com seus afazeres em suas respectivas propriedades. Ademais, com um bom planejamento e gestão da atividade é possível ter uma maior diversificação de cultivares e administrar o tempo para a realização da colheita e de outras atividades. Sobre este tema o produtor 13 esclarece:

Quando casei tinha, mas agora não tem mais em função do tempo, cada um tem o seu. Vizinho, pai, sogro, cunhado ajudaram na hora do sufoco, mas não mais. Quebra galho sempre tem, quase nunca acontece, para questões de tratamento, de doenças, uns se ajudam, mas hoje em dia se planejam,

tratam o pomar, se ficarem doente, não são pegos desprevenidos, até perdem, mas são áreas isoladas (P13).

P6 acrescenta: “vizinhos são para socorrer, uma máquina, coisa assim, mas não dá tempo para ajudar na safra, trocar serviço. Antigamente dava, hoje não dá mais” (P6). O que estas falas proclamam é a mudança de costumes que acompanha os novos tempos, marcados pela profissionalização das atividades agropecuárias e pela crescente individualização dos processos produtivos.

O produtor 5 argumenta também as dificuldades em relação ao tempo disponível, referindo-se às variedades diferentes produzidas nos pomares:

Os vizinhos não conseguem, não dá tempo, o compadre ajudou um dia e meio, porque é uma época que todos estão bem atrapalhados, tem todo o pomar para cuidar. Tá colhendo uma (variedade) e a outra está tendo outro cuidado, colocar fungicida, colocar para a mosca da fruta (P5).

P6 lembra de um caso ocorrido há uns cinco anos:

Na véspera do ano novo, uns amigos vieram pedir ajuda, que não tinham nenhum colhedor, nós tínhamos uma confraternização, convidaram para colher das 6h às 10h. Nós fomos até as 11h, colhemos cento e cinquenta caixas de pêssego, caixas de 20kg. Fazíamos trinta caixas por hora, colocávamos no balaio, e carregávamos para caixa. Apanhamos mais que a família (P6).

Sobre a questão da ajuda de vizinhos e do seu próprio filho, P4 esclarece:

Quando se tinha pouca chácara, nova ainda, se trabalhou com o vizinho, hoje cada um tem a sua, se ajuda só por hobby [sem retribuição financeira]. Fui ajudar o guri [filho] no fumo, se um dia ele me ajudar eu pago ele, se ele precisa eu ajudo por doação. Pode-se fazer uma troca de serviço, colocar uma laje, se prende o grito, mas é por fora do pomar, ganha uma carne, uma cerveja, uma parceira numa festa (P4).

Neste caso, o filho do produtor 4 reside em outra propriedade, produzindo fumo. Sua fala mostra que não ocorre a troca de serviços nem mesmo entre os próprios familiares.

5.1.5 O desembolso financeiro

Os pagamentos aos trabalhadores terceirizados variam de acordo com a modalidade, podendo ser por diária ou por rendimento. Há diferença no valor pago, de acordo com a especificidade do serviço contratado (poda, raleio ou colheita), da garantia ou oferta de alimentação e de moradia, conforme acordos realizados entre os produtores, trabalhadores e turmeiros.

O produtor 4 esclarece que, quem trabalha como diarista recebe R\$ 100,00 por dia e a alimentação. Alguns trabalhadores recebem por caixa (trabalham por produção). Neste caso, o valor pago varia de R\$ 1,50 (caixa de 17kg) a R\$ 2,00 (caixa de 20kg), conforme o tamanho. Nesta modalidade, os trabalhadores podem receber de R\$ 70,00 até R\$ 200,00 por dia de trabalho, conforme seu desempenho.

P10 complementa que “eles ganham por caixa, quanto mais apanham mais ganham. Não querem por dia, tem dias que chegam a tirar R\$ 100,00 por pessoa. Um casal chega a colher duzentas caixas, depende conforme trabalham, às vezes tiram até mais de R\$ 300,00”.

Para P3, em sua propriedade:

A contratação é de até três pessoas, quando trabalham por hora, recebem entre R\$ 10,00 a R\$ 12,00. Quando trabalham por dia, se paga R\$ 70,00 a R\$ 100,00 depende do que trabalha, quem é mais rápido. Se quiserem pegar direto, não almoçar, eles fazem. Se paga R\$ 1,20 a R\$ 1,50 a caixa de 20 kg, daí se larga as caixas pra eles, as pessoas dizem como querem e vão arrancando. Tem uns que querem durante a semana, outros no final do mês, se usa muito por caixa (P3).

O produtor 5 adverte sobre a dificuldade de pagamento por dia e por caixa, “na colheita as pessoas ganham por caixa, por montante, a maioria por caixa, por dia ficam fazendo onda, mas por caixa às vezes apanham verde”. P7 avalia da mesma forma, para ele “trabalhar com gente é muito difícil”, se referindo à qualidade da mão de obra, em que muitos trabalhadores não estão preocupados com a seleção dos frutos no momento da colheita, colhem todos os que estão no pé, não importando se já estão aptos ao consumo ou não, “querem encher suas caixas”, tendo em vista que recebem por produtividade, ou seja, por caixa. P1 considera importante o pagamento ser realizado por rendimento, “eles vêm com o intuito de

ganhar dinheiro, para o produtor também é interessante, porque ficam menos tempo e menos fruta se perde”.

Uma situação atípica é evidenciada pelo produtor 4 (P4), que possui três filhos⁴⁵ que não auxiliam na produção. O filho (que possui a sua respectiva propriedade e sua produção de fumo) esporadicamente auxilia na colheita. Quando trabalha ajudando o pai, o mesmo paga o valor de R\$ 80,00 a R\$ 100,00 por dia. O filho trabalha como apoio e, por vezes, recebe valor inferior ao que é pago aos demais trabalhadores, além de não receber parte dos ganhos ao final da safra.

Neste sentido, é possível apurar que a variação corresponde tanto a oscilação entre valor pago por caixa (tamanho), em termos do rendimento do trabalho individual, que é determinado pela quantidade de pêssego colhido, ou ainda, em termos dos acordos estabelecidos entre as partes.

Os valores percebidos pelos serviços de poda e raleio, bem como pelos trabalhadores fixos também variam. Sobre o pagamento da poda, P6 explica que “tem gente que paga por rendimento, outros pagam de R\$ 8,00 a R\$ 10,00 a hora, mas vai dar tudo na mesma”. “Em outras propriedades o pagamento dos serviços de poda e de raleio é feito por planta, R\$ 1,50, cada um escolhe conforme achar mais viável”, esclarece P1.

Os produtores 7 e 8 informam que, para a mesma atividade, o trabalhador recebe por hora trabalhada o valor de R\$ 7,50, com uma jornada em torno de dez horas por dia, normalmente. O produtor 7 explica, ainda, que durante a safra pagou, ao trabalhador fixo, R\$ 100,00 por dia e mais uma bonificação por produção, “ele pega o trator e carrega, eu vou para a fábrica entregar, e ele fica trabalhando até mais tarde”.

O produtor 6 compara os valores percebidos por um trabalhador diarista e um assalariado e a opção feita, pela maioria dos produtores, em manter a modalidade de pagamento por diária ou por produção, apesar do valor ser mais expressivo nestas condições do que se tivessem um trabalhador assalariado.

Um colhedor tira uns R\$ 150,00 a diária, estes caras para podar estão ganhando R\$ 100,00. Por isso que estes caras não querem salário fixo, porque em dez dias tiram um salário. Para um funcionário efetivo não dá para colocar, porque é por temporada de poda, colheita. Os vizinhos que têm efetivo, têm outras culturas, pimentão, tomate (P6).

⁴⁵ Esse caso foi tratado com maior detalhamento na subseção sobre trocas de serviço

O produtor 6 analisa também os valores recebidos em um mês e os compara com o valor do pêssego. Em sua fala, pondera o quanto a mão de obra compromete a receita da família “se vê, um mês tem trinta dias, então seria R\$ 3.000,00 ao mês que se paga pra cada um. Em dez meses se pagaria R\$ 30.000,00. Para compensar o valor do pêssego bruto, 30.000 kg, sem a despesa dele, só para pagar o funcionário” (P6).

P1 também calcula os custos e diz que:

A remuneração é pouca, acabam se contentando com pouco, se for colocar na ponta do lápis, não dá um salário mínimo, dependendo da atividade agrícola. O pêssego, se não tem uma boa administração, não dá um salário mínimo para toda a família, pensando nos doze meses, em dois hectares, produção de 30.000 kg, vendidos a R\$ 1,00, são R\$ 30.000,00, descontando R\$ 6.000,00 de despesa, são R\$ 24.000,00, o que equivale a R\$ 2.000,00 por mês (renda familiar). Mas ainda tem que investir na próxima safra, tem que ter alguma coisa guardada, porque se a próxima safra frustra, ainda tem que investir na safra seguinte, na melhoria de equipamentos, aquisição de máquinas, troca de pulverizador. Mil pés não resolvem, tem que ter no mínimo dois a três mil pés para se tornar rentável (P1).

Sobre a frustração de safra, P6 relata que “tem anos que dá, tem anos que não, dependem de uma safra para colocar na outra”.

Já referente aos trabalhadores fixos, o produtor 15 explica que “os trabalhadores fixos recebem R\$ 40,00 por dia, mais cama, mesa e roupa lavada, na gorjeta ganharam R\$ 2.000,00 a mais... No final da safra ficaram faceiros”.

Sobre o pagamento do turmeiro, o produtor 14 menciona que “em dois meses o turmeiro levou R\$ 8.000,00 no total, só de comissão ganhou R\$ 2.600,00, R\$ 0,10 em caixa”. Neste caso, o turmeiro auxilia também na colheita, realizando dupla função.

Em suma, o que estes depoimentos mostram é há uma grande heterogeneidade nas formas de pagamento dos trabalhadores, que tanto podem envolver remuneração por hora, dia ou por produtividade (caixa), no caso da colheita. Outro aspecto a considerar é reforçar a ideia de que os produtores não atribuem valor (renda) ao trabalho exercido pela própria família. Se assim o fizessem, como preconiza a teoria chayanoviana da diferenciação demográfica, muitos deles acusariam prejuízo.

5.1.6 Condições de trabalho oferecidas

As condições de trabalho oferecidas são consideradas, pelos produtores rurais, como satisfatórias. Os trabalhadores que vêm de lugares mais distantes são acomodados em casas próximas às dos produtores, geralmente em uma outra habitação, construída para este fim, no estabelecimento da família ou, mesmo na garagem dos produtores. Em geral, procura-se criar um ambiente confortável, compatível com as necessidades essenciais dos trabalhadores. Estes têm acesso, em alguns casos, à máquina de lavar, ao passo que em outros casos, as próprias esposas dos produtores são responsáveis por lavar as roupas dos peões.

Os produtores reconhecem a importância dos trabalhadores externos, o quanto o trabalho desempenhado é fundamental para a continuidade da atividade e para a manutenção da produção de pêssegos. Há o estabelecimento de relações de confiança e de estima entre muitos produtores e trabalhadores, como pessoas próximas que convivem juntos durante safras sucessivas.

Segundo o produtor 4, os trabalhadores de Santana da Boa Vista, em geral, são abrigados em casas anexas às residências dos produtores rurais, construídas justamente para este fim. Em outros casos faz-se uso de garagens adaptadas. O produtor 4, por exemplo, construiu, há algum tempo, um quarto/cozinha e banheiro com essa finalidade.

Sobre as condições de moradia, P5 complementa que:

Se fornece um espaço no galpão, tem banheiro, tem pia, tem tudo. Tem o básico que um ser humano precisa. Se não tiver um mínimo, básico, eles não ficam, é mais difícil conseguir gente, ainda mais quem vem de fora, tem que conseguir uma condição mínima (P5).

Já P12 contrata o seu vizinho para as atividades de colheita e desconhece as condições fornecidas pelos demais produtores, menciona que “na safra dizem que tem que ter até banheiro”.

Sobre a alimentação, os produtores geralmente fornecem uma cesta de alimentos, denominada de “rancho”, com o necessário para que os trabalhadores usufruam das condições que possuem em suas próprias residências. Há ainda,

casos em que a própria família de produtores rurais proporciona as refeições aos peões.

P7 explica que há uma casa para abrigar os trabalhadores temporários e que é fornecida a alimentação:

Em 2017 vieram duas pessoas no raleio ... ficaram 21 dias. Na colheita, quarenta dias, no início veio um só, talvez trinta e poucos dias se contou com duas pessoas. É dada toda a estadia, a alimentação eles fazem, o que falta vamos repondo, damos um rancho e eles fazem a comida, é a casa deles, lavam a roupa, a casa é como se fosse deles, só mandamos a comida (P7).

O produtor 6 relata outra situação, em que a alimentação é fornecida já pronta para consumo, na residência da família:

No apanhe são três pessoas de Santana da Boa Vista, que apanham por caixa, recebem por rendimento. Ficam na propriedade, damos toda a diária, pagamos R\$ 1,80 a caixa grande, damos a comida. Tem uma garagem, com banheiro, tudo para tomar banho. A comida é na casa, a mulher se encarrega da comida, a garagem é para dormitório. Depois quando termina o serviço levamos de volta a Santana da Boa Vista, fica uns 130km daqui (P6).

Em outras circunstâncias, não é fornecida a alimentação, seja por residirem próximo das propriedades, seja por existirem acordos tácitos entre produtores e trabalhadores. Por exemplo, os produtores 9, 10 e 11, os quais contratam pessoas próximas da propriedade e não fornecem o alimento, “não ganham comida, trazem o lanche, a água é fornecida” (P10). E P14 e P15, que abrigam os trabalhadores de outras localidades, mas também não fornecem alimentação. No caso do produtor P15 “os quatorze trabalhadores temporários têm outra propriedade, duas casas mobiliadas, tem chuveiro, geladeira, recebem R\$ 1,50 por caixa, a comida é por conta deles”.

Os produtores apontam, ainda, que em determinadas situações, especialmente em propriedades que contratam uma quantidade maior de trabalhadores, há uma pessoa responsável (cozinheiro) que faz o almoço e o café da tarde para vinte a trinta pessoas. Neste sentido, pode-se observar que existem acordos entre os produtores e trabalhadores com relação as condições de trabalho, conforme a disponibilidade dos persicultores e a necessidade dos trabalhadores.

5.2 O “povo de Santana”⁴⁶

Os trabalhadores que vêm do interior de Santaninha, como é conhecida Santana da Boa Vista, trabalham nos períodos de poda, raleio e, principalmente, na colheita do pêssego em Pelotas e região. Mas atuam, também, em outras localidades com outros tipos de prestação de serviço.

P5 explica que “esta gente que vem apanhar o pêssego, vão para granja, saem, vão para engenho, trabalham toda a temporada, não escolhem muito. Serviço de granja, engenho, colheita da maçã em Vacaria, uva na Serra, estão sempre aqui ou ali”. O P6 explica, também, que trabalham em outras localidades, como na cultura da maçã e nos vinhedos na região da Serra Gaúcha ou mesmo na granja Quatro Irmãos⁴⁷, etc.

Os produtores rurais de Pelotas fizeram vários relatos específicos sobre o “povo de Santana”. Em suas falas, exaltam a qualidade dos serviços prestados, a honestidade das pessoas, a realidade vivenciada por estes trabalhadores que se deslocam de suas casas, percorrendo uma considerável distância geográfica (aproximadamente 140 km).

Na realização do trabalho de campo houve momentos em que nossos entrevistados teceram considerações, comparando a sua própria situação com a dos trabalhadores de Santana, em que pese o fato de que muitos deles serem proprietários de estabelecimentos rurais. Os primeiros se colocam na condição de superioridade, não somente por possuírem uma melhor qualidade de vida, mas por preservarem uma autonomia de viver do próprio negócio.

É claro que tal valoração há que ser tomada dentro de seu contexto e com a devida cautela de não supervalorizar uma distância social que é vista apenas sob os olhos de um dos polos dessa relação.

Sobre a disponibilidade de mão de obra de Santana da Boa Vista, P4 informa que “na safra de 2016/2017 vieram em torno de setenta a cem pessoas de Santaninha”. Em sua fala traduz a realidade enfrentada pelo “povo de Santana”:

⁴⁶ O “povo de Santana” referenciado nesta tese, diz respeito aos trabalhadores provenientes do município de Santana da Boa Vista/RS, tanto na forma como se autodenominam, quanto na forma como são tratados pelos produtores rurais de Pelotas. Não guardando, assim, qualquer sentido depreciativo.

⁴⁷ Granja Quatro Irmãos é uma grande empresa agropecuária situada no município de Rio Grande, RS, a qual tem no arroz irrigado uma de suas principais atividades produtivas.

“eles têm a vida mais apertada, têm esse lugar que só planta feijão e milho, tem gente grande, mas tem muita gente pequeninha⁴⁸, um abismo muito grande, trabalham só para a boia”. Questiona, ainda, sobre a sobrevivência dos trabalhadores terceirizados após a safra do pêssego: “Quem trabalhou na safra, por trinta dias, ganharam R\$ 70,00 a R\$ 80,00 (por dia) e o resto do ano? ”.

O produtor 5 complementa:

Eles não têm muita opção de renda, coitados, tem gente que foi passear para lá e disse que é muito triste, viver neste lugar, dito por amigos que já foram para lá. Lá não tem fumo, não tem pêssego, aqui é tudo mais melhorado, tem trator, tem caminhão, moto, casa boa. Eles não têm produção que dá renda, é um animalzinho, um milhozinho, não tem como inventar plantação para vender, não tem logística, não tem indústria, não tem nada, só as Minas do Camaquã⁴⁹ (P5).

Sobre o município de Santana, P5 explica:

Lá se tem uns animais, ovelha. Agora ficou mulheres e crianças, agora nesta safra, as pessoas precisam sair, quinze dias vieram os terceirizados, em quinze dias se colheu 60.000 kg, com três terceirizados, a família e os auxiliares da volta. É muito ruim trazer as pessoas de fora, de longe (P5).

O produtor 7, que contratou dois trabalhadores, também comenta a situação enfrentada pelos moradores de Santana da Boa Vista:

Em Santaninha é maçã e uva, tem a propriedade, tem um pouco de gado, é uma cidade muito pobre que não gera dinheiro, a maioria é gado, precisa de muita área para fazer dinheiro, tem que ter no mínimo duzentas cabeças para manter. Eles trabalham assim, pegando estes poucos serviços, pegando um pouco aqui, um pouco lá. Vão para Serra, plantação de alface, cenoura, uva, em Santa Vitória também, para o arroz. De Santana vão umas trezentas pessoas para a colheita da maçã. É preciso ter o dinheiro de fora para eles sobreviver. Trabalham em vários lugares, cada vez vem mais gente (P7).

Sobre estes trabalhadores, P6 acrescenta: “a gente acha que é difícil, mas eles moram dentro do campo, abrem quatro a cinco porteiras. Não têm ferramenta, não têm diesel, quando faz o serviço vai no boteco e deixa pago, trabalham para comer”.

⁴⁸ Refere-se à diferença de porte e condições de produção entre os produtores. Os trabalhadores de Santana da Boa Vista (Santaninha) também são agricultores familiares. Todavia, segundo os agricultores familiares de Pelotas (entrevistados) possuem condições financeiras inferiores em comparação com os de Pelotas.

⁴⁹ Parque temático de aventura ao ar livre.

A maioria dos trabalhadores são apresentados nas propriedades pelo turmeiro, que realiza os contatos iniciais e intermedia as negociações. Todavia, em alguns casos, já se criou o vínculo dos trabalhadores e produtores e este contato é feito diretamente. Como exemplo, pode-se citar o caso do produtor 5, o qual fala diretamente com os produtores, “as pessoas saem, trabalham na safra de granja, na colheita da maçã, daí nós fomos descobrindo e falando, na safra”.

O produtor 7 considera que as pessoas de Santana da Boa Vista gostam de ser contratadas para trabalhar em sua propriedade, auferindo, segundo sua aceção, uma remuneração condizente, mas sem perspectivas de registro em carteira de trabalho:

Um nunca tinha vindo e gostou, o filho queria vir também. Se eu ganhasse assim lá eu tava rico, pegam R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 e compram moerão e colocam mais gado. São pessoas humildes, são pessoas que estão acostumadas com a roça, qualquer serviço em qualquer lugar. Não gostam de serviço fixo, gostam de ficar aqui e ali, não é salário fixo que eles querem, a carteira tem muito desconto, salário mínimo é muito pouco, não tem estudo, fazem este tipo de serviço (P7).

Os trabalhadores são considerados ótimos profissionais, pessoas muito responsáveis e corretas, chegam a ser adjetivados como “ingênuos e desconfiados, chucros” (P6). Em uma situação apontada pelo produtor 8, as pessoas desconheciam o que era protetor solar, não sabiam sua função e nunca haviam utilizado. Os produtores utilizam o protetor solar, inclusive para evitar a alergia do pêssego (pêlo). “Até em dia de chuva o pêlo do pêssego queima, o protetor não deixa dar coceira. Mas o pessoal [de Santana] não sabia o que era protetor, usavam manga comprida no calor, cada um trabalha como quer” (P8).

O produtor 6 relata que “na primeira vez que vieram, me deram a carteira para guardar. Se eles deixarem uma garrafinha descartável, eles vão buscar. Se quebrarem um copo, no ano seguinte trazem. Não tem luxo, trabalham para comer. São gente humilde, humilde como ser, com sensibilidade, querida, de coração puro. Aqui na nossa região não tem mais!” (P6).

Por serem trabalhadores importantes para o bom andamento da produção, principalmente da colheita, e por serem pessoas consideradas “boas para o trabalho”, ou seja, competentes e trabalhadoras, os produtores procuram atender da melhor forma possível. Relatam que tem uma liberdade de se falar, tratam com respeito, não precisa xingar, ser áspero nem nada, o produtor 6 menciona o diálogo

que tem como os trabalhadores “quero que vocês fiquem satisfeitos e que eu fique satisfeito também”.

Alguns chegam a construir relações de amizade, em uma situação foi apontado que o rapaz que veio para ajudar na colheita, após o pai retornar para Santana da Boa Vista, ainda ficou mais uma semana para passear. Outro caso foi de que um dos trabalhadores fez aniversário enquanto estava em Pelotas e o produtor o presenteou com uma caixa de bombons. Em outra situação os trabalhadores foram levados em casa (em Santana da Boa Vista), pelos produtores, após a safra, demonstrando a aproximação entre as pessoas.

5.2.1 O “povo de Santana” pelo “povo de Santana”

Devido as inúmeras menções feitas pelos persicultores entrevistados ao “povo de Santana”, houve por bem visitar o município de Santana da Boa Vista e conhecer a realidade dessa população. Nosso ímpeto era o de descobrir o que leva ao deslocamento de pessoas desta região para outros municípios em busca de trabalho, acercando-nos das condições de vida e das expectativas em relação ao futuro.

Importante destacar que, segundo a estimativa do IBGE (2017a), Santana da Boa Vista possui 8.414 habitantes e 1.420,616 km² de superfície territorial. Vale frisar que se trata de um dos municípios de menor renda per capita do estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com o IBGE (2017a), em 2015 o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos, na comparação com os outros municípios do estado, ocupava a posição 488 de 497. Em relação à proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8,8%, posição 470 de 497 municípios do RS. Já na comparação com cidades de todo o país, Santana da Boa Vista consta no posto 3.666 de 5.570, em relação ao salário médio mensal e 3.734 de 5.570, quanto às pessoas ocupadas.

Ademais, no censo realizado, estimou-se que 42,6% da população de Santaninha reside em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário

mínimo por pessoa, o que a colocou na posição 13 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 2.412, dentre as 5.570 cidades do Brasil.

O PIB per capita em 2014 foi avaliado, pelo IBGE, em R\$ 15.498,08. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição de 447 de 497. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 2.482 de 5.570 (IBGE, 2017a).

Chama atenção também o dado que apura o orçamento proveniente de fontes externas, alcançando, em 2015, a marca de 75,5%, o que acena para a importância das atividades desenvolvidas em outros municípios como propulsoras de desenvolvimento econômico ao município de Santana da Boa Vista. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era 349 de 497 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4.194 de 5.570 (IBGE, 2017a).

Na pesquisa realizada em Santana da Boa Vista foi possível identificar vários pontos levantados nas entrevistas realizadas junto aos produtores rurais de Pelotas. Identificou-se que o município, de características predominantemente agrícolas e rurais, com terras próprias para o cultivo da fruticultura, não explora esta atividade. A ênfase produtiva está na criação de animais, especialmente na produção de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e aves.

Sobre as atividades realizadas, tivemos a oportunidade de entrevistar o produtor/trabalhador 3 (T3), considerado o único produtor de pêssego do município. Segundo ele, há alguns anos atrás conseguiu produzir pêssego e vendeu a própria produção, no seu próprio veículo, no centro da cidade. Atualmente, por desconhecer técnicas de manejo adequado e por não ter apoio de entidades que prestam assistência técnica, desistiu da produção, “deixei para os bichos comerem”, desabafa T3.

Foi possível realizar um mapeamento da mão de obra itinerante do município. Segundo informações verbais dos entrevistados, há uma estimativa de que oitocentos a mil pessoas migrem para outras localidades para realização de serviços temporários durante o ano.

Os municípios que mais empregam os trabalhadores são: Santa Vitória do Palmar (arroz), Caxias do Sul (fruticultura) e Pelotas (pêssego). Em Santa Vitória do Palmar os trabalhadores possuem a documentação legalizada, trabalham em granjas, todavia, em Caxias do Sul e em Pelotas, isso não acontece.

Segundo o trabalhador e turmeiro 1 (TT1), alguns trabalhadores fazem as duas safras, do arroz e da fruticultura. “Este mesmo povo que vai para cá, vai para lá também. Não vai dizer que está só aumentando” (TT1).

Em Santa Vitória do Palmar o trabalho é realizado em granjas de arroz, no período de fevereiro até abril, em torno de três meses, “alguns vão no início e outros alguns dias após”, explica TT1. Os valores são percebidos por safra, tem valores que agregam ao final, possuem registro em carteira de trabalho e todos os direitos trabalhistas regularizados. Recebem em torno de R\$ 12.000,00 a R\$ 15.000,00 por safra. Além disso, é dada casa, com água e luz, e se paga 50% da alimentação consumida.

TT1 compara as remunerações e benefícios das três localidades citadas:

É tudo organizado, tudo com alojamento, tudo o que é necessário [referindo-se à Santa Vitória do Palmar], assim como no pêssego, nós temos tudo, só que no pêssego não se assina a carteira, é o clandestino, mas eles dão tudo, o conforto, casa boa. Em Caxias [do Sul] a mesma coisa, só que é menos, eles dão em torno de R\$ 60,00 por dia, não assinam carteira também, só tem que levar para uma prevenção de multa, tem que levar toda a documentação, mas nunca me assinaram a carteira, não tem direito a nada, só o dinheiro do dia e a comida, é R\$ 60,00 livre, dão a passagem, porque é longe daqui até lá. Onde eu levava, a Cambará do Sul, dava 640km daqui. Eu levei pra lá de 1995 a 2000. Nas granjas é diferente, eles pagam todos os direitos, é fundo de garantia, tudo certinho (TT1).

TT1 complementa sobre a modalidade de contratação “o pagamento nos pêssegos é variado, porque aqui é de empreitada, no raleio agora é R\$ 80,00 por dia, dão a viagem, a despesa e a comida, mas se for de empreitada, aí se dá para ganhar mais, aí dá para garantir uns R\$ 100,00 a R\$ 120,00 por dia”.

Estima-se que os trabalhadores recebam, na safra do pêssego, de R\$ 8.000,00 a R\$ 10.000,00, no caso de quem faz o raleio e a colheita. Quem trabalha apenas na colheita ganha entre R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00, sofrendo variações.

As condições de trabalho oferecidas, segundo TT1 e T4, são excelentes. Possuem todo o necessário para uma boa estadia, itens de alimentação e higiene são supridos de forma satisfatória. Segundo TT1 “até pasta de dente eles dão, coisa que nem precisava. Nós não gastemos com nada, só tem que trabalhar para ganhar o dinheiro. O que nós ganhamos, nós trouxemos” (TT1).

Alguns trabalhadores ainda prestam serviço de cortes de árvores e de limpeza de campo, com máquinas agrícolas, como é o caso do trabalhador 3 (T3), que possui uma pequena produção para sustento de sua família e atua em diversas

propriedades da região prestando serviços. Outros são contratados por uma empresa e trabalham em obras e na confecção de alambrados.

No município, em torno de oito pessoas exercem a função de turmeiros, atendendo a diversas regiões. Geralmente tem-se um turmeiro responsável por cada granja (quatro para Santa Vitória do Palmar), em torno de dois para Pelotas e mais dois para Caxias [do Sul]. Todavia, estes números referem-se a estimativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos próprios produtores e trabalhadores rurais, inexistindo um levantamento oficial das informações.

O entrevistado (TT1) exerce a função de trabalhador e também de turmeiro, relatando-nos que há alguns anos reúne grupos de trabalhadores para exercerem atividades temporárias na produção de pêssegos em Pelotas.

As funções do turmeiro resumem-se em captar pessoas aptas às atividades, organizar os períodos de trabalho (safras) e as respectivas propriedades nas quais os trabalhadores serão destinados, além de organizar o transporte (geralmente são disponibilizados ônibus para transporte dos trabalhadores – no caso de localidades mais distantes como Santa Vitória do Palmar ou Caxias do Sul). Já no caso de Pelotas, os produtores ressarcem o combustível para que os trabalhadores possam se deslocar em veículo próprio, além de acompanhar o dia a dia das atividades rurais.

Em caso de eventuais problemas, seja de relacionamento com os produtores ou de doenças/acidentes, os turmeiros procuram solucionar as dificuldades, fazendo um acompanhamento constante do pessoal indicado para o trabalho e substituindo-os, quando necessário. Segundo o trabalhador e turmeiro (TT1), “tem muita gente boa para trabalho, mas também tem gente ruim”, referindo-se à gestão de pessoal que precisa realizar.

“Eles estão sempre se trocando, às vezes não dão muito certo pra cá, já se muda pra lá. Uns não gostam de granja, outros têm alergia do pêssego, do pó” (TT1). Todavia, geralmente os produtores preferem manter os mesmos trabalhadores, safra após safra. Como é o caso de um dos produtores citados, o qual recebe por três anos consecutivos os mesmos trabalhadores. “Estes estão firmes ali. Eu mesmo vou para um lugar só, fico num lugar só. Eu sou de casa ali [...] Os que eu boto ali, ficam, às vezes trocam por algum motivo, surgiu um serviço de empreitada que dava mais, daí eu troquei” (TT1).

O turmeiro avalia que a disponibilidade de mão de obra em Santana da Boa Vista já não é tão abundante como havia anos atrás, “de primeiro a casa que tinha mais filho, era cinco ou seis e ia até dez. Hoje a maioria tem uma média de dois a três por família”. Sobre a idade de contratação, afirma que “menos de dezesseis (anos) eles não gostam. Alguns aposentados, até 60 e poucos anos ainda trabalham, para complementarem a renda” (TT1). Vê-se, nesses casos, a confirmação do que havíamos mencionado anteriormente, qual seja, o fato de que o recebimento de aposentadorias e pensões não significa o cessamento da atividade laboral dessas pessoas, que seguem trabalhando para garantir uma vida digna no campo.

A remuneração do turmeiro, segundo TT1, já foi muito boa há anos atrás, “se recebia 20% sobre tudo o que o pessoal ganhava. Era boa que eu nem sei como a firma pagava, até 1994, nós ganhava 20% do que o pessoal ganhava, isso era um absurdo. Teve uma época que nós tinha duzentos homens. Era uma coisa incrível”.

Sobre a situação atual, TT1 esclarece que “aqui no pêssego eles me pagam pouca coisa, ele me dobra a minha colheita, só”. Referindo-se que também participa da colheita e recebe o dobro do valor pago aos demais trabalhadores.

Quanto ao trabalho desempenhado nas granjas, pelos turmeiros, “agora a comissão é bem baixinha, na granja um deles me disse que ganha R\$ 50,00 por pessoa, por toda a safra, se leva cinquenta homens dá R\$ 2.500,00, mais a safra dele junto” (TT1).

Em Caxias [do Sul] eu também ganhava bem pouquinho, foi onde eu até desisti, eu levava cinquenta homens e a qualidade do serviço toda era comigo, eu tinha que tocar o pessoal e ver a qualidade do serviço. Aí me dava muito quebra-cabeça, porque a gente leva gente boa, honesta, mas também leva gente meio malandra. Não sempre os mesmos, a gente troca o pessoal, uma vez eu levei os morenos aqui do outro lado que Deus o livre, deu um quebra-cabeça (TT1).

Neste sentido, observa-se o descenso da remuneração feita aos turmeiros, em comparação com anos atrás. Todavia, os relatos indicam que os turmeiros ainda possuem opção de escolha quanto aos lugares que querem trabalhar.

Os trabalhadores rurais recolhem o talão de produtor para garantir a condição de segurado especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foi comentado que ao ser trabalhador, por até quatro meses no ano, não se invalida a condição de

segurado especial, então a situação para eles, ao que parece, tornar-se-ia mais segura.

Foi possível perceber que em muitos casos, a renda das propriedades é sustentada pelas aposentadorias e pensões dos idosos, situação diferente da apresentada na região de Pelotas, em que a renda com o cultivo do pêssego representa a principal fonte de ingresso econômico.

Em Santana da Boa Vista, os trabalhadores itinerantes, em geral, possuem alguns hectares destinados ao autoconsumo e para pequena comercialização, como milho e feijão, frutas, verduras e animais. Todavia, não mostram intenção de expandir a produção ou deixar de ser trabalhador para viver exclusivamente como produtor rural: “assim nós temos nossa safra garantida, não tem erro”, segundo T4, referindo-se ao risco que teria em produzir alimentos para a comercialização, preferindo a prestação de serviço.

Sobre as condições e a disponibilidade de recursos, foi mencionada a dificuldade em relação ao comércio, “se precisar de um parafuso para o trator, não se acha, tem que ir a Canguçu ou outra cidade”, segundo T3.

Um ponto bastante frisado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi de que há alguns anos atrás havia a produção de feijão, mas que devido ao número excessivo de pedidos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) foi verificado que o município não possui zoneamento agrícola, então, atualmente, poucas linhas de crédito são disponibilizadas aos pequenos agricultores (PRONAF), o que desestimula o aumento da produção e investimento por parte dos produtores.

Observa-se uma espécie de “choque cultural” entre uma população que vive do próprio negócio e uma outra que vive da venda da sua força de trabalho, que já atuou como produtora, especialmente de feijão, mas que, por motivos diversos, atualmente não consegue sobreviver apenas da produção de alimentos. O trabalhador e turmeiro 3 compara o investimento na agricultura e a dificuldade de comercialização:

Agora o povo aqui, não é muito de se incentivar na agricultura. Teve uma época que nós incentivava bastante, mas agora, com a falta do comércio, como a gente diz, aí fica meio ruim mesmo. No caso do feijão, que era o que mais nós produzia aqui, é um horror o que nós produzia aqui, e não sendo empacotado, não vai para o mercado. De primeiro não, o bodegueiro botava um saco de feijão ali, enchia uma concha e botava na balança e

vendia um quilo pra ti, um quilo para ele e ia tudo. Agora não, tem que ser no pacotinho, tem que ser bonito e com uma boa inscrição. Agora não tem mais PRONAF, nem zoneamento para o feijão. Quando nós plantava tinha incentivo do governo. Minhas terras são tudo de assentado, mas plantando tudo dá. Se tivesse mais ajuda nós parava mais por aqui, mas agora o povo está tudo trabalhando pra fora, fazendo a vida pra fora, planta umas coisinhas para o gasto, para o consumo da casa, e sai, no caso do pêssego se tira uns R\$ 200,00 por dia, se vai fazer a conta de plantar, depois não tem pra quem vender. A mesma coisa é o negócio do gado. O negócio do gado não ai, não tem para quem vender (TT3).

Assim como há uma deferência especial dos produtores de Pelotas para com os trabalhadores de Santana, o inverso também é verdadeiro. TT1 menciona sobre o modo de vida dos produtores rurais de Pelotas e da dedicação integral ao trabalho por parte das famílias produtores de pêssego:

Ali é uns produtor, nós mesmo se maldizemos para nós mesmo, que brasileiro mesmo é muito preguiçoso, [que] trabalhador é só alemão e italiano. Eles morre é no serviço. E ali é uma região que morre no serviço. E outra coisa é a mulher também, ali tudo trabalha parêlho. Eles trabalham parêlho, não tem sacrifício. É parêlho, vai um, vai o outro. A casa é só para almoçar e pousar de noite. É uma coisa incrível (TT1).

TT1 comenta, ainda, sobre o tempo que possui contato com os produtores e o que os mesmos conseguem produzir em terras, às vezes, em condições até piores das que os trabalhadores possuem em Santana, obtendo, ali, altos rendimentos:

Faz cinco anos que nós trabalha com eles. Eu levo uns pra eles ali. Eu acho engraçado que eles fazem a vida com um altíssimo salário. Este mesmo que eu trabalho lá, nem terra não tem, umas terras de uma tia dele, que arrenda por pouco. Uns morro assim, tipo destes nossos para pior, por isso que eu digo, aqui não tem lugar que não dê fruta, qualquer tipo de fruta, mas só que ninguém incentiva e ali mesmo em umas entradinhas, entre mato assim, só que lá é muito engraçado, não pode derrubar uma árvore, lá tudo é por estes GPS [*global positioning system*], tudo mapeado, lá uma árvore eles não derrubam, mas qualquer entradinha que cabe uma carreira de pessegueiro eles entram mato a dentro e dá, eles cuidam. É uva, é outras frutas. Pêssego é tudo que é qualidade, começa em outubro e vai até fevereiro colhendo. Então eles têm um altíssimo salário de umas terras à toa, eles cuidam, trabalham, aqueles pêssego bem podado, tem uma prática louca, eles vão podar um pessegueiro só de correr o olho já sabem galhinho por galhinho o que tem que tirar (TT1).

Não se vislumbram expectativas de mudança do cenário observado em Santana da Boa Vista, não há indústrias na região, há pouco investimento em assistência técnica e desenvolvimento de novas atividades entre os produtores. Também não se observa uma associação fortalecida e nem mesmo lideranças locais

que possam incentivar a criação de uma associação ou cooperativa. Outrossim, questões bastante distintas das evidenciadas em Pelotas, as quais serão tratadas, em maior profundidade, nas seções seguintes.

Segundo observações realizadas, as residências dos trabalhadores rurais de Santana da Boa Vista possuem uma infraestrutura básica inferior à das propriedades rurais visitadas em Pelotas, o que confirma a realidade apurada pelos produtores de Pelotas, mencionada na seção anterior.

Algumas famílias prezam pelo estudo como via para a ampliação de suas possibilidades. T3 menciona que seu filho de dezesseis anos pede para ele ensinar a fazer as coisas, mas ele diz “filho, primeiro tem que estudar, pois se não com estes tratores novos, tu não vais saber mexer”. Nas duas propriedades que visitamos, em que haviam jovens, estes estavam acompanhando seus pais nas atividades agropecuárias.

Com orgulho “de sua gente”, TT1 frisa alguns diferenciais dos trabalhadores de Santana da Boa Vista, como o desprendimento e disponibilidade em trabalhar em outras localidades por meses:

A vantagem que o povo de Santana tem aqui, eles saem muito pra fora, tudo que é firma gosta do povo de Santana, o povo de Santana é o mais procurado para trabalhar, porque eles vão para ficar, se nós tivermos que ficar uns dois meses lá, sem vir em casa, nós ficamos (TT1).

Quando estão em Pelotas, os trabalhadores possuem períodos de lazer no final do dia, quando, em algumas oportunidades se reúnem para conversar, beber e jogar. Consideram-se “amigos dos produtores de Pelotas” e confirmam as questões apontadas, como as condições de trabalho oferecidas e as relações de amizade e estima entre produtores e trabalhadores. Estes procuram, ainda, aprender algo sobre práticas de cultivo e administração da propriedade durante o tempo em que ocorre se desenvolve essa relação.

Um ponto em comum entre os produtores de Pelotas e de Santana da Boa Vista foi o amor pela atividade rural, “gosto pelo o que se faz”. Não evidenciam desejo de migrar à cidade e relatam que não saberiam viver em grandes centros.

Foi perguntado a eles sobre a satisfação com o trabalho, para TT1 “não é que a gente gosta, é a precisão que manda. Mas não é ruim, a gente se diverte por este mundo a fora”. Segundo o trabalhador 4 (T4), ao ser questionado sobre o que

poderia melhorar, relata que está tudo ótimo, não teria nada que poderia mudar. Seu filho, de dezoito anos, já começou a trabalhar na colheita do pêssego, então foi questionado sobre as perspectivas de futuro, T4 entende que o filho irá seguir a mesma profissão, atuando como produtor e trabalhador itinerante.

A experiência de deslocarmo-nos até Santana da Boa Vista e de realizar tais entrevistas mostrou-se absolutamente enriquecedora, não somente porque permitiu estabelecer contato direto com trabalhadores empregados na produção de pêssego, mas por tomar ciência da realidade destas pessoas em seus locais de origem. Outro aspecto muito importante foi no sentido de verificar a ocorrência da pluriatividade por parte destas famílias rurais que contam com o trabalho externo como forma de assegurar sua condição “camponesa”, confirmando as teses de autores citados nas partes iniciais dessa tese que examinam as contradições que se ocultam na dinâmica da agricultura familiar no sul do país. Essa realidade requer novos estudos diante da importância que adquire para compreender a diversidade de estratégias das famílias rurais para assegurar a sua sobrevivência.

Outro aspecto crucial foi constatar o choque cultural entre ambas realidades (Pelotas e Santana da Boa Vista) do ponto de vista dos estilos de vida das famílias. De um lado, os que se “morrem no serviço” e, de outro, os que se satisfazem em assegurar as condições mínimas de sobrevivência por meio do trabalho realizado alhures (Pelotas, Caxias do Sul, Rio Grande). Em outras palavras, a distância física entre Pelotas e Santana da Boa Vista é menor que a distância de realidades sociais, oportunidades e perspectivas. Antes de finalizar essa subseção nos parece interessante mencionar alguns elementos que não estão ligados ao âmbito de Santana da Boa Vista, lócus de onde procedem muitos trabalhadores empregados na cultura do pêssego, mas que consideramos interessante mencionar.

Durante a fase de campo tivemos a oportunidade de entrevistar dois trabalhadores da zona rural de Pelotas, ambos aposentados rurais, casados e residentes em pequenas propriedades, onde cultivam alguns alimentos para a subsistência de suas famílias. Seus filhos não possuem produção agrícola própria e prestam serviços agrícolas para terceiros e/ou trabalham em zona urbana. No caso dos aposentados, estes realizam serviços próximos às suas residências e valorizam a liberdade de trabalhar quando julgam necessário, conforme suas condições físicas.

O trabalhador 1 (T1), de oitenta e três anos, procura recursos extras ao desempenhar pequenos trabalhos nos arredores de sua casa, a exemplo de cortar grama para particulares e também, colher pêssago na época da safra no pomar do seu vizinho, a fim de complementar sua aposentadoria. Já o T2, possui sessenta e quatro anos, também realiza atividades diversas, de dois a três dias na semana, para complementar seu salário, e intensifica o trabalho nas épocas de poda e colheita do pêssago.

Sobre a situação atual e a necessidade de trabalho mesmo após a sua aposentadoria, o T2 comentar “fazer o que? Dá para ir levando, para sobreviver, sobrar muita coisa, não sobra”. Evidencia-se, nesses casos, a idade avançada e diversos problemas de saúde destes aposentados rurais, decorrentes, principalmente, do trabalho árduo ao qual foram submetidos na atividade agropecuária. O T2 explica que passou por sérios problemas de saúde, em função de intoxicação por agrotóxicos: “eu vi a morte na frente dos olhos, troço bem desajeitado”.

6 Desafios atuais da produção familiar de pêssego em Pelotas

Quando aludimos ao fato de que “os pêssegos não caem do céu”, assumimos como premissa o fato de que pouca atenção é dada às relações subjacentes a uma atividade de grande importância social, econômica e cultural para o extremo sul gaúcho e, especialmente, para o município de Pelotas.

Todavia, executar essa empresa colocou-nos diante de um universo de questões que extrapolam, em muito, os limites das propriedades, de Pelotas, e da dinâmica que rege o funcionamento da própria agricultura. Cabe agora retomar o caminho desse acercamento à realidade atual da persicultura, dos dilemas e dos desafios enfrentados pelos persicultores, incluindo suas estratégias de adaptação e as perspectivas de futuro que vislumbram para si, para as suas famílias, e para a própria atividade. No espaço à continuação trataremos dos tópicos mais relevantes.

6.1 O exercício de pluriatividade e a importância das rendas não agrícolas

O exercício da pluriatividade pelos produtores de pêssego é indiferente aos gêneros masculino e feminino, sendo praticado tanto por homens quanto por mulheres, ainda que com atividades distintas e peculiares, o que vai ao encontro das afirmações de Silva (2009).

Vários produtores possuem caminhão e fazem fretes na época da safra do arroz e da soja, alguns trabalham como prestadores de serviços gerais, pedreiros, outros como mecânicos.

Os produtores 2 e 3 auferem outras rendas, não dependendo somente dos resultados da lavoura, dado que possuem caminhão próprio. “Se trabalha na safra da soja, puxa colheita da lavoura, da soja e do arroz. De março a julho, mas depende o serviço, às vezes está ruim na estrada que não vale a pena” (P2). Um outro irmão dos produtores é caminhoneiro e produtor, “ele tem cinquenta e três anos, planta abóbora japonesa, não é do pêssego, planta milho, abóbora, passa viajando” (P3).

O produtor 4 relata o cuidado que se deve ter com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), em caso de possuir duas categorias de habilitação, para carro/moto e caminhão, pode ser considerado caminhoneiro. P4 possui receio de perder o enquadramento como agricultor familiar e segurado especial da previdência social, mesmo sem trabalhar como motorista. Em outra propriedade, os esposos da filha e da neta trabalham também como caminhoneiros, possuem caminhão próprio, trabalhando nas safras, especialmente da soja e do pêssego, afirma P10.

As mulheres também possuem atividades diversas, desde aquelas que trabalham em casa de outras famílias, como cozinheiras ou diaristas, como enquanto cozinheiras em restaurantes da região, até as que se empregam nas indústrias que produzem as compotas de pêssegos. Tem-se ainda as que trabalham com artesanato ou confeccionando bolos e doces diversos em suas próprias residências para a venda a terceiros.

Na propriedade dos irmãos P2 e P3, das quatro pessoas residentes, três exercem a pluriatividade. Além de um dos produtores ser caminhoneiro, a esposa de outro é cozinheira, em Pelotas, em casa de família. Outra esposa de agricultor trabalha como diarista: A esposa faz a janta, depois no outro dia, vai trabalhar em Pelotas, desce na estrada e vai atalhando, lava roupa, faz comida, limpa a casa. No pomar elas ajudam no domingo, porque trabalham até sexta e sábado”, explica P2. Ou seja, no período de maior demanda, as mulheres da família, além de trabalharem de segunda a sábado em suas atividades, ainda auxiliam os maridos nas atividades agrícolas.

A esposa do produtor 12 também trabalha todos os dias no restaurante da Cascata (que é da irmã do produtor), já o esposo (persicultor) somente na propriedade, “sempre se faz uma miudeza aqui outra ali”, afirma P12.

Outra situação peculiar de pluriatividade nos é evidenciada na propriedade de P5, onde a esposa gosta de pinturas em tecido e o esposo produtor é também

pedreiro e mecânico. A esposa é 'boleira' (confecciona bolos e tortas), mas não consegue se dedicar inteiramente à atividade, pois precisa ajudar o marido. Ela realiza essa atividade apenas para conhecidos e sob encomenda. A produtora explica que procurou outra atividade por aptidão e por pensar no futuro na atividade agropecuária: "fiz cursos, se um dia eu não puder, por motivo de saúde, um dia posso precisar, tenho que pensar no amanhã" (P5).

Neste caso, a produtora trabalha com artesanato (pintura em tecido) como lazer. E relata que seu sonho é "firmar com alguém para ter uma entrega de bolos por semana, ter uma cozinha especial, com toda a higiene, conforme as normas, com uma quantia fixa para entregar" (P5).

Já a neta do produtor 9 trabalha com artesanato (pintura, crochê e costuras), vende seus artigos em festas da comunidade e entrega consignado para uma intermediária que comercializa em uma banca no centro de Pelotas. "O comércio é bom, aqui e no Arroio do Padre. Comecei sozinha e depois fui fazendo curso do SENAR. Se fosse mais fácil, seria bom, pois tem mercado" (P11).

As indústrias também são grandes empregadoras de mão de obra feminina. A esposa do produtor 7 relata que antes do casamento trabalhava com artesanato como fonte complementar de renda, pois era funcionária da indústria Schramm. Na indústria desenvolveu atividades na produção e no escritório. Sua família não é de agricultores, seu pai trabalha em Pelotas e sua mãe em indústrias nas épocas de safra de figo, abacaxi e pêssego.

A esposa do produtor 7 ressalta a preferência pela atividade agropecuária, explica que quando casou começou a trabalhar na lavoura, para auxiliar seu esposo, e se adaptou facilmente: "é um serviço como outro, só que tem os horários, só não gosto de trabalhar na chuva, é mais puxado, mas não tem aquele compromisso como certo, às vezes não tem apanhe, é uma terapia, a árvore crescendo, com fruta, o gado...".

Tais depoimentos parecem convergir em direção às observações feitas por Sacco dos Anjos (1995) ao estudar a dinâmica da agricultura familiar em Santa Catarina. A "ética do trabalho" se impõe como um fator preponderante no modo como os produtores, em boa medida descendentes de imigrantes europeus, organizam suas vidas. O exercício da pluriatividade, entendida aqui como a execução de diversos ofícios e ocupações, ao longo do ano, serve a um único propósito, qual seja, o de assegurar a sobrevivência da própria família.

Entre nossos entrevistados, em praticamente todas as famílias, há casos de produtores que já atingiram a idade da aposentadoria e recebem benefícios da previdência social. Na maioria dos casos estes continuam exercendo suas atividades, seja para ter uma ocupação, seja pela renda gerada. Devido à produção do pêssego ser relativamente rentável, dentro das condições em que se desenvolve, os aposentados que permanecem na atividade geralmente recebem valor superior pela produção de pêssegos do que pela própria aposentadoria, sendo esta complementar à renda principal (pêssego).

Vemos aqui confirmada a hipótese do “seguro agrícola”, proposta em estudos como os de Caldas e Sacco dos Anjos (2009) e Delgado e Cardoso Jr. (2000), os quais advertem para o fato de que aposentadorias e pensões, além de propiciar estabilidade econômica aos beneficiários e suas famílias, acabam por financiar, indiretamente, a própria agricultura, ao mesmo tempo em que reduzem o grau de incertezas vivenciadas pelos produtores. Sobre as questões previdenciárias e sindicais, o produtor 4 demonstra tranquilidade por já ser aposentado e a esposa já ter encaminhado também a documentação para a aposentadoria, “isso traz segurança”, segundo ele. Já o produtor 5 e sua esposa, que ainda não estão aposentados, reiteram: “a gente paga, quando chega lá, eles vão exprimindo, deixam a gente ficar com uma migalhinha”.

O genro do produtor 9 recebe benefício por acidente de trabalho e ajuda quando possível. Segundo ele: “agora com a nova aposentadoria, não sei o que vai ser, um absurdo a mulher trabalhar até sessenta e cinco anos, uma injustiça. O jovem não pode trabalhar, mas a filha trabalha desde os doze anos, agora tem que esperar até os sessenta e cinco anos”, relata o produtor 9.

No quadro 04 evidenciamos aspectos relativos à utilização de mão de obra familiar e o exercício de pluriatividade, entre os produtores rurais entrevistados.

Produtores	Mão de obra nas atividades rurais	Formas de pluriatividade
Produtor 1	Produtor 1 e seu pai	Produtor é técnico agrícola em uma cooperativa e o pai atua como pedreiro
Produtores 2 e 3	Produtores 2 e 3 e respectivas esposas	Produtor 3 é caminhoneiro, esposa do produtor 2 trabalha como diarista e esposa do produtor 3 é cozinheira em casa de uma família
Produtor 4	Produtor 4 e sua esposa	Não possui indícios de pluriatividade
Produtor 5	Produtor 5 e sua esposa	Esposa do produtor trabalha confeccionando bolos e tortas e artesanato
Produtor 6	Produtor 6 e seu filho	Não possui indícios de pluriatividade
Produtores 7 e 8	Produtores 7 e 8	Não possui indícios de pluriatividade
Produtores 9, 10 e 11	Produtor 9, e produtoras 10 e 11 com respectivos maridos	Produtoras 10 e 11 trabalham com artesanato
Produtor 12	Produtor 12 e seu filho	Esposa do produtor trabalha como cozinheira em um restaurante
Produtor 13	Produtor 13 e sua esposa	Não possui indícios de pluriatividade
Produtores 14 e 15	Produtores 14 e 15	Não possui indícios de pluriatividade

Quadro 04 – Pluriatividade por produtor

Fonte: Elaboração da autora (2017).

Como é possível observar, tal condição está presente em 50% das propriedades rurais entrevistadas, a qual se mostra bastante diversificada em termos de atividades desenvolvidas. A inexistência de pluriatividade ocorre no caso dos produtores 4, 6, 7, 8, 13, 14 e 15, atuando, como explica P13, “só na lavoura”.

6.2 O que envolve a produção, além da atividade em si?

A agricultura familiar é permeada pela grande diversidade. Cada produtor possui uma história para contar, um jeito de fazer, uma peculiaridade. Determinada situação que para uns consiste em um problema insolúvel, para outros representa mais um obstáculo a ser transposto. A capacidade de superação impacta diretamente na dinâmica de trabalho e nos resultados financeiros alcançados.

Um dos fatores mais evidenciados pelos produtores é a variação climática. Como revela P12 “quanta coisa que depende para colher, o mais importante é o clima, não é só plantar e colher”. P2 fala também do clima, “tem também a geada, muita chuva, clima descontrolado, agora já não se sabe mais, é triste”.

Ademais, o gerenciamento da propriedade rural é um fator de diferenciação entre os produtores, assim como a relação com a indústria, com as instituições de ensino, pesquisa e extensão que, conjuntamente, podem influenciar nos resultados econômicos da exploração.

Neste sentido, na presente subseção procurou-se reunir diversos tópicos que envolvem a atividade rural dos persicutores do município de Pelotas, de forma a ilustrar um pouco mais a realidade e dos inúmeros desafios enfrentados na manutenção desta forma de produção.

6.2.1 Gerenciamento da propriedade rural

Foram identificadas algumas diferenças no gerenciamento de cada propriedade rural, incluindo métodos que podem influenciar diretamente no resultado final, na demanda de mão de obra familiar e na contratação de força de trabalho externa à propriedade, assim como na qualidade de vida e nas perspectivas de futuro das pessoas envolvidas.

6.2.1.1 Controle financeiro, de dados e registros

Através da entrevista e visita aos produtores 4, 5, 7, 8 e 13 foi possível constatar a importância dada ao gerenciamento das propriedades. Controles diários em um caderno, experiência, tranquilidade e trabalho constante são algumas das características mais marcantes destes produtores.

A maioria dos produtores realiza controles das atividades desempenhadas e da produção, assim como, dos investimentos realizados e dos valores obtidos com a comercialização. Alguns deles conseguem registrar as datas dos tratos culturais, a

quantidade produzida de cada variedade de pêssgo, os valores de venda, de compra de insumos e de outros tipos de acompanhamentos.

Sobre os controles de produção, P10 explica que “para poda tem-se o diário de bordo [...]. Os homens⁵⁰ quando fazem tratamento [químico] colocam na agenda. Os diaristas, temos tudo anotado”, referindo-se ao rigor da família com relação ao registro da contratação de pessoas.

O produtor 13 também comenta como realiza os registros em sua propriedade, todavia com algumas dificuldades em épocas de maior demanda de trabalho: os “tratamentos são todos anotados, até a hora do sufoco, depois tu sabe, no fim de semana, começa a anotar o que lembra” (P13).

Em outros casos, os produtores ou os próprios filhos auxiliam, através da informatização dos dados. Sobre os registros informatizados, o produtor 2 explica que organizava tudo no computador, mas perdeu os arquivos há alguns meses. De todos modos reitera:

Tenho tudo anotado, controlado, agendado, as datas do que compramos, aveia, adubação, o que foi usado. Para ter um controle, o que mais cuido é o veneno, dia da floração, para ter um controle do preço das coisas, acompanho a idade dos pomares, tenho anotado as datas (P2).

Foi destacado, por um produtor, a importância da realização de controle diário em um caderno, tudo o que faz no dia a dia e não somente as principais atividades, como exemplificado pelos produtores anteriores. O produtor 4 avalia que tem boa organização, possui agenda do dia, onde especifica o dia da poda, dos tratamentos realizados dentre outras informações. Há alguns anos atrás fazia ainda o levantamento da quantidade de chuva por dia, em milímetros.

Todavia, há também os produtores que dizem “ter tudo na cabeça”, não realizando registros, ou ainda, o fazem quando isso é possível, mas dizem “quando aperta o serviço a gente deixa de lado”. Neste caso, o produtor 5 relata que não realiza muitos controles “tenho controle apenas na cabeça, não faço muitos registros”.

O produtor 4 ressalta, em várias passagens, o diferencial da autoadministração, da importância do bom aproveitamento do tempo e do planejamento de cada atividade: “gerenciar bem a atividade, hoje tenho que podar,

⁵⁰ Esposo da filha e da neta que trabalham também no pomar.

adubar a chácara, hoje já roçamos, já desgalhei, a chácara não parou, sempre tem atividade”, explica P4.

Então, sobre o bom aproveitamento do tempo, o produtor 5 complementa que “não se produz pêssego trabalhando oito horas por dia, só na câmera lenta, o produtor tem agilidade, conhecimento, dá uma esticadinha até cair o sol”. P5 relata sobre a atividade no campo:

Aqui se tem liberdade, o dia que não se quer, pode conversar, descansar, o dia que tem que trabalhar vai até as 23 horas, a meta é apanhar, vamos passar este tanto, para de noite poder carregar. Com chuva também, se está na ativa tenta apanhar mais um pouco. Às vezes dá uma temporada de chuva, fica com a mão murcha, não dá meia hora e tá todo molhado, vai até meio dia, às vezes não tem como escapar (P5).

É nítido, no depoimento do produtor 5, o quanto a atividade, principalmente em época de colheita, requer atenção exclusiva dos produtores, com trabalho intenso, árduo e em condições muitas vezes desfavoráveis, mas que se faz necessário o comprometimento pleno de todos para garantir o sustento familiar.

O produtor 13 faz uma analogia da produção com sua própria residência: “precisa manter a casa limpa, não adianta limpar sábado apenas, tem que ser desde segunda. Tudo é uma sequência, tratamento é uma sequência, pomar é uma sequência”.

Outro ponto que merece destaque é o investimento realizado no patrimônio familiar nestes estabelecimentos rurais. Alguns produtores possuem residência bastante confortável, e ressaltam que devem isso aos anos de trabalho investidos na produção de pêssego. Relatam a importância de investimento anual nas benfeitorias da propriedade.

Tudo é difícil dentro do pomar, tem muita coisa que a gente foge do controle, doenças, pragas que não têm controle, mas eu tento buscar alternativas, o que a gente tem há dezoito anos, mas faz o tempo todo que a gente está construindo, sempre aumentando um galpão (P13).

Observa-se o perfil de alguns produtores em assumir riscos. O produtor 13 também é exemplo neste quesito, pois trata-se de liderança entre os produtores e tem o perfil de apostar em novas tecnologias e culturas, sendo bastante audacioso e todos os anos procura investir um pouco mais em sua casa e em sua propriedade.

P13 considera que o seu “segredo de sucesso” é o planejamento e correr riscos calculados: “planejamento é preciso ter sempre, ir atrás de novas tecnologias e ir tentar. Sou de arriscar, apostar. Sempre submeto, não tenho medo. Experimento para ver, tem coisas que o pessoal fala que não dá, mas eu tento”.

Além disso, avalia a importância do controle financeiro, explica que atualmente a proposição é de redução de custos: “a ideia é diminuir os custos, seguimos o mais dentro da legalidade, a gente tenta seguir os produtos ao máximo dentro da cartilha. Agora até a época de colher pode aplicar e não esperar a carência” (P13), explicando sobre a utilização de produtos químicos no pomar.

A Associação dos Produtores de Pêssego da Região de Pelotas realizou um levantamento, juntamente com outras instituições como CONAB, EMATER, EMBRAPA, CafSul, UFPel e Prefeitura municipal de Pelotas, em termos do custo de produção do quilo do pêssego, na safra 2016/2017. Essa estimativa chegou a um valor em torno de R\$ 0,78, o que significou um ponto de referência na negociação do preço de compra da indústria, fixado em R\$ 1,20 o tipo 1 e R\$ 1,00 o tipo 2.

Segundo o P1, sobre os custos de produção:

Estima-se que, em plena produção, seja R\$ 0,78 o quilo da fruta, mas têm coisas que não foram totalmente consideradas, como as aplicações de agrotóxicos.... Jogaram por baixo, uma aplicação ou duas, isso para a safra 2016/2017, este estudo é feito a cada seis anos pelo MDA (P1).

Os produtores avaliam a importância de realizar uma poupança, um pouco a cada safra, para a segurança financeira da família. Sobre o financiamento da lavoura, P4 assegura que “nunca fui de fazer custeio, sempre procurei trabalhar com recurso próprio, meu jeito de auto administrar, meus recursos, sem pegar no banco. Agora, entrou o dinheiro do banco eu coloco lá na poupança”.

Os produtores explicam que as indústrias anteriormente ressarciam os valores no que tange ao frete. Todavia esta prática foi extinta. Neste sentido, a aquisição de caminhões para o frete é uma opção para economia financeira da exploração e para garantir a qualidade do produto entregue na fábrica.

Um exemplo é do produtor 4, o qual adquiriu um caminhão para transporte do pêssego à indústria, o que possibilita a economia de até R\$ 2,00 por caixa que teria, caso dependesse de serviços terceirizados. Neste sentido, avalia que economizou R\$ 6.000,00 por fazer seu próprio transporte. Ademais, observa que “se eu colhi às

14 horas eu saio, tem um diferencial, chega com a fruta mais fresca na indústria, não fica para o outro dia, se eu começar de manhã, se fechar a carga eu já levo, ganha-se na sanidade das frutas, pois em duas horas já está na indústria”.

O que tais falas acentuam é uma das facetas essenciais da agricultura familiar, qual seja, a cultura do pequeno proprietário e de um empreendedor, em última essência, o qual deve gerir com acuidade e empenho total o próprio negócio.

6.2.1.2 Diversidade de cultivares

Alguns produtores entrevistados relataram experiências negativas com o cultivo de pêssego para venda *in natura* para outros locais do Brasil. Os motivos alegados para a não continuidade dessa prática são: a logística necessária e a dificuldade de escoamento do produto, a necessidade de condicionamento em caixas, o tempo investido na classificação do pêssego e, conseqüentemente, o trabalho adicional envolvido e uma maior necessidade de mão de obra.

Pode-se citar como exemplo o produtor 7, o qual já comercializou pêssego *in natura*, mas devido à carência de mão de obra, do tempo de classificação do produto, ademais do valor pago, considerou que não compensava e acabou desistindo da venda *in natura*: “tinha que classificar em caixa, agora envia para a indústria, faz tudo de uma vez só” (P7).

Os produtores têm a possibilidade, também, de optarem por diversas variedades de pêssego, as quais são mais precoces ou mais tardias em relação à época de colheita. Esse aspecto é crucial para escalonar o período de colheita, flexibilizando essa etapa crucial e contornando o problema dos picos de demanda de trabalho.

Algumas das estratégias adotadas pelo produtor 13 são no sentido de ter variedades bem tardias, “por isso o Eldorado ganha vinte dias a mais quando ninguém tem”. Segundo ele, isso é para administrar melhor o tempo da colheita.

O produtor 13 explica sobre as diferenças das variedades: “às vezes tem cem frutas para dar uma caixa de pêssego, é uma coisa que nunca vai ser igual, depende da variedade [cultivar]... Bonão deixa um dobro de galho que a Esmeralda, nunca tem aquela régua. Já o Maciel dá pêssegos de 200g” (P13).

Ainda sobre as variedades, o produto 13 comenta que adquiriu mudas da variedade Eldorado: “Eldorado ninguém quer, mas eu comprei as mudas. A questão que é tarde, é o que mais produz, depois do Maciel o que mais produz por pé é o Eldorado” (P13).

O produtor 7 investe em variedade mais tardias. Segundo ele: “sou o último a entregar no Schramm”. Em suas palavras ilustra também sobre a diversidade e a produtividade dos cultivares:

Como é trabalhado na mesma família, tendo um pouco de cada variedade, consegue indo, não fica tudo muito junto, o pêssego do cedo é menos produtivo, tem gente que acha menos viável, dá uma porcentagem menor, tem gente que diz que não compensa, pelos custos de produção, não dá o retorno. Os grandes [produtores] concentram nas variedades mais produtivas que são as do meio da safra. A [variedade] do tarde é mais cara, tem mais tratamento, o raleio é praticamente junto, tem variedade que se floresceu em agosto, vai até outubro, outras até janeiro produzindo (P7).

Já o produtor 5 pensa diferente sobre cultivares tardios, entende que quanto mais tempo demorar para colher, maiores são os riscos e os custos envolvidos: “Vai de fim de outubro até janeiro. Aumentou para frente [outubro] e encolheu, não deixo tanto para tarde, tem a questão da seca, do clima, irrigação poucos têm”. Ainda segundo P5:

[...] depois da [variedade] Maciel se começa a ter mais cuidados, tem a grafolita, inseto, tudo é mais complicado, mais produto, calor, na época de florescer é tudo junto, julho, agosto, pêssego de novembro colheu, tem todo o dezembro, para deixar na lavoura, não pode deixar tudo na lavoura, tem que cuidar (P5).

Neste sentido, é possível apurar que alguns produtores preferem plantar, em seus pomares, variedades que possibilitem a colheita de outubro a fevereiro, outros preferem que a colheita seja finalizada até dezembro. Trata-se de uma opção deliberada dos produtores, tendo em vista que quanto maior o período até a colheita, mais insumos são necessários à manutenção de frutos saudáveis e mais riscos envolvidos. Todavia, menos pessoas são envolvidas diretamente nas atividades, especialmente na fase de colheita. O certo é que cada produtor e sua família elegem as práticas que consideram mais adequadas para gerir o negócio do pêssego.

Ademais, as diferentes práticas de manejo e o uso de tecnologia também variam entre os produtores. Alguns produtores preferem a utilização de ferramentas

mais manuais e de técnicas ditas “conservadoras”, enquanto outros optam pelo uso de tecnologias mais modernas e até se arriscam inventar implementos agrícolas e receitas caseiras para combater pragas e solucionar problemas diversos.

Na figura 11 é possível identificar alguns destes inventos que foram desenvolvidos pelo produtor rural. Em primeiro plano, trata-se de um implemento utilizado na aplicação de tratamento químico na plantação de tomate. No segundo plano, tem-se a cabine de um trator que visa conferir mais conforto e segurança ao produtor.



Figura 11 – Fotografia dos inventos desenvolvidos pelo produtor rural
Fonte: Acervo da autora (2017)

6.2.1.3 Diversificação de cultivos

A diversificação de cultivos foi tema de bastante divergência entre os interlocutores. Alguns entendem que o produtor deve concentrar seus esforços “profissionalizando-se” na produção de pêssegos. Foi destacado pelo produtor 7 que o produtor precisa ter foco na produção de pêssego, não devendo perder tempo com a geração de outros produtos, a exemplo dos que se destinam ao autoconsumo⁵¹.

⁵¹ Alimentos que podem ser produzidos e consumidos pela própria família ou animais da propriedade. Sobre o tema ver Grisa (2007) e Grisa e Schneider (2008).

O mesmo produtor revela que recebeu da indústria o prêmio de destaque da safra 2012/2013, na categoria de produtores com produção maior do que cem toneladas, em virtude da qualidade do produto. Na figura 12 tem-se a fotografia do troféu recebido pelo produtor, o qual fica exposto em móvel da sala de estar na casa da família.



Figura 12 – Fotografia do troféu destaque da safra 2012/2013
Fonte: Acervo da autora (2017)

Sobre a qualidade das frutas e a competitividade do mercado, P6 adverte que:

Cada momento é momento. Para ser um produtor hoje tem que se despontar na qualidade. Mesmo com custo, se vai no podão, colheita, adubação tem que ser bem feito, teu produto ser dos melhores, teu trabalho sempre bem feito, sempre pensando em melhorar. Se é um produtor relaxado não tem vez, está fora (P6).

Alguns produtores argumentam que a produção de pêssegos requer muitos cuidados, tendo em vista as exigências dos fabricantes e a perecibilidade do produto. Todavia, admitem possuir bom retorno financeiro. Por outro lado, o cultivo de outros produtos, muitas vezes, não é indicado para o tipo de solo (acidificado)

das propriedades rurais, além de redundar em dificuldades de comercialização. Neste sentido, aconselham que o produtor invista em quantidade e qualidade da produção de pêssegos e, com os recursos provenientes desta produção, possa assim adquirir os demais artigos para atender às necessidades da família.

Para P7 “plantar uma batata não vale, é melhor comprar. Hoje em qualquer área se produz, tem bom retorno. A gente produz dez vezes mais que há anos atrás. É obrigado”. O produtor explica que já produziu outros produtos, “mas o comércio está muito ruim. Foi dada prioridade para o pêssego. O pêssego tem um retorno, consegue comprar as outras coisas que se produzia” (P7).

P6 pensa de forma semelhante quando diz que:

Sempre tive pêssego, tinha mais coisa, batata, alface, hoje em dia não tem mais, hoje batata, tomate vendemos a R\$ 5,00 a caixa, as lavouras são muito acidentadas, muita pedra, a terra que tu vai colocar pastagem, coloca pêssego. Te ocupa bem daquilo ali, bem feito. O problema que quando não dá, tu não tem, se não dá na safra, fica sem o dinheiro para comprar.

T2 lamenta sobre as perspectivas da agricultura em relação à produção de alimentos. Segundo seu ponto de vista:

Eu acho que a agricultura vai ficar, daqui mais uns anos, eu não vou ver, a pessoa vai ter o dinheiro para comprar e não vai ter a mercadoria. Vai ter, mas vai ser lá em cima o preço. Uma batata, um feijão, ninguém vai ter mais. Aqui a nossa zona é muito fraca, os caras vêm da cidade, trazem feijão, batata, alface, melancia, trazem tudo, na colônia não poderia acontecer (T2).

Todavia, avalia-se que a maioria dos produtores possui uma maior diversificação produtiva (ver Figuras 13 e 14), com produção de morango, tomate, milho, figo, goiaba, cebola dentre outros produtos, os quais são comercializados, em pequena escala, ou consumidos pela própria família. Trata-se de uma pulverização das rendas agrícolas ou, pelo menos, de uma forma encontrada para minimizar os riscos da atividade persícola.



Figura 13 – Fotografia da estufa onde são produzidas frutas, legumes e verduras.
Fonte: Acervo da autora (2017)



Figura 14 – Fotografia da plantação de tomates (primeiro plano) e pomar de pêssegos (segundo plano).
Fonte: Acervo da autora (2017)

Um exemplo a ser citado é do produtor 12, o qual diverge totalmente dos produtores 6, 7 e 8 em relação ao investimento em monocultura (profissionalização da atividade persícola). Em sua fala considera os riscos da atividade e argumenta:

Sou contra não produzir o alimento, como batata, feijão. Tenho aipim, batata doce, amendoim, feijão, pepino só para a alimentação. Tenho ideia de plantar milho junto com o pêssogo, se o pêssogo dá uma “quebrada”, tem como compensar. Para que eu vou comprar? Se eu posso plantar!

Os depoimentos trazidos à baila mostram a existência de duas lógicas bastante distintas. Uma delas, orienta-se no sentido da “profissionalização”, entendida aqui como defesa do caminho da especialização e da intensificação da atividade persícola. No extremo oposto, tem-se a defesa daquele que sempre foi um traço essencial da agricultura familiar, qual seja, o princípio da diversidade, tanto em termos da variedade de cultivos e criações de comerciais, como da preservação das atividades voltadas ao autoconsumo da família. Em uma palavra, manter a lógica dos “muitos ovos em várias cestas”.

6.2.1.4 Divisão de tarefas e processo decisório

Sobre a divisão de tarefas entre homens e mulheres observa-se a masculinização da maioria das atividades em relação ao pomar. Ainda assim, a mulher executa papel importante na divisão de responsabilidades e, inclusive, nas tomadas de decisão. O produtor 4 resume a realidade encontrada na maioria das famílias: “todos combinam junto o que se tem que fazer, todos têm liberdade para decidir, mandar não tem, pode-se dizer que a mulher manda mais dentro de casa e eu mando mais na lavoura”, referindo-se à tomada de decisão, em que os homens procuram liderar as atividades produtivas, enquanto as mulheres as atividades domésticas, entretanto com plena liberdade para opinarem.

Na casa do produtor 5 as tarefas também são divididas entre o casal. A mulher trabalha com atividades manuais, como a poda. Para P5 “ela leva café para a lavoura e fica”. Já o marido trabalha com os equipamentos, tais como serviços de pulverização e trator. Apesar de a esposa ter habilitação para veículos, ela utiliza o trator (na estrada) apenas quando isso é necessário:

Hoje está muito a família em si, todos, não é somente o homem, a mulher já toma partido nas decisões. Se ela não toma a decisão junto, ela não vai trabalhar. A aplicação é com o homem, o resto de serviço é com todos, nem todas as mulheres fazem a poda, os filhos a partir de dezesseis ou dezessete anos também ajudam (P1).

A gestão das propriedades também é realizada em conjunto por pais e filhos e irmãos. Em muitos casos, a família compartilha o pomar, reside na mesma

propriedade, mas em domicílios diferentes. Na propriedade de P10, “toda a produção é uma sociedade. Se divide os lucros e os gastos”.

Com satisfação, o produtor 8 reflete sobre o processo de tomada de decisão na propriedade e reconhece que delegou ao seu filho tarefas relevantes:

O guri [produtor 7] faz tudo, ele aprendeu, faz o troço, eles enxergam mais do que a gente, tem que dar autoridade para eles, a gente vai ficando no tempo antigo e vai trabalhando errado, a juventude enxerga mais, tem que acompanhar a evolução. Hoje já estamos quase no meio da escada, com estrutura para se manter, se tiver que comprar se compra, sem problema, temos um caminhão e uma F 4000.

Observa-se sintonia nas famílias entrevistadas, com considerável alinhamento das decisões e dos interesses. Esse é o caso dos irmãos e produtores 2 e 3. Para P2 “estamos sempre em casa, e perto, não tem muito o que decidir, já se sabe o que se tem que fazer”.

Já no caso dos irmãos 14 e 15, os quais moram na mesma propriedade e compartilham o trabalho, as decisões mostram uma lógica tipicamente familiar. Segundo suas palavras: “As vendas são registradas no modelo 15 dos dois irmãos, mas a renda maior fica para o irmão que tem três filhos (P14), porque tem mais despesas”, explica (P15).

Já na propriedade da família de P12 os recursos fazem parte de um todo: “aqui todos fazem tudo, os gastos não são divididos, hoje precisa pega, nada e meu e tudo é meu”. Neste caso, o produtor 12 reside com seu filho e sua esposa na mesma casa. Situação análoga é observada em outras famílias, sendo assim, a partir dos relatos apresentados pode-se admitir que a divisão exata dos recursos geralmente é efetivada quando os produtores residem em casas separadas, com constituição de famílias. Nos demais casos, todos os membros do núcleo familiar seguem a lógica de um ingresso econômico familiar que deve servir para atender às necessidades do grupo doméstico.

6.2.2 A evolução do cultivo de pêssego: novas e velhas dificuldades

Muitos produtores, em especial os mais idosos, relatam a evolução das práticas de manejo, julgando que atualmente “tudo é mais fácil”, em relação ao trabalho árduo e a produção de décadas atrás.

O produtor 4 lembra da época em que iniciou na produção agrícola, ainda “guri”, e ressalta as principais modificações na cultura e os efeitos decorrentes do grande aumento da produtividade que acompanha essa atividade. Segundo ele: “quando era guri, em 1962/1963, o pai pegou um balde e um cesto e levou para a fábrica, hoje se empilha duzentas caixas no canto da chácara [Figura 15]. Lembro do pêssego ensacado, guardavam como relíquia, a planta ficava ensacada” (P4).



Figura 15 – Fotografia das caixas empilhadas no canto da chácara.
Fonte: Acervo da autora (2017)

P4 ressalta, ainda, a importância das variedades diferentes para ampliar o período da colheita e que há alguns anos atrás tinha-se calibre⁵² para classificação/medição do pêssego, “o tempo também ajuda, mais tempo para colher, mais variedades. Como evoluiu, como melhorou, antes tinha calibre” (P4).

⁵² Na medição por calibre deve-se utilizar o maior diâmetro transversal do fruto e obedecer a um limite de variação dentro de cada classe (PBMH e PIF, 2008).

Há algumas décadas atrás, segundo P8, para se produzir quarenta toneladas de pêssegos eram necessários dezesseis funcionários. Os pêssegos eram armazenados em sacos de oitenta quilos, classificados no galpão, em uma escolhedeira. Atualmente, se produz quinhentas toneladas com dezesseis funcionários, armazena-se diretamente em caixas, pois não se utiliza mais a seleção pelo calibre. Neste sentido, pode-se entender que a introdução de tecnologia e a mudança do sistema produtivo possibilitaram o aumento de produtividade e a diminuição da necessidade de mão de obra.

Apesar da evolução em diversos aspectos, conforme citado anteriormente, algumas questões preocupam os produtores, como as condições das estradas para escoamento do produto e outros aspectos, como a questão saúde pública da região: “estrada não se tem, devido à festa do pêssego, no final do ano, deram uma melhorada, no ano passado fizeram um mutirão, este ano a prefeitura entrou com tudo”, reclama P5. Sobre a saúde, demonstram preocupação com o fechamento do hospital em Morro Redondo, o mais próximo: “o sindicato ajuda um pouco, tem médico, dentista, mas falou em internação é um dilúvio” (P5).

Outra dificuldade apontada pelo produtor 5 foi o término do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que segundo ele:

Trancava a importação da Argentina, eles ajudavam muito. Foram para Argentina, faziam acordo de cavalheiros, se a Argentina abusasse iria trancar na fronteira, agora as portas estão abertas. Se já está sobrando do nosso, imagina se entrar de fora? A licença de importação agora zerou, as porteiças estão abertas, não tem imposto para importação (P5).

A incerteza inerente à atividade, principalmente em relação às pragas e aos riscos climáticos, ameaça os produtores e afeta diretamente os resultados financeiros. Para o produtor 3, “se fosse um salário para cada um, seria imprevisível, vai da sorte, do tempo, tem que trabalhar todo o tempo, a chuva de pedra, pegou no final, o tempo fica úmido não consegue curar, dois a três dias se termina com tudo”, referindo-se a alta perecibilidade do produto.

Quando questionados sobre as principais dificuldades, P7 e P8 avaliam que atualmente outros aspectos preocupam os produtores, tais como: a dificuldade de contratação de mão de obra para atividades, principalmente para o raleio e a colheita do pêssego, bem como o problema do contato com os produtos químicos: “trabalho muito com inseticida, veneno, isso é um troço que é ruim, mas se usa EPI,

tem dias que tem vento e a gente é obrigado a colocar o veneno, foi trabalhado o ano todo para isso, não pode perder”, conforme explica P7.

Outras questões ponderadas recorrentemente pelos produtores dizem respeito aos custos da atividade, ao diálogo com as indústrias com ênfase nas condições de remuneração do produto. Neste sentido, na subseção a seguir, houve por bem analisar aspectos que ultrapassam os limites da exploração familiar.

6.2.3 Relações “além porteira”

Na realização das entrevistas os produtores relatam o relacionamento com diversas instituições, públicas e privadas, as quais influenciam de diversas formas a atividade produtiva e os resultados apurados.

As relações com as agroindústrias historicamente são marcadas por conflitos. No âmbito da agenda de pesquisas da sociologia rural consta o que se veio a chamar “lutas sociais em torno ao valor do produto” (TAVARES DOS SANTOS, JALFIM e BRUMER, 1989), a exemplo do clássico estudo “Os colonos do vinho” (TAVARES DOS SANTOS, 1984) ou do já citado livro de Marinês Grando (1990). Estes e outros trabalhos mostram a eterna tensão entre produtores e agroindústrias envolvendo as regras de um jogo em que a extração do sobretrabalho das famílias é operada das formas mais sutis, às mais explícitas.

Os dados que levantamos na realização do trabalho de campo indicam que, na atual conjuntura, pouca coisa mudou em relação às décadas subsequentes.

6.2.3.1 A indústria

Entre elementos de descontentamento constam: a demora na negociação e na comunicação sobre o preço a ser pago pelo quilo do pêssego (na safra 2016/2017 fora informado o valor já na metade do período da colheita), o preço final a ser pago, bem como o prazo de pagamento ou quitação da operação.

O produtor 4 relata que há diálogo com as indústrias sobre a crise do país e na venda do produto final (compota). Existem, atualmente, treze empresas na região. O produtor 6 resume a situação que enfrenta junto às indústrias: “são treze indústrias, se juntam e decidem o que querem pagar. Na reunião e na rádio comunitária falaram, presidente das indústrias, e depois quinze dias antes da colheita. Mas quando estava na metade da colheita é que definiram o preço”.

Na safra 2016/2017 os produtores criaram uma expectativa em relação ao valor pago pelo quilo do pêssego, todavia, as previsões não se confirmaram, principalmente em função da alta produção. “A gente estava esperando que não baixasse o preço do ano passado. Na safra passada a Olé pagou R\$ 1,80 a R\$ 2,00. Ninguém pediu e pagaram mais. No ano que não tinha pêssego eles foram nas casas, as mesmas indústrias que ofereceram e este ano não”, explica o produtor 6.

Segundo o produtor 6 “se estão com fome eles vêm e tiram, se estão cheios não querem saber, daí tu tens que pegar o teu pêssego e sair para vender. Falam em mais de mil produtores, são treze indústrias” (P6). Sobre isso P1 comenta que “este ano teve mais produção, mas não quer dizer que teve rentabilidade maior, porque se pagou menos. Este ano não aumentaram, no ano passado faltou pêssego, e já tinham mercado e não tinham fruta, daí pagaram mais”.

P10 reclama, ainda, da “desonestidade dos fabricantes”:

Fazem mil promessas, quando colhem o primeiro pêssego, depois não aparecem mais. Já teve pior, já teve melhor, e está piorando de novo. Tem falsas promessas, dos fabricantes, quando não tem fruta eles ficam malucos e correm atrás da gente (P10).

Observa-se que alguns produtores possuem um melhor relacionamento com a indústria do que outros, sendo privilegiados em relação à entrega do pêssego e à negociação, principalmente no final da safra. Outros recebem simplesmente a negação do produto e precisam recorrer a outras fábricas ou se submeterem a receber valor menor que o esperado. P12 desabafa “onde nós vamos recorrer? É entregar para eles e aceitar. O que eles dizem para nós: nós não temos lata, não temos açúcar”, são meios de pegar a fruta barata”.

Observa-se a indignação de vários produtores com relação ao aviltamento do valor pago ao produtor, por todo o trabalho por eles desempenhado, em comparação ao que as fábricas lucram.

A indústria trabalha três meses para ganhar muito. O produtor trabalha o ano todo, para ganhar R\$ 0,20 no quilo do tipo dois. É muito pouco para investir tudo o que a gente investe. Para quem quer iniciar hoje não vale. Fica no emprego, não te mete, não tem como comprar uma máquina, iniciar hoje do nada, é inviável, demora uns três anos para começar a produzir (P6).

P13 identifica ameaças relacionadas ao pêssego importado, mas considera, principalmente, os problemas com relação aos valores negociados com as indústrias da região. Ele explica que no ano passado a indústria teve um bom faturamento, mesmo com o valor final do preço da lata sendo menor. Neste sentido, entende que se este ano o valor da lata foi vendido por preço maior, haveria condições de valorizar mais o trabalho do produtor.

Teoricamente sim [referindo-se às ameaças do pêssego importado], mas este ano não veio, a indústria passou uma “big duma rasteira” nos produtores, teoricamente, até onde eu sei o presidente [das indústrias] negociou a lata em R\$ 3,80. Pagou R\$ 1,50 e conseguiu vender a R\$ 5,20. Depois baixou para R\$ 5,00. Ano passado a R\$ 3,80 eles ganharam dinheiro e pagaram R\$ 1,50 (P13).

P7 completa o debate com a questão da concorrência do pêssego importado e da lei de oferta e demanda.

Um tempo tinham trancado, agora também está trancado, quando tem produção alta, como neste ano, é ruim. Quanto mais quantia produzir menos vale. Quanto mais vier de fora é mais desemprego aqui, pois valoriza menos. Ano passado recebemos R\$ 1,70 o quilo, este ano R\$ 1,20. Tentaram compensar o produtor pagando mais. Tudo é mercado (P7).

Ademais, os produtores demonstram intenção em melhorar cada vez mais a qualidade, contudo esperam que as indústrias colaborem, com a consequente valorização do produto e dos investimentos realizados nos pomares.

Se tiver irrigação, um gotejamento, iria melhorar, se tivesse melhor preço, estrutura, se a indústria repassasse R\$ 0,10 a mais no quilo, já dava uma diferença muito grande. A indústria ganha R\$ 0,70 na lata, então é R\$ 1,40 o quilo. Na época da safra, acontecem os imprevistos, quebra pneu, máquina (P6).

P2 é enfático ao falar dos investimentos que poderia fazer com uma remuneração melhor no preço do produto:

Procura-se usar caminhão de menor porte, mandar a fruta bonita, para ser melhor remunerado. Quanto mais a gente ganhar, mais vai investir. Só que os fabricantes não veem isso. Aí, se fosse melhor remunerado seria melhor, com mais equipamentos, terrenos geográficos, terras mais produtivas, melhores, pena que eles não veem isso (P2).

As lamentações também se estendem após o término da safra, com a demora no pagamento e a situação constrangedora que se estabelece entre produtores e as agroindústrias:

Outra coisa que é muito ruim é o pagamento, em 2016 recebemos a última parcela em vinte e oito de abril. Estamos em fevereiro e recebemos até agora o que se entregou no mês de novembro, o que entregamos em dezembro ainda não recebemos, tem que ligar para a fábrica e implorar para receber, pedir por favor, mas a firma alega que é o momento, atinge a todos, a firma precisa de muito capital (P6).

P2 também relata a situação enfrentada quanto a demora no pagamento e a cobrança das dívidas que contraíram na manutenção do pomar:

Alguns demoram a pagar, até ficamos sem indústria, chegava a levar quase um ano para receber, a gente precisa de dinheiro, ninguém trabalha de graça, tem boletos para trinta dias para pagar os venenos. Antigamente colhíamos em novembro e pagavam em dezembro, agora dão cheque para três a quatro meses, mas tem que pegar igual, não pode deixar.

Os produtores também argumentam sobre a importância de manter a fidelização de entrega anual de pêssgo devido à pressão exercida pelas indústrias. Sobre a relação com as indústrias e a possibilidade de negociação, P10 explica:

Cada um tem um sistema, alguns tu consegues chegar lá e negociar. Tem negócio diferente com outros produtores. Na indústria que vendo, eles sentam para conversar, eu vendo há três anos, eles dividem em cinco parcelas, depois quando termina a safra, a partir de janeiro eles pagam. Não pode cada ano ir numa fábrica, é uma questão de fidelidade, se ficar pulando, eles não têm compromisso com ninguém, quero garantir, ter um negócio certo para entregar, é totalmente errado, eles botam na gente para ficar com medo.

Os diálogos anteriores ao período da colheita são constantes, os produtores se reúnem em assembleias⁵³ da Associação dos Produtores de Pêssgo, para discutirem sobre a quantidade estimada de produção e o valor que esperam receber, de acordo com os recursos investidos durante a safra. Posteriormente a diretoria da

⁵³ Na fase da pesquisa exploratória tivemos a oportunidade de acompanhar uma destas reuniões.

Associação reúne-se com os representantes das indústrias para dialogarem sobre as demandas dos produtores.

É possível identificar o descontentamento unânime dos produtores em relação às indústrias. Observa-se inclusive, em suas falas, o sentimento de revolta e de medo, com um total desconforto e impotência diante dos termos em que essa interlocução acontece. Em boa medida, a expropriação do trabalho dos produtores se mantém absolutamente inalterada. As indústrias de conservas atuam de forma articulada para defender seus interesses de classe, enquanto os produtores agem de forma atomizada na defesa de sua própria sobrevivência, o que nos remete a referenciada obra de Ricardo Abramovay “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1992), na qual retoma o debate marxista sobre a classe operária e sua condição: o “saco de batatas”.

6.2.3.2 O diálogo com outras instituições

A maioria dos produtores possui alguma relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação de Produtores, cooperativas como CafSul e Sicredi e comunidades religiosas. Alguns produtores relataram a participação ativa na comunidade onde estão inseridos, atuando, inclusive, na organização de eventos.

Observa-se que os produtores valorizam o local onde vivem e possuem envolvimento com a vida social de suas comunidades. Entendem, desta forma, o seu papel enquanto participantes ativos do lugar que habitam:

Eu sou sincero, entre morar no centro, na Lindóia, na [Santa] Terezinha [bairros de Pelotas], prefiro morar aqui, posso largar e ir passear um dia. Eu posso tomar um chimarrão no final da tarde, no domingo sempre tem festa, vamos dançar, é uma terapia, sou envolvido em comunidade, associação, no Sicredi e Sindicato dos Trabalhadores Rurais [...]. Não precisava me envolver, mas se quero ver as coisas andar, não me conformo, tem colonos que só trabalham não tem envolvimento com nada, na sociedade. Tem colonos que vão contribuir mais. Tem uns que só no dinheiro, são contra a prefeitura, as malícias (P4).

A insatisfação com a Associação de Produtores de Pêssego foi manifestada por alguns produtores, mencionando que deveriam ser mais enfáticos nas negociações. Sugerem um possível conflito de interesses, tendo em vista que a

diretoria da Associação também é produtora de pêssegos e entrega seu produto nas mesmas indústrias dos demais associados.

Importante destacar que há uma contribuição à Associação de R\$ 1,00 por tonelada de pêssego entregue na indústria, “tinham umas indústrias que contribuíaam outras não, a gente recebe aquilo, a indústria repassa”, segundo P7. P9 comenta sobre a desorganização dos produtores e o conflito de interesses.

Eles [membros da associação] não vêm procurar, ir nas fábricas, representando os produtores, porque eles são produtores também. Porque eles vão entregar nas mesmas fábricas. Acho que quem é da associação não poderia ser produtor de pêssego, não vão lá brigar. Já conseguiram bastante coisas, mas com a indústria ficaram muito para trás (P9).

Da mesma forma P15 considera que “esta associação, não sei, não tem força. O presidente da associação tinha que ser sem-terra⁵⁴, o cara da fábrica enrola, sempre vai ser assim”. P6 desabafa ainda dizendo:

[...] eles acabam com a parte fraca, com o agricultor que não tem como reagir. Quando já estamos colhendo ainda estão negociando, então somos obrigados a entregar. Na verdade, é a indústria quem decide, não temos força, a associação não tem tanta força. Pediram, mas não levaram (P6).

As reclamações e os protestos isolados que alguns produtores manifestam, em suas falas, não geram efeitos expressivos sobre o comportamento das indústrias. “A gente ameaçou a indústria. Brigar sozinho é brabo, se os produtores fossem unidos e quisessem trancar, mas ninguém quer perder” (P13). P6 concorda que é muito difícil realizar um protesto, principalmente pela perecibilidade do produto, “daí nós não podemos parar a indústria, porque é o teu pêssego que está no caminhão”.

A CafSul também foi motivo de lamentações em relação à administração, à insegurança no recebimento de todo o produto e a demora nos pagamentos. “Não queria sair da CafSul, mas estou à mercê deles, estou numa prisão, desde outubro... Vendemos para eles e não recebemos ainda, eu vejo um planejamento, mas a CafSul não” (P12).

⁵⁴ Neste caso, o produtor refere-se que o presidente da Associação deveria ser um produtor rural proveniente de assentamento, que não tivesse produção de pêssegos, a fim de garantir a inexistência de subordinação ou dependência à indústria.

A prefeitura municipal de Pelotas foi citada pelo apoio e divulgação do produto no evento criado “Quinzena do Pêssego”. Para P10 “a quinzena do pêssego foi boa, divulgou bastante. Evoluiu muito, em vista do pai, o primitivo, o Aldrighi, não tinha novidade, estão desenvolvendo qualidade, tem bastante recurso” (P10).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas foi mencionado no que tange ao apoio dado aos produtores: “o sindicato dá força boa, o presidente está sempre junto, está batalhando na aposentadoria, fazem pressão” (P15).

Segundo o produtor 13, o SEBRAE foi o responsável pela iniciativa de implantar a produção integrada. “O SEBRAE queria produção integrada, fizeram visitas na serra e os produtores estavam tentando colocar a produção há quatro anos e não conseguiam, abortaram o projeto” (P13).

Tem que ter o caderno de campo, tudo anotado, todos os tratamentos têm que ter registro para a cultura, o consumidor vai abrir uma lata em São Paulo e vai saber o que colheram, o que aplicaram, variedade, produtor, data da colheita, variedade, com aplicação de tudo. O pessoal da Oderich conseguiu fazer dois anos, tinham que colher separado as variedades, separar por caixas, na teoria é fácil, mas na prática é difícil. Teria que valer mais e a indústria se adequar, teria que fazer três horários, de acordo com as variedades. Não adianta a gente fazer isso, e eles jogarem de tudo que é jeito (P13).

Neste sentido, avalia-se a dificuldade em trabalhar com a produção integrada, para o produtor, mas também do ponto de vista da indústria, pois requer uma modificação na forma de trabalho, subvertendo práticas absolutamente retrógradas.

Instituições de assistência técnica e pesquisa, como EMATER e EMBRAPA, respectivamente, são elogiadas, mas também criticadas. Os produtores reconhecem a importância destas instituições para o desenvolvimento de novos cultivares, na mudança nos métodos de trabalho e ampliação da produção.

Segundo um de nossos entrevistados (P12): “A EMATER ajudou muito. Hoje em dia a EMATER esqueceu, e a EMBRAPA ainda vem. Já o técnico da CafSul nunca veio”. P3 menciona que a EMBRAPA auxilia bastante, elabora laudos, análises da área, etc. E P14 também comenta sobre o apoio da EMATER, a qual instalou em sua propriedade uma estação para monitoramento semanal de um inseto que causa prejuízos à cultura, qual seja, a mosca da fruta.

O produtor 5 ressalta que apesar de não ter tido a oportunidade de estudar, procurou conhecimento através de palestras e reuniões técnicas promovidas pela EMATER.

Gosto do que faço, lidar com o verde eu gosto, desde pequeno aprendi a cuidar do pessegueiro, tive a chance de ter reuniões técnicas com a EMATER, peguei conhecimento, não sou estudado, mas tem que ser um agrônomo muito bom para me enrolar (P5).

P5 ressalta que o conhecimento da produção deve ser amplo, e não apenas de uma etapa da produção, valoriza o conhecimento empírico adquirido ao longo dos anos, o chamado “conhecimento de causa”. Traz o exemplo de pesquisadores que não conseguiram manter uma chácara pêssegos e faliram, devido ao conhecimento isolado de determinados aspectos da produção, mencionando, ainda, o fator da mão de obra, seja pelo custo envolvido, seja pela necessária qualificação e habilidades necessárias. Essa ponderação é interessante porque remete, inclusive, ao palpitante diálogo entre saber empírico e saber científico:

Os pesquisadores quebraram com a chácara, porque são especialistas em poda, ou outras coisas específicas, como a nutrição. Mas tem o dia a dia. Aham que colono não tem conhecimento de nada. Mas tem o custo da mão de obra, tem o raleio, tem que ser sessenta pés por dia, sessenta na poda e no raleio, raleio em setembro tem que fazer tudo (P5).

Além disso, produtor P5 considera que existe uma grande distância entre teoria e prática, como no exemplo relata ao mencionar o que entende como “técnica do porrete”.

Raleio fazemos por quatro ou cinco pessoas, no pomar grandão tem os bonequinhos que fazem um a um. Os grandes não têm rendimento de produção. Nas palestras é bonito, tem que podar, mas tem uma distância da teoria para a prática, se poda, pega o trator e faz o tratamento de inverno, tem que ter prática (P5).

Os relatos convergem para a importância das instituições para o desenvolvimento da atividade rural, através do ensino, da pesquisa ou da extensão. Contudo, é importante destacar que o conhecimento adquirido no dia a dia, a habilidade e a experiência dos produtores não podem ser menosprezados e, sim, aproveitados, com alinhamento das questões teóricas às práticas cotidianas.

A subseção seguinte visa elucidar as perspectivas dos agricultores familiares, em relação ao futuro da produção de pêssegos, procurando compreender aspectos relacionados à sucessão na propriedade rural e ilustrar a resiliência dos produtores e a valorização do fator local, da própria atividade e do conhecimento adquirido ao longo dos anos.

6.2.4 Perspectivas em relação ao futuro

A perspectiva de continuidade da atividade agropecuária, especialmente na produção de pêssegos, é majoritariamente positiva. Segundo os produtores, a cultura é uma das mais rentáveis, em se tratando de pequena propriedade. Algumas indústrias incentivam a produção. O produtor 6 informa que a indústria Olé, há alguns anos atrás, chegou inclusive a fornecer mudas de pessegueiro aos produtores, como incentivo à produção.

Segundo P14, apesar da demora no pagamento e do valor pago ser aquém do esperado, a persicultura ainda é bastante rentável, “não dá para se queixar do pêssego. Se não fosse o ‘pesquinho’ seria complicado”.

P13 compara ainda a diferença na produção da safra 2015/2016 para 2016/2017: “foram vinte e duas toneladas em um ano e no outro cento e trinta toneladas, o custo de tratamento é o mesmo, tem que aplicar na planta. Então teve retorno”.

Os produtores têm renovado periodicamente os pomares e, em muitos casos, também procuram ampliar a área ano a ano. Sobre a ampliação da escala de produção, o produtor 13 diz que “a ideia era baixar, produzir mais, maior produtividade por hectare, mas tem um monte de pomar novo” (P13), referindo-se à intenção de investir na produtividade das plantas já existentes e diminuir a quantidade de pés, mas que acabou por plantar novas mudas e ampliar o pomar, trabalhando com diferentes variedades.

Evidencia-se o aumento dos custos de produção, principalmente no que tange ao item ‘maquinaria’, compra e manutenção e outros investimentos decorrentes da cobrança das indústrias pelo aumento da produtividade e qualidade dos frutos. O produtor 6 tem em torno de cinco mil mudas produtivas, mil e setecentas mudas novas (de um ano) e pensa em ampliar a produção para chegar a cento e cinquenta toneladas. Segundo suas palavras, “se for cinquenta toneladas, para uma família, é só para colher, não dá para viver, não mantém a máquina, precisa de uma produção acima de cem toneladas para ter uma renda, a indústria quer quantidade” (P6).

Há registros de produtores que estão terminando com outras culturas, como o fumo e o leite, e se dedicando mais ao pêssego. Para P10, “acho que aumentou uns 60% a produção, tem bastante gente implantando, além de renovar o pomar. Antes

eram do fumo, tem um vizinho que largou um pouco o fumo, hoje ele tem cinco mil pés e quando tiver dez mil vai largar [o fumo]”. O produtor 10 é um exemplo dessa suposta tendência de substituição de outras culturas pelo pêssego, “há tempos atrás plantava cebola, batata, mas era pouco, tinha que usar muito agrotóxico, fui abandonando e aumentando o pêssego”, explica P10.

Para o produtor 7 “tem bastante gente implantando chácara. Na pequena propriedade não tem quem não tire dinheiro com o pêssego, é o primeiro, e depois o fumo”. P1 confirma, “o pêssego é uma das coisas que mantém com mais facilidade, depois do fumo, o fumo tem uma renda maior em menor espaço, mas sai mais em conta produzir pêssego do que fumo”, referindo-se aos custos de produção.

O produtor 1 também demonstra interesse em investir mais na produção de pêssegos e extinguir a produção de leite devido ao desgaste e o tempo envolvido, diariamente, na produção de leite. P1 entende que a transição de uma cultura para outra precisa ser gradativa:

Hoje se tem a entrada de dois mil pés novos e mais os que vamos implantar para tentar viver só do pêssego, pela idade [dos produtores]... O leite é muito desgastante, são umas duas horas pela manhã, das 6h30min às 8h30min, e mais umas duas horas da tarde envolvido. Queremos parar com o leite, porque é desgastante, não tem final de semana, sábado ou domingo. Hoje dá para viver do pêssego, mas com o leite junto, que sobra para fazer investimento dentro da propriedade. Hoje os gastos mensais são da produção de leite (P1).

Conforme relatos obtidos dos produtores rurais, dois pontos negativos são destaques com relação às perspectivas em relação ao futuro: sucessão familiar e a dependência de mão de obra externa ou contratada.

Averiguou-se que a mão de obra familiar é fundamental à manutenção da atividade produtiva. Diante dos altos custos da mão de obra contratada, esta resume-se a atividades de poda, raleio e colheita, etapas consideradas intensas e que ultrapassam a disponibilidade de braços da própria família, sendo fundamental a contratação de pessoas externas à propriedade. Todavia, é a mão de obra familiar que realiza toda a manutenção do pomar, o gerenciamento da atividade, etc.

Seria absolutamente arriscado imaginar cenários futuros para a persicultura a partir dos depoimentos colhidos na realização dessa pesquisa. Não há elementos confiáveis para tanto, nem mesmo por que não foram estes os objetivos que marcaram a realização desse estudo.

Não sabemos, portanto, se um dia o pêssego voltará ao grau de importância que alcançou nos anos 1970 em termos do número de pés plantados e da quantidade de famílias envolvidas, muito menos se esse suposto incremento dar-se-ia nas áreas hoje ocupadas pela lavoura de fumo e/ou de outras atividades. O fato é que os produtores possuem conhecimento e experiência suficientes para julgar o que é mais conveniente, segundo suas respectivas condições, interesses e possibilidades.

Na próxima subseção abordaremos o instigante tema da sucessão na propriedade rural, fazendo uso dos depoimentos colhidos junto aos produtores e aos demais membros dos grupos domésticos entrevistados.

6.2.4.1 Sucessão na propriedade rural

A questão da sucessão na agricultura familiar é um tema transcendental na atualidade. Neste sentido, na pesquisa realizada, foi possível identificar situações em que filhos dos produtores migraram à zona urbana em busca de trabalho ou de estudo, ou ainda, por não terem vocação para a condição de produtor.

P2 relembra a situação que vivenciou há alguns anos e a compara com a situação atual e a futura:

Antigamente todos tinham chácara de pêssego, olaria, plantavam batata, tomate, sempre se planta um quadrinho de tomate, figo, mas vai ficar com menos. Uns foram vendendo, uns foram envelhecendo, os jovens não se interessam mais, nas colônias, tem pessoas com mais idade, sessenta anos, imagina daqui a dez anos? Aqui não temos filhos, geralmente vai, de geração em geração, mas aqui já não vai ter (P2).

Evidencia-se, ainda, relatos dos próprios produtores rurais que esperam que seus filhos sigam outra profissão, por entenderem que, se permanecerem na atividade agrícola, terão poucas perspectivas positivas no futuro. Exemplo disso é do produtor 8, o qual relata que gostaria que todos os seus três filhos fossem para a cidade trabalhar, que não seguissem na agricultura.

P8 compara a situação atual e a futura dos filhos. Segundo ele, dois filhos permaneceram na agricultura e são exímios trabalhadores, destaque em produção e

na qualidade dos frutos⁵⁵, atualmente, possuem uma vida financeira considerada confortável. Já o outro filho, que foi estudar em Pelotas, cursou graduação, mestrado e doutorado e, atualmente, é professor universitário e possui estabilidade em sua profissão.

Para P8, hoje em dia os três filhos (com idade média de trinta anos) possuem condições financeiras semelhantes. Avalia que os filhos que permaneceram na atividade rural possuem mais patrimônio do que o professor. Segundo sua acepção, “o filho que é professor não possui atualmente a mesma renda que os irmãos produtores rurais”.

Todavia, prevê que a tendência é de que os produtores, no futuro, continuem com esta produção, ou diminuam (devido à insuficiência de mão de obra na família, visto que são famílias pequenas, com um ou nenhum filho), ou mesmo que tenham problemas de saúde, como os pais, devido ao trabalho árduo ao que foram submetidos no decorrer dos anos. Neste sentido, demonstra preocupação com o futuro e a aposentadoria dos filhos.

Importante destacar que o produtor 8 possui sessenta e quatro anos e auxilia pouco nas atividades rurais em função de problemas de saúde, em especial de sua coluna vertebral. Segundo ele: “o braço gastou e a coluna está baleada, não temos como trabalhar em pêssego, a lavoura exige muito, detona”. Na última safra auxiliou apenas na atividade de poda.

O produtor 8 fala de seus filhos:

Eles trabalham demais, poderiam trabalhar um pouco menos, chega nesta idade a gente está todo errado. A gente vê o que outras famílias fazem, com a mesma estrutura, o meu filho [produtor 7] não tinha quase um dia de noite que não ia colocar veneno, pegava o trator e ia colocar veneno, quase todas as noites (P8).

O produtor 7 exalta as dificuldades que enfrenta e avalia que não possui muitas alternativas:

O cara vem num ritmo, o cara pega, tem o troço ali para fazer, tem que fazer. No fim é uma coisa assim, tu consegue, o problema é tu achar

⁵⁵ Na safra 2012/2013 os dois filhos do produtor 8 produziram acima de 100 toneladas cada um e receberam uma premiação das indústrias por produzirem acima de 100 toneladas e com qualidade. Para o produtor 7 “colher mais quantia e entregar com boa qualidade, é mais difícil, quanto mais produz é mais difícil manter qualidade”.

alguém para fazer, o que tu poderias fazer em duas horas, a mão de obra de qualidade, achar alguém para fazer certo. O problema é vento, chuva. De dia tem vento, de noite não tem, sol quente, evaporação de veneno, o produto em si, a aplicação à noite é mais certa do que de dia. Não tem meio dia. Não tem sábado nem domingo, nem Natal e nem ano novo. Não adianta fazer só na sexta, tem que trabalhar sempre, não adianta querer fazer tudo num dia. Não tem gente para um pouco mais, não é fácil. Tem muita gente que trabalha, produz menos, tem mais folgas, porque as pessoas não dão aquela apertadinha mais (P7).

Já sobre o filho professor, segundo a ótica deste produtor, deverá ter uma “vida útil no trabalho” mais longa e promissora, tendo em vista que sua atividade não está ligada diretamente a sua força física. “O filho ciclano não tira o que os da colônia tiram. Mas quando se aposentar vai ter mais condições”, assegura P8. Para ele, “o estudo é a única coisa que ninguém tira”.

A família do produtor 6 também entende que a lavoura é um sacrifício, “além do sacrifício, não é certo que vai se ter o salário no fim do ano, quero que eles estudem para ter uma vida de menos sacrifício”, explica a esposa do produtor 6.

Entretanto, a família dos produtores 9, 10 e 11 já pensa desde um outro prisma e prefere continuar na atividade do que estudar na cidade. Os parentes dos produtores foram praticamente todos para a cidade, P11 explica que “sobraram dois primos, que estão aqui lutando. Acho que se a pessoa escolhe estudar, é a vida toda. Aqui em me mando. Tem os dias livres, entre o estudo e a agricultura, tem que cultivar sempre”.

Deve-se ponderar que a ida para a zona urbana não é sinônimo de sucesso. Com efeito, o filho do produtor 6, que trabalhou por dois anos como mecânico de motos em Pelotas, optou por retornar para a propriedade do pai, pois não recebia o suficiente para se sustentar, com aluguel e alimentação. Segundo o filho do produtor 6, ele “não quis mais, porque as pessoas não pagam, não querem dar bom trabalho, não dava para me manter na cidade, ia e vinha todos os dias da cidade, foi um aprendizado”. O pai comenta que “tentou um emprego, mas não tinha futuro nenhum, ia ficar sempre naquele salário e não iria aumentar nada”. Além disso, considera que a família necessitava da mão de obra para as atividades agrícolas.

Percebe-se unanimidade na afirmação de que, atualmente, um jovem que fosse para a zona rural sem ter uma estrutura mínima, ou seja, moradia, terra cultivável, máquinas e equipamentos agrícolas, etc., teria praticamente nenhuma chance de prosperar. Por outro lado, os filhos dos produtores já herdariam

condições de trabalho suficientes para iniciarem suas atividades profissionais, além da possibilidade de adquirir experiência no decorrer do tempo.

“É difícil iniciar, ter estrutura, pomar bom, maquinário, o custo é alto” (P13). O produtor lembra quando iniciou suas atividades, “quem olha o meu caderno de campo, no sétimo ano apenas vai começar a dar renda, vai ficar seis anos no negativo. Sete anos não vai ver nada. Quando nós casamos já tinha pêssego, já começamos colhendo” (P13).

Para P6 o inverso também é verdadeiro, ou seja, se para quem é da zona urbana é difícil iniciar na zona rural, sem estrutura mínima, para quem é da zona rural também é difícil ir à cidade:

Aqui, mesmo que não seja tão certo, mas é mais maleável, hoje se tem terra suficiente, começa calçado, com os pés no chão. Na cidade não iria conseguir iniciar do zero, do salário que tinha, hoje nós temos três motos, tem carro, trocamos há pouco tempo. Melhorar de vida, ter um futuro melhor, na cidade não tinha nada, não tinha casa, na colônia já tinha uma estrutura. Na cidade as coisas também não são fáceis (P6).

Na amostra pesquisada pondera-se que alguns filhos dos produtores fizeram técnico agrícola, outros têm interesse em cursar agronomia ou administração, para procurar o melhor gerenciamento e produtividade das propriedades. Todavia, não é possível quantificar ou inferir uma análise da representatividade do universo estudado, tendo em vista as idades e experiências distintas e que nem todos os filhos dos produtores estavam presentes no momento das entrevistas.

A maioria dos produtores espera que seus filhos estudem, mas também gostariam que mantivessem a propriedade. Um exemplo desta situação é do produtor 12, o qual possui apenas um filho que é técnico agrícola e estudante de engenharia agrícola. O filho do produtor tem intenção de continuar na atividade, já atua ativamente em todas as atividades rurais e procura ter controle de tudo que é desenvolvido na propriedade, inclusive dos custos de produção.

P1 conhece a realidade e confirma que “se vê alguns agricultores jovens ficando na propriedade para tocar, já testaram coisas fora e voltaram, a realidade fora não é o que se imagina, o pessoal está tentando fazer uma formação para voltar com mais conhecimento”.

O produtor 1 reforça a importância da autonomia dos filhos para implementarem o que desejam na propriedade, colocar em prática o que

aprenderam em seus estudos, como uma forma de incentivar a continuidade da produção: “ajudaria o pessoal a ficar na propriedade”. No entanto, lamenta que esta realidade não é verificada em todas as famílias.

Têm alguns pais do “sistema antigo” que não consideram a academia, dizem que sempre foi feito assim, a questão da família, os filhos querem, mas os pais não dão a porta de entrada para exporem as ideias, colocar em prática o que aprenderam. Daí acaba o filho procurando outro trabalho (P1).

Contudo, também foram detectadas famílias que estimulam os jovens a permanecerem na atividade rural, procurando envolver os filhos nas atividades do dia a dia e na tomada de decisão, estimulando, também, a valorização da produção e do trabalho envidado, bem como na conscientização sobre a importância deles à continuidade da atividade.

Em estudo desenvolvido por Vieira, Radomsky e Wives (2017) sobre as estratégias de jovens para permanência no campo, a partir da abordagem do economista Frank Ellis, dos modos de vida, foi possível apontar a tendência dos jovens em se organizarem e construírem estratégias realizando um planejamento a partir dos capitais que lhes são mais disponíveis, sejam eles natural, físico, humano, financeiro e social.

Neste sentido, os jovens geram mudanças em seus modos de vida, estabelecem estratégias para permanência no meio rural, com acesso aos recursos necessários para reprodução social e o desenvolvimento da qualidade de vida no campo (VIEIRA, RADOMSKY e WIVES, 2017). Seguramente estamos diante de um tema extremamente relevante e que requer estudos específicos, voltados à realidade precisa dos produtores de pêssego dessa região do Rio Grande do Sul.

6.2.4.2 Enfim, porque tudo isso ainda vale a pena?

Os produtores que entrevistamos enfrentam diariamente inúmeras vicissitudes, que vão das inclemências do tempo aos novos problemas que atingem o meio rural. Há alguns anos atrás se estava a salvo de situações (roubos, entrada das drogas, insegurança, violência, etc.) que eram tipicamente do “povo da cidade”.

Alguns relatos destacados procuram ilustrar a resiliência dos produtores e a valorização do local, da própria atividade e do conhecimento adquirido ao longo dos anos.

Valorizo o campo, o que eu faço, sou calejado, sou feliz com a lavoura de milho, com o suor, sou feliz no que faço. Não tenho rancor, estava colhendo um feijão à tarde, um suador, nós poderíamos comprar, mas já estamos acostumados, enquanto tem saúde razoável, pela idade, eu penso em continuar enquanto tiver força (P4).

Para o produtor 6, “hoje se vê pela televisão uma safra recorde. O agricultor deveria ser mais valorizado do que um jogador de futebol”, considerando sua importância enquanto produtor de alimentos.

Os produtores e trabalhadores, unanimemente, apreciam as condições da vida no campo e não apreciam a cidade. Muitos relatam que não entendem como as pessoas se submetem a viver em situações de calamidade, com pouca ou nenhuma perspectiva de crescimento. Paralelamente frisam que os ganhos na zona rural podem ser muito bons, se comparados com outras atividades.

Se fosse transformar em moeda, de empregado não se tira R\$ 120.000,00 por ano, e ainda tem o canto dos passarinhos, a flor. Na cidade tem a vida complicada, fiquei triste vendo as casinhas, me tocou, as pessoas são obrigadas a morar ali. A vida passa e nunca conseguiram nada (P4).

Sobre a possibilidade de migrar do campo à cidade, alguns produtores, em geral, avaliam que, por não terem estudado até séries mais avançadas, teriam poucas oportunidades de trabalho e que os bens que possuem dificilmente seriam vendidos pelo valor adequado. Para P5 “não se tem estudo, só vamos somar na favela, se vender pelo preço que vale, não se acha comprador, com o sobrado, com maquinário, é caro”. Diz ainda que “eu não nasci para ficar encerrado, vou para a cidade e já estou louco para voltar, a melhor terapia é tratar dos bichos, o verde. Nunca se sabe, é muito trabalho, a coluna. Mas para sair deste ramo vai ser difícil” (P5). Os produtores 7 e 8 também não projetam deixar a zona rural: “se tivesse que mudar migrar para a cidade, pensamos apenas em Morro Redondo, Pelotas nem pensar”, menciona o produtor 8.

Os produtores temem pela segurança, sobre a vida na zona rural o produtor 7 diz que “no campo tu és mais livre, mais solto, na cidade é quase tudo uma prisão, tem que se trancar. Aqui tem noites que a gente dorme com a janela aberta”. O

produtor 5 também avalia a criminalidade, “na cidade quem tem vai fechando tudo pelos assaltos, uns quantos já fecharam as portas, para não correr o risco” (P5).

Ademais, também há de se considerar o custo de vida:

Aqui a vida é mais barata que na cidade, se pode plantar, criar, tem água, tem muita coisa que não tem que pagar, o custo de vida é muito alto na cidade. Aqui o risco de ladrão também é alto, estão assaltando muito, mas ainda é menos, a criação da gente foi mais isolado, quando a gente vai na cidade, fica mais renegado, se vai no centro só no necessário (P2).

O produtor 5 complementa a fala dos demais produtores e ainda exalta a importância do convívio entre as pessoas:

Na cidade não se tem mais o contato com as pessoas, ficam só no computador. Na cidade tem tudo que é pago, desde que acorda, aqui fora tem água, tem cacimba. Na cidade não se tem o mínimo para se viver, muito triste, na cidade, quantos não têm nada, vivem na precariedade (P5).

Alguns produtores mais idosos refletem sobre o início de vida em suas propriedades, das mudanças do sistema produtivo e do trabalho desempenhado ao longo de anos.

Hoje tudo é mais fácil. Pra gente era difícil, plantava soja e cebola, a máquina era pouca, não tirava um salário por mês. Quando os guris eram pequenos nós fazíamos queijo, por dez anos e pouco. Mas valeu a pena, faz parte. Foram as coisas boas, mesmo sofridas, mas foram boas (P8).

O produtor 14 também comenta sobre a evolução da cultura: “quanto nós sofria lavrando com boi, cavalo, a chácara de pedra, nós capinava tudo na mão. Quando era novo, para colher cem mil quilos de pêssego era a família toda, agora tudo é mais fácil”.

O produtor mais idoso que tivemos a oportunidade de entrevistar menciona cinquenta e quatro anos investidos na agricultura. Ele adquiriu 8 ha e plantou o primeiro pé de pessegueiro neste estabelecimento. Em sua fala expõe um relato orgulhoso de que com apenas oito anos de idade já ajudava a colocar as mudinhas para plantar o pêssego. Segundo ele, atualmente, a família possui 43 ha e 6.000 pés plantados, havendo produzido, na safra 2016/2017, cento e quarenta toneladas: “Devo tudo ao pêssego, todo mundo vive em cima do que eu consegui. Eu conheço cada pé, cada galho, eu conheço cada florzinha que tem na chácara” (P9).

A partir das experiências compartilhadas pelos interlocutores, é possível aquilatar o sentido que se oculta nas motivações das pessoas e a tenacidade com que constroem formas de driblar as dificuldades encontradas no dia a dia, seja aquelas decorrentes das incertezas da agricultura, seja aquelas que extrapolam completamente o seu âmbito de atuação. Produzir pêssego, em verdade, é uma forma de dar sentido à própria existência.

7 Considerações Finais

Este estudo teve o intuito de analisar as relações de trabalho nas explorações familiares dedicadas à produção do pêssego em Pelotas, com ênfase na questão da contratação de trabalhadores eventuais ou safristas. Para tanto, através da discussão sobre o caráter social da agricultura, procurou-se entender a persistência ou manutenção desta forma peculiar de produção, principalmente através da discussão dos autores clássicos da sociologia rural ou agrária, dentre eles, Alexander Chayanov, o qual se propôs a estudar os mecanismos que regulavam o funcionamento e a lógica de atuação das unidades familiares de produção.

Na investigação que desenvolvemos, valemo-nos de pesquisa empírica, envolvendo observações a campo, entrevistas semiestruturadas com gestores de diversas instituições, técnicos, pesquisadores e, especialmente, com agricultores familiares e trabalhadores rurais. O primeiro objetivo foi justamente o de conhecer a situação atual da produção de pêssegos em Pelotas, a partir da perspectiva dos produtores e dos demais atores envolvidos.

Nas experiências obtidas foi possível perceber a peculiaridade da forma de organização da agricultura familiar, onde mesmo se tratando de um único município, neste caso Pelotas, no sul do estado do Rio Grande do Sul, há certa diversidade, dependendo da localidade onde se encontra o estabelecimento e, principalmente, da quantidade de familiares envolvidos na atividade produtiva e da própria gestão do empreendimento.

A heterogeneidade da persicultura conduzida pelas famílias é uma de suas marcas, especialmente quando vista em termos dos arranjos subjacentes à produção. Todavia, o traço recorrente, e que unifica tais situações, é o caráter eminentemente familiar dessa atividade agropecuária.

Com relação ao contexto das relações de trabalho no âmbito da produção familiar de pêssego no município de Pelotas/RS, segundo objetivo específico desta tese, apurou-se a existência de três categorias ou subtipos de relações de trabalho. No primeiro caso (subtipo 1) a força de trabalho é considerada quase exclusivamente familiar, onde se percebe alguns episódios de contratação de trabalhadores temporários para poda, raleio e colheita ou, ainda, exclusivamente na fase de colheita. Evidencia-se, nessa conjuntura, a execução de atividades consideradas imprescindíveis e concentradas dentro do ciclo produtivo.

No subtipo 2 – força de trabalho majoritariamente familiar, consta a contratação de trabalhadores fixos durante todo o ano e, também, temporários para as atividades de poda, raleio e colheita ou, ainda, exclusivamente na colheita. Finalmente, no caso do subtipo 3 (força de trabalho relativamente familiar) se observa um caráter quase empresarial, com menor atuação da mão de obra familiar, e uma maior proporção de trabalhadores fixos, temporários e turmeiros.

Todos os subtipos evidenciados possuem como base o trabalho da família. Isso permite afirmar o maior ou menor peso do grupo doméstico na manutenção destas unidades de produção. Na ausência dessa condição familiar os custos da atividade tornar-se-iam inviáveis para a continuidade destas explorações nas atuais condições.

Neste sentido, como forma de contemplar o terceiro objetivo específico, identificamos os principais entraves que se apresentam à manutenção da produção de pêssego em propriedades familiares, no que se refere às relações de trabalho. Um aspecto comum observado foi a dificuldade de obtenção de mão de obra externa à propriedade, a qual se impõe como limite à expansão dos pomares.

Os resultados mostraram que os agricultores familiares desenvolvem diversas estratégias para preservar sua condição de existência, o que inclui a busca pela melhoria da produtividade, a diversificação de culturas e o exercício da pluriatividade, traduzida na realização de diversas atividades remuneradas desempenhadas fora da propriedade rural pelos membros da família. Nesse caso, busca-se outras formas de garantir a segurança financeira, tendo em vista o alto risco da atividade agropecuária.

A grande maioria dos agricultores familiares entrevistados relata que teria a oportunidade de ampliar seus pomares. Todavia, há indícios de declínio na disponibilidade de mão de obra, assim como um custo da contratação de terceiros

para a realização de atividades como poda, raleio e, principalmente, a colheita, que nem sempre é compatível com a situação econômica destes estabelecimentos. Os mais modernizados mencionam a necessidade de investir em tecnologia para aumentar a quantidade de frutos. Nesse grupo estão os que apostam na renovação de pomares de tempos em tempos (tendo em vista sua vida útil) para incrementar a produtividade, mas não necessariamente na sua ampliação horizontal. Ainda assim, a produção obtida deve estar acorde com a capacidade de mão de obra da própria família, ainda que se imponha a contratação eventual de trabalhadores externos.

Constatou-se certo receio por parte de alguns produtores com relação à contratação de mão de obra. Segundo estes, é preferível, na maioria das vezes, organizar e reduzir a produção para que os próprios membros da família e apenas alguns vizinhos, “conhecidos” possam “dar conta” de atividades como poda, raleio e colheita, em lugar de contratar pessoas de fora da propriedade ou desconhecidas da família. Mas de resto ficou claro que essa relação pode ser construída em cima de outras condições (confiança, respeito, etc.).

Observa-se a necessidade, de algumas famílias, em dedicar-se a outras atividades, devido ao alto risco da persicultura e das habilidades dos componentes do grupo familiar em determinados ofícios. Foram evidenciadas situações claras de pluriatividade de produtores membros das famílias na condição de caminhoneiro, cozinheira, pedreiro, serviços gerais e artesanato, dentre outras atividades laborais.

De maneira geral, considera-se que muitos jovens não se interessam pela profissão de agricultor por se tratar de um trabalho árduo e com pouco retorno financeiro, procurando, nesses casos, oportunidades de estudo e de trabalho no meio urbano. Entre os que desejam permanecer no campo, identificou-se duas orientações distintas relacionadas à qualificação: de um lado, os que decidem não estudar e ficar no campo, por não ter outras perspectivas; de outro, os que optam por aprofundar seus conhecimentos, através de cursos técnicos e superiores, retornando ao campo para aplicar o que aprenderam e melhorar a atividade.

Pondera-se a importância do reconhecimento e da valorização dos conhecimentos adquiridos pelos filhos dos produtores, das iniciativas tomadas por estes, tanto no dia a dia da agricultura, quanto no processo de decisão e na divisão das responsabilidades e resultados obtidos.

Instituições de pesquisa e extensão, associações e cooperativas são consideradas incentivadoras, tanto como um instrumento de informação, quanto

para propiciar o diálogo entre os produtores. As associações também são fundamentais no processo de negociação de preços junto às indústrias, apesar de muitas reclamações dos produtores rurais quanto à forma de condução.

Os agricultores relatam que a indústria poderia valorizar mais o preço, o que incentivaria investimentos à qualidade e quantidade produzida. Em contrapartida, a indústria relata os altos custos de comercialização que causam redução nas margens de ganhos, além dos efeitos da concorrência com os produtos importados.

Neste sentido, recomenda-se intensificar ainda mais diálogo entre as entidades públicas, privadas e os agricultores familiares, de maneira que os interesses de ambas as partes sejam efetivamente considerados e se possa ter uma remuneração justa à produção de pêssego, com menor tempo de pagamento e benefícios para a melhoria da qualidade e inovação nas propriedades rurais.

Em seguida, como forma de contemplar o quarto objetivo específico, deve-se aqui enfatizar a percepção dos persicultores familiares com relação à importância da mão de obra externa para a atividade, especialmente diante de um contexto de retração na força de trabalho rural.

Reconhece-se o trabalho árduo e intenso, devido ao curto período entre o amadurecimento e a colheita da fruta como sendo um fator característico da produção de pêssegos. Neste momento do ciclo produtivo, não há tempo ruim, tampouco finais de semana ou feriados; colhe-se debaixo de sol e chuva, enquanto tem sol ou mesmo uma lua para dar um feixe de luz, porque o trabalho não pode parar.

Devido à intensidade de algumas fases produtivas, especialmente na colheita, a mão de obra familiar não consegue dar conta dos prazos que a lavoura exige e como a maioria dos vizinhos também produz pêssego, torna-se inviável a troca de serviço ou a realização de mutirões. Sendo assim, impõe-se a prática de contratação de trabalhadores externos, muitos dos quais provenientes de outras localidades, sobretudo de Santana da Boa Vista, Canguçu e, em alguns casos, de Piratini, além dos que vêm dos arredores das propriedades rurais (Pelotas), incluindo casos de quilombolas que habitam estas zonas rurais.

Verificou-se, ainda, a existência de intermediários na contratação de trabalhadores rurais provenientes de outros municípios. Estes intermediários, conhecidos como “turmeiros”, são contatados para gerenciar a mão de obra, o que

inclui a arregimentação dos trabalhadores, o acompanhamento das atividades no pomar, administração de eventuais, até o pagamento.

Ademais, buscou-se também conhecer as condições de existência social da mão de obra itinerante empregada na cultura do pêssego em Pelotas/RS, no âmbito da agricultura familiar. Sobre esse aspecto, constatamos que as condições de trabalho são consideradas, pelos produtores familiares e pelos próprios trabalhadores rurais, como satisfatórias.

Todavia, não há formalização dos contratos de trabalho, apenas acordos verbais e a assinatura de recibos de pagamento. Os trabalhadores que vêm de lugares mais distantes são acomodados em casas próximas às dos produtores, geralmente em uma habitação contígua, na mesma propriedade ou em garagens dos produtores. Geralmente tem-se o esforço por criar um ambiente confortável e acorde com as necessidades dos trabalhadores, o que inclui disponibilizar máquina de lavar roupa, camas, armários, etc. Há casos em que as próprias esposas dos produtores são responsáveis por lavar as roupas dos peões e providenciar sua alimentação. Estas questões foram mencionadas pelos produtores rurais de Pelotas e confirmadas mediante incursão realizada junto aos trabalhadores rurais de Santana da Boa Vista, os quais relatam que, além de ter um trabalho bem remunerado e sob condições adequadas, estabelecem, com seus contratantes, relações de amizade e respeito.

A relação com as indústrias mostra-se, em larga medida, marcada pelas precariedades do passado. Os mecanismos de extração do sobretrabalho dos produtores são exatamente os mesmos de tempos pretéritos. A fragilidade dos persicultores em fazer frente a essa realidade é flagrante, tanto do ponto de vista da remuneração pelo seu trabalho quanto nas condições de pagamento da produção. As instituições que deveriam representa-los também foram objeto de crítica por boa parte dos nossos entrevistados.

Apesar de todas as questões suscitadas ao longo das entrevistas, das inúmeras estratégias identificadas pelos produtores rurais para a manutenção desta atividade, resta, entre boa parte deles, o entendimento de que se trata do melhor lugar para se viver, inexistindo o desejo de mudar para outro local. A qualidade de vida e a autonomia na realização das tarefas são considerados fatores importantes e incentivadores para permanecerem vivendo e produzindo no campo.

Efetivamente os pêssegos não caem do céu. Mãos invisíveis fazem com que as frutas sejam colhidas no tempo certo, seja para o envase na fábrica como compota, seja para serem consumidas *in natura* pelas pessoas de Pelotas e de outras regiões do estado e do país.

Estas “mãos invisíveis” são de Pelotas e de outras localidades do extremo sul gaúcho, como é o caso de Santana da Boa Vista. O marco legal brasileiro, tanto do ponto de vista trabalhista como previdenciário mostra-se completamente alheio e inerte frente a essa realidade.

A energia despendida nessa tese esteve dirigida não somente no intuito de trazer à tona as razões que conspiram para essa “invisibilidade”, quanto no sentido de mostrar a importância da agricultura familiar na geração de emprego e renda no meio rural. Decididamente tais explorações não são uma ilha fechada e que se basta a si mesma. A investigação ora concluída mostrou essa faceta, assim como os esforços dos produtores em persistir, mesmo sob o impacto de um cenário invariavelmente desfavorável.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados**, v.12, n. 32, 1998. p. 69-74.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992. 196p.

BALSADI, Otavio Valentim; BORIN, Maria Rosa; SILVA, José Graziano Da; BELIK, Walter. Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 23-40, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 17-36.

BELARMINO, Luiz Clóvis. Panorama internacional do mercado do pêssego. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 749-776.

BETEMPS, Leandro Ramos. Aspectos da Colonização Francesa em Pelotas. **História em Revista**. Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, Pelotas, v. 5, p. 1-12, 1999. Disponível em <http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Leandro_Ramos_Betemps_Volume_05.pdf>. Acesso em: 07 out. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9064.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Lei Nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Diário Oficial da União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm Acesso em: 07 out. 2015.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 20 ago. 2017.

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio. A seguridade social rural como um seguro agrícola: alcances previstos e imprevistos de uma política pública no sul do Brasil. **Iberoamericana** (Madrid), v. 36, p. 57-78, 2009.

_____. Previdência Social e Agricultura Familiar: estudo de impacto em quatro regiões do Rio Grande do Sul. **Redes** (Santa Cruz do Sul), Santa Cruz do Sul, v. 10, n.2, p. 213-237, 2005.

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio; VALENTE, Glaciele. Barbosa. Previdência Social Rural e Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. In: Augusto Mussi Alvim; Osmar Tomaz de Souza; Maria Lucrécia Calandro. (Org.). **Os Desafios do desenvolvimento: Tendências e perspectivas para a economia gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, v. 1, p. 201-233.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. Relações de trabalho na agricultura familiar. O estudo de caso de um bairro rural no município de Ouro Fino-MG. In: XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, **Anais...**, 2010.

CANTILLANO, Rufino Fernando Flores. Manejo e conservação pós-colheita: fisiologia e tecnologia. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 559-603.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006. 196p.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR - CAPA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. 68p.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio, **Anais...**, 2011. Disponível em < <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342p.

CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. 1983. 343f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

COSTA, Janete Basso. **Processos participativos na construção da agroecologia – estudo de caso da ARPASUL**. 2006. 102f. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

DELGADO, Guilherme Cardoso; CARDOSO Jr., José Celso. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil** (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Penso, 2006, 432p.

EMATER/RS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul. **Levantamento dos dados número total de produtores (as) na atividade e área cultivada nos municípios de Pelotas, Canguçu, Morro Redondo e Cerrito 2016**. Levantamento para trabalho de campo. Pelotas, 2016.

EMATER/RS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul. **Produção de pêssego tipo indústria e mesa – Safra 2016/2017 em municípios produtores do sul do Rio Grande do Sul**. Levantamento para trabalho de campo. Pelotas, 2017.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cultivo do pessegueiro** - Importância Econômica. EMBRAPA Clima Temperado. Sistema de produção 4. Versão Eletrônica, nov. 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pessego/CultivodoPessego/cap01.htm>> Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Sistemas de produção da framboeseira**. EMBRAPA Clima Temperado. Sistemas de Produção, 9. Versão Eletrônica, nov. 2007. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Framboesa/SistemaProducaoFramboeseira/glossario.htm>> Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Sistema de produção de material propagativo de pessegueiro com alta sanidade** - Histórico sobre a origem e evolução do pessegueiro. EMBRAPA Clima Temperado. Sistema de produção 18. Versão Eletrônica, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/sistemas/sistemas-18/cap3.htm>> Acesso em: 12 jan. 2015.

FAO. Faostat. **Trade: crops and livestock products**. 2012. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/535/default.aspx#ancor>> Acesso em: 05 jan. 2016.

FELDBERG, N. P.; DAAMEN, T. A. J.; MARIN, A. J.; BRUCKNER, C. H.; COSTA E SILVA, J. O. O cultivo do pessegueiro em novas regiões. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 675-686.

FERREIRA, Karla Patrícia Martins; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Juventude no semiárido nordestino: caminhos e descaminhos da emigração. In: LEITE, Jader Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (Orgs.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, 2013, p. 89-116.

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. Gestão eficiente, tecnologia moderna e trabalho arcaico: a indústria de conservas de frutas e hortaliças no pampa gaúcho. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 55, p. 153-179, jul./dez. 2016.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 16, n. 2, p. 124-131, mai./ago. 2014.

FOLTRAN, D. E.; BARRADAS, C.I.N.; KOLLER, O.C. Efeito de poda na produção de pessegueiro. **Agronomia Sul-rio-grandense**, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 143-150, 1983.

FOSSÁ, M. I. T. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. 2003. 296f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FRANZON, Rodrigo Cezar; RASEIRA, Maria do Carmo Bassols. Origem e história do pessegueiro. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 19-23.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA JÚNIOR, M. V. M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 97-109, jul./set. 1997.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. . Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural** (UFSM. Impresso), v. 41, p. 1674-1680, 2011.

GALESKI, B. **Basic concepts of rural society**. Manchester University Press, Manchester, 1975.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. In: **The Annals of Mathematical Statistics**, 1961, v. 32, p. 148-170.

GOMES, João Carlos Costa; MADAIL, João Carlos Medeiros; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Aspectos socioeconômicos da produção de pêssego em Pelotas, RS. In: Associação dos Eng. Agrônomos de Pelotas. (Org.). **Perspectivas e alternativas da agropecuária e agroindústria no município de Pelotas**. 1ed. Porto Alegre, RS: Companhia Riograndense de Artes Gráficas, 1986, v. 1, p. 387-413.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da “colônia francesa” no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989. 209p.

GRISA, Cátia. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, Cátia; Schneider, Sérgio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **RER**, Piracicaba/SP, v. 46, n. 2, p. 481-515, abr./jun. 2008.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006.

HERTER, Flávio Gilberto; TONIETTO, Jorge; WREGE, Marcos. Clima. In: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA UVA E VINHO. **Sistema de Produção de Pêssego de Mesa na Região da Serra Gaúcha**. Porto Alegre, 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2003. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pessego/PessegodeMesaRegiaoSerraGaucha/clima.htm>>. Acesso em: 20 out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf> Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. **Infográficos**: dados gerais do município de Santana da Boa Vista. Cidades, 2017. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431700>> Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Estatísticas produção de pêssego**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2017. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/Busca?q=p%C3%AAssego>> Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Estimativas municipais da produção agrícola de pêssego - Rio Grande do Sul – Safra 2016/2017**. Relatório de Ocorrências do RS 2017. Pelotas, 2017.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia do PPGS/UFRGS**, v.6, p. 51-75, 1994.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) **A Agricultura Familiar**: comparação internacional. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 336p.

LIBARDONI, Paulo José. **Broto novo em tronco velho**: a cidadania aos trabalhadores rurais assalariados. 2016. 230f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LIMA, Crislaine Alves Barcellos de; GRUTZMACHER, Douglas Daniel; KRUGER, Leandro Rodeghiero; GRUTZMACHER, Anderson Dionei. Diagnóstico da exposição ocupacional a agrotóxicos na principal região produtora de pêssego para indústria do Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.39, n.3, p. 900-903, mai./jun., 2009.

MADAIL, João Carlos Medeiros. Economia do pêssego no Brasil. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 687-704.

_____. O cultivo do pessegueiro no Rio Grande do Sul. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 615-624.

MADAIL, J.C.M.; RAZEIRA, M.C.B.; BELARMINO, L.C.; SILVA, B.A. Economia do Pêssego no Brasil. In: 2º Simpósio Regional “Três Fronteras” – Argentina Brasil-Uruguay - En el cultivo del duraznero. **Anais...** INIA Las Brujas: Uruguay, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007. 247p.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v.11, n.2, p. 65-72, abr./jun., 1997.

MÜLLER, Cíntia Beatriz. Ser camponês, ser “remanescente de quilombos”. **Ilha - Revista de Antropologia**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, v.7, n.1,2, p. 29-43, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar e Mercado de Trabalho. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. n.8, CPDA, 1997. p. 7-24,

PBMH & PIF. Programa Brasileiro para a modernização da Horticultura & produção integrada de frutas. **Normas de Classificação de pêssego e Nectarina**. Centro de Qualidade em Horticultura. CQH/CEAGESP. 2008. São Paulo (CEAGESP, 2006. Documento 31). Disponível em <<http://www.esalq.usp.br/cprural/informacoes/mostra/233/normas-de-classificacao---pessego-e-nectarina.html>> Acesso em: 07 nov. 2017.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. 2006. 129f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, José Francisco Martins; RASEIRA, Ailton. Poda. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 283-307.

_____. Raleio. In: RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; PEREIRA, José Francisco Martins; CARVALHO, Flávio Luiz Carpena. (Org.). **Pessegueiro**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. p. 309-327.

RASEIRA, M. C. B.; BYRNE, D. H.; FRANZON, R. C. Pessegueiro: tradição e poesia. In: BARBIERI, R. L.; STUMPF, E. R. T. (Org.). **Origem e evolução de plantas cultivadas**. Brasília: DF: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008. p. 679-705.

RATHMANN, R; HOFF, D. N.; SANTOS, O. I. B.; PADULA, A. D. Diversificação Produtiva e como Possibilidades de Desenvolvimento: um Estudo da fruticultura na Região da Campanha. **Revista Economia Social Rural**, v.46, n.2, p. 325- 354, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000200003>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

REICHERT, Lírío José; GOMES, Mário. Conill; SCHWENGBER, José Ernani. A importância socioeconômica da agricultura familiar no desenvolvimento territorial da Zona Sul do Rio Grande do Sul. In: XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. v. CD-ROM.

REICHERT, Lírío José; RASEIRA, Maria do Carmo Bassols; SACARANARI, Ciro. **Relatório de avaliação dos impactos das tecnologias geradas pela EMBRAPA**. EMBRAPA Clima Temperado. Versão Eletrônica, jan. 2014. Disponível em: <http://bs.sede.embrapa.br/2013/relatorios/climatemperado_2013_pessegorubimel.pdf> Acesso em: 19 ago. 2015.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. 1ª. ed. Pelotas: Editora Universitária - UFPEL, 1995. v. 1. 170p.

_____. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; LIONÇO, Vânia; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo André; SCHNEIDER, Evandro Pedro. A pluriatividade e suas manifestações na região missioneira gaúcha. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E.. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. **Extensão Rural** (Santa Maria), v. 21, p. 94-116, 2014.

SACHS, S.; CAMPOS, A.D. O pessegueiro. In: MEDEIROS, C.A. B; RASEIRA, M.C. B (Ed). **A cultura do pessegueiro**. Brasília: EMBRAPA, 1998. p. 13-19.

SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar Integrada ao C.A.I. Brasileiro: a produção de pêssego no município de Pelotas - RS**. 1992. 458 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1992.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SCHNEIDER, Evandro Pedro. **Contaminação química e microbiológica na cadeia produtiva do pêssego: contribuição à análise de risco**. 2012. 110f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Agronomia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **REDES**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Vol. 9, n. 3, p. 75-110, set./dez., 2004.

SCHÖRNER, Ancelmo. **O Arco-Íris Encoberto**. Joinville: Oficina Comunicações: 2000.

SCORZA, R.; SHERMAN, W. B. Peaches. In: JANICK, J.; MOORE, J. N. (Ed.). **Fruit Breeding: the and tropical fruits**. New York: John Wiley, 1996. V.1, p. 325-340.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEPLAN. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul** – Economia: Pêssego e banana - 2017. Disponível em <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/pessego-e-banana>> Acesso em: 20 out. 2017.

SENNA, Ana Júlia Teixeira; DEWES, Homero; PADULA, Antônio Domingos; KOLLER, Otto Carlos. Fatores para emergência dos sistemas de produção frutícola: o caso da produção de pêssego no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: SENNA, Ana Júlia Teixeira. **Fatores determinantes da emergência dos sistemas de produção frutícola**. 2007. 101 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SEVERO, Patrícia Schneider. **Sustentabilidade no setor rural a partir do uso do crédito e de técnicas cooperativas na região sul do Rio Grande do Sul**. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 23-40, maio/ago. 2015.

SINDOCOPEL. Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas. **Produção de compotas de pêssego em calda na região de Pelotas/RS**. SINDOCOPEL, Pelotas, 2017.

_____. Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas. **SINDOCOPEL retorna à Fenadoce em 2014**. SINDOCOPEL, 2014. Disponível em: <<https://www.fenadoce.com.br/noticia/sindocopel-retorna-a-fenadoce-830b4b63-0929-4092-a293-a46ec60d7901>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

TAVARES, Jacqueline Marques. **A indústria conserveira pelotense: ascensão e declínio**. 1999. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, Pelotas, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao Capital. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; JALFIM, A.; BRUMER, A. E.. Agroindústria e lutas sociais: a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 02, p. 266-284, 1989.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture – le paysan polonais**. Armand Collins, Paris, 1973.

TORRES, Oscar. Fruticultura no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Colóquio**: Revista do Desenvolvimento Regional [das] Faculdades Integradas de Taquara/RS, v. 11, n. 1, p. 93-119, jan./jun. 2014.

VIEIRA, Anelise Carlos Becker; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo; WIVES, Daniela Garcez. As estratégias para permanecer no campo e os modos de vida de jovens no litoral norte do Rio Grande do Sul. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 20, p. 5-21, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth de Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura** [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro/CPDA, Rio de Janeiro/RJ, v. 15, p. 87-146. 2000.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro/CPDA, Rio de Janeiro/RJ, v. 21, p. 42-61. 2003.

_____. Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: Unicamp, 1989. In: WANDERLEY, M.N.B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 137-154.

_____. Raízes históricas do campesinato no Brasil. In. TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar** – realidades e perspectivas. Passo Fundo/RS: UPF, 2001, p. 23-56.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se negueia". O campesinato como ordem moral. In: **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Apêndices



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA
FAMILIAR**



**Apêndice A – Roteiro de entrevistas com
agricultores familiares**

Data da entrevista:

Duração da entrevista:

Nome do produtor rural:

Localidade:

Telefones:

1) Perfil (nome e idade) e trajetória pessoal, familiar e/ou profissional

a) Comentar sobre a história de vida e sobre a propriedade.

2) Configuração da unidade de produção familiar

a) Como foi adquirida a propriedade? Quem é o titular? Como é o processo de tomada de decisão?

b) Qual a composição familiar? Que tarefas desempenham? Comente o dia a dia da unidade familiar.

3) Produção

a) Qual a área total da propriedade (em ha)?

b) Qual a área correspondente a produção de pêssegos (em ha) e qual o número de pés?

c) Há produção de outras culturas? Quais?

d) Qual a quantidade de pêssego produzida à industrialização e à venda *in natura*?

e) Qual o rendimento (Kg/ha)?

f) A produção agrícola consegue ser suficiente para o sustento do grupo familiar?

g) Para quem vende a maior parte da produção de pêssegos?

h) Qual o preço pago pelo produto?

i) É satisfatório?

j) Pretendem ampliar a escala de produção?

4) Perspectivas de futuro

a) Como trabalham a sucessão familiar?

- b) Qual a maior dificuldade, nos dias atuais, para o produtor rural e à continuidade da atividade, em especial da produção de pêssegos?
- c) O que os motiva a continuar na atividade?
- d) O que os motiva a migrar do campo à cidade?
- e) Em sua opinião, quais as perspectivas para continuidade da produção de pêssegos na sua propriedade e na região? Percebe riscos que ameacem à continuidade?

5) Pluriatividade

- a) O grupo familiar se dedica inteiramente a atividade agrícola na propriedade ou algum membro da família possui outra renda?
- b) Quais as razões que levaram a obtenção de uma renda não agrícola?
- c) Há algum aposentado ou pensionista no grupo familiar?
- d) Em caso positivo, este aposentado ou pensionista também ajuda nas atividades da propriedade? Quais?

6) Mão de obra

- a) Mão de obra é um fator limitante à continuidade da produção?
- b) Quem são as pessoas envolvidas na produção?
- c) Há troca de serviço entre vizinhos? Realização de mutirões etc.?
- d) Há contratação de mão de obra? Como funciona? De onde vem?
- e) Em quais atividades são necessários? Porque?
- f) Qual o papel delas e forma de pagamento?
- g) Como são feitos o contato e a contratação destas pessoas?
- h) Qual a forma de alimentação e habitação no período em que estão trabalhando?
- i) Número de pessoas da família:
- j) Número de pessoas envolvidas na produção:

7) Impressões da pesquisadora quanto a entrevista:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA
FAMILIAR**



**Apêndice B – Roteiro de entrevistas com
trabalhadores rurais**

Data da entrevista:

Duração da entrevista:

Nome do trabalhador rural:

Localidade:

Telefones:

- 1) Qual o tempo na atividade rural?
- 2) Desde quando trabalha na atividade atual?
- 3) Quais as tarefas realizadas?
- 4) Trabalha em outras propriedades?
- 5) Como é realizada a contratação?
- 6) Quais as condições de trabalho?
- 7) Qual a remuneração?
- 8) Possui terras? Tem produção? De que?
- 9) A sua família auxilia na produção? O que eles fazem?
- 10) O que fazia antes de trabalhar nesta atividade?
- 11) O que o levou a realizar atividades para terceiros?
- 12) Gosta do que faz?
- 13) Quais as principais dificuldades?
- 14) O que pretende fazer nos próximos anos?
- 15) Pretende estar aposentado daqui a algum tempo? Quanto tempo? Faz recolhimentos com este fim?
- 16) Possui vinculação a algum sindicato ou associação?
- 17) Impressões da pesquisadora quanto a entrevista:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA
FAMILIAR**



**Apêndice C – Termo de consentimento livre
e esclarecido (TCLE)**

Título da pesquisa: Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS.

Nome da pesquisadora principal: Patrícia Schneider Severo

Orientador: Prof. Dr. Flavio Sacco dos Anjos

Co-orientadora: Profª. Dra. Fernanda Novo da Silva

As informações a seguir, fornecidas por Patrícia Schneider Severo, têm por objetivo firmar acordo escrito com o voluntário para participação da pesquisa acima referida, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza e dos procedimentos a serem realizados.

Eu, _____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado “Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS”, que tem como finalidade entender a dinâmica da produção de pêssegos na região de Pelotas/RS. Acredita-se que a realização deste estudo poderá contribuir para o conhecimento da realidade e das respectivas necessidades dos trabalhadores rurais, de maneira a oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas orientadas a um segmento pouco conhecido da realidade rural, assim como das relações que se desenvolvem no âmbito da agricultura familiar.

Foi-me esclarecido que se trata de um estudo exploratório-descritivo e qualitativo, utilizando pesquisa empírica, envolvendo observações de campo e entrevistas semiestruturadas com gestores de associações, técnicos, pesquisadores e, especialmente, produtores e trabalhadores rurais, os quais são caracterizados pela produção agrícola familiar de pêssego na região de Pelotas/RS.

A minha contribuição no referido estudo será no sentido de participar das entrevistas, as quais serão realizadas e gravadas mediante agendamento prévio, em data, horário e local a combinar, mediante esta autorização. Após a transcrição das gravações para a pesquisa as mesmas serão desgravadas.

Fui alertado de que, ao participar desta pesquisa não terei nenhum benefício direto. Entretanto, este estudo poderá trazer informações importantes sobre a produção de pêssegos, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa poderá elucidar a importância desta atividade para o desenvolvimento da região de Pelotas/RS, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas. Nenhum dos procedimentos usados

oferece riscos à minha dignidade ou saúde.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Em caso de fotos ou filmagens, as mesmas não terão a identificação dos nomes dos participantes.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderei pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário, através do Comitê de Ética em Pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Pelotas/RS, ____/____/____

Participante da Pesquisa -

Pesquisadora - Patrícia Schneider Severo

Pesquisadora principal: Patrícia Schneider Severo
Telefones de contato: (53) 99120-9103 e (53) 98127-5863
E-mail: patriciassevero@hotmail.com